UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Bruna Figueiredo Oliveira

Aprofundamento do transformismo no PT: considerações iniciais sobre a relação partido-governo no período 2003-2006

Juiz de Fora
2023

Bruna Figueiredo Oliveira

Aprofundamento do transformismo no PT: considerações iniciais sobre a relação partido-governo no período 2003-2006

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho

Juiz de Fora
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Bruna Figueiredo.
Aprofundamento do transformismo no PT: considerações iniciais sobre a relação partido-governo no período 2003-2006 / Bruna Figueiredo Oliveira. -- 2023.
131 f.

Orientador: Rodrigo de Souza Filho
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023.

1. Transformismo. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Aprofundamento do Transformismo. 4. Relação partido e governo. I. Filho, Rodrigo de Souza, orient. II. Título.

Bruna Figueiredo Oliveira

Aprofundamento do transformismo no PT: considerações iniciais sobre a relação partido-governo no período 2003-2006

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Area de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 02 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr Rodrigo de Souza Filho - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra Cristina Simões Bezerra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr Claudio Roberto Marques Gurgel
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 09/01/2023.

Documento assinado eletronicamente por Rodrigo de Souza Filho, Professor(a), em 03/02/2023, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por CLÁUDIO ROBERTO MARQUES GURGEL, Usuário Externo, em 03/02/2023, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Cristina Simoes Bezerra, Professor(a), em 03/02/2023, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 1104977 e o código CRC 9738B58A.

Dedico este trabalho aos 695 mil brasileiros mortos pela pandemia da Covid-19, a eles foi negado o acesso à vacinação pela política negacionista do governo Bolsonaro.

AGRADECIMENTOS

“Quem estará nas trincheiras ao teu lado? – E isso importa? – Mais do que a própria guerra”, essa frase do escritor norte americano Enerst Hemingwat, define à importância daqueles que estiveram comigo durante o meu processo de formação. Minha trajetória no mestrado inicia juntamente com o colapso mundial da pandemia da Covid-19, eis que surge uma nova dinâmica: medo, isolamento social, mortes, incertezas, instauração do ensino remoto e no caso do Brasil, aprofundamento da crise econômica e sanitária. Os brasileiros mortos não puderam ter acesso à vacinação, pois a política negacionista e anticiência com requintes fascistizantes do governo Bolsonaro, negou a estes o direito à vida.

Foram tempos difíceis! Conciliar o caos social com os desafios da vida acadêmica e do solitário trabalho intelectual só pôde ser vencido, porque tive condições objetivas e materiais, além do apoio, do afeto e cuidado proporcionados por aqueles que amo e me inspiram. Dito isso, dou início aos meus agradecimentos.

Primeiramente, é preciso exaltar a participação decisiva do meu orientador Rodrigo, sinto muito orgulho e fico muito honrada de ter tido o privilégio de compartilhar momentos de aprendizado com alguém tão dedicado, atento e com uma capacidade crítica, reflexiva e explicativa que considero brilhante. Seus ensinamentos com toda certeza farão parte da minha trajetória que não se encerra com o fim do mestrado. Também aprendi com Rodrigo que é preciso de ter cautela e paciência nos momentos difíceis, mas sem renunciar ao rigor teórico, a disciplina e a organização. Por todas as vezes que escutou e acolheu meu chamado apressado, ansioso, inseguro e, por diversas vezes, desnecessário, além de ter abraçado meus planos e novos projetos me indicando caminhos, traçando rotas e acalmando meu coração quando afirmava: “Bruna, fique tranquila, vai dar tudo certo”, minha gratidão!

Ao meu grande amor e companheiro de vida, Wesley, obrigada por todas as vezes que me lembrou o quão importante são os momentos de leveza, tranquilidade e suspensão do cotidiano, para que o retorno à pesquisa acontecesse de forma saudável e criativa. Aos nossos infinitos debates sobre a conjuntura atual, as conversas e desabafos, aos conselhos e discussões, aos risos e choros regados a vinho e muita cerveja, muito obrigada! Sua presença é sinônimo de paz, riso fácil, abrigo, porto seguro, paixão e muito amor. Além disso, sou grata pela compreensão nos momentos de ausência e pela alegria que demonstrava com meu retorno. Sua

capacidade de evidenciar minhas potencialidades me dão forças para seguir. Sua trajetória enquanto professor, pai, militante, educador e demasiadamente humano, me orgulham e servem de inspiração. Por estar sempre ao meu lado, acompanhando cada progresso e ajudando nos momentos em que tudo parece estar errado e fora de lugar, meu mais profundo e amável agradecimento, seguiremos juntos na construção das bases sólidas do nosso amor e na luta por uma nova sociedade.

Agradeço ao apoio incondicional da minha mãe, que apesar de não entender os motivos de “estudar tanto” e o “tempo todo” e de se preocupar com as noites em que passava em claro na frente do computador, sempre se orgulhou das minhas conquistas e fez tudo que estava ao seu alcance para me acompanhar e fornecer os recursos necessários para que eu pudesse finalizar a última etapa do mestrado – na qual já estava sem bolsa – sem grandes preocupações. Seu amor e cuidado dão sentido para minha trajetória.

Aos meus irmãos, Marcelo, Ingrid e Matheus, amo-os de forma incondicional, sou grata pela torcida e pelo afeto. De forma especial agradeço à Ingrid pelo ombro amigo, por escutar minhas angústias e preocupações, principalmente enquanto estava em Juiz de Fora. Também sou grata pela dádiva de ter como sobrinhos seres tão lindos e especiais, Heloísa e Bernardo que são donos de todo o meu coração, os sorrisos, abraços e beijos iluminam meus dias e, assim como diz o poema de Mauro Iasi “me dão uma razão a mais pra ser anticapitalista”.

As minhas tias, Cristina e Cecília que desde a graduação expressam seu orgulho pela minha inserção na universidade pública e vibraram a cada conquista.

Aos meu avôs Maria e Cecílio, que ajudaram na educação minha e dos meus irmãos. Foi com eles que aprendi sobre amor incondicional, respeito, dedicação e apreço pelos estudos. Obrigada pelo colo, pelos abraços demorados, pelos almoços de domingo, por serem lar e refúgio. Também não me esqueço das orações e de sempre me lembrarem que é essencial ter e fé e confiar em Deus, e eu confio muito!

Ao meu pai (in memorian) homem sério, trabalhador, amoroso, extremamente inteligente e que nunca mediu esforços para proporcionar o melhor para nossa família. Apesar dos 16 anos que se passaram desde o seu falecimento, ainda há muito dele em mim. Desde muito nova compartilhou comigo o gosto pelos estudos e a importância da prática da leitura, foi exemplo de dedicação, persistência e disciplina. Sua imagem ainda é cristalina na minha cabeça e meu amor pulsa no

ritmo da música dos Titãs que tocava em seu carro todos os dias a caminho da escola.

Ao meu amigo Igor, que esteve ao meu lado desde a graduação, compartilhando os desafios e os prazeres da vida acadêmica, seguiremos juntos construindo memórias de alegria, amor e liberdade. Agradeço pelas diversas vezes em que colocou sua dor e preocupações de lado para ouvir e acolher os meus problemas. Seja em terras baianas, cariocas ou juizforana nossa amizade permanece inabalável.

À minha amiga Euliny, por demonstrar tamanha alegria e entusiasmo com cada feito meu – por mais simples e singelo que seja – obrigada pelo ombro amigo, pelos ouvidos atentos, pelos conselhos sérios e as conversas aleatórias. Por sempre ter demonstrado seu amor puro e verdadeiro, por se sentir orgulhosa. Nossa relação é preciosa, recíproca, faz bem para o meu coração e para minha alma.

À Ana, minha amiga irmã, crescemos e amadurecemos juntas, sempre esteve ao meu lado me apoiando, defendendo e me amando. Sou tão grata pela sua vida, pela sua fidelidade. Não há palavras capazes de traduzir o quanto sinto sua falta e como gostaria de estar vivendo contigo cada etapa do que foi o mestrado e do que ainda estar por vir.

À Bel e Thalitinha, viemos juntas da Unimontes para desbravar um novo mundo, numa universidade federal ao lado de professores que admiramos e num PPG de reconhecimento dentro da área do Serviço Social. A casa delas se tornou meu segundo lar em Juiz de Fora, era meu refúgio seguro, compartilhamos nossas angústias, reclamávamos do frio e sentíamos saudades do calor norte mineiro. Sou grata pelas conversas que exigiam maior abstração e pelos momentos de farra e tranquilidade que nos salvaram do peso da realidade. Não sei o que seria de mim sem a presença alegre e amorosa de vocês.

Agradeço à Amanda e Sarah que durante os cinco meses que morei em Juiz de Fora foram minha família.

Aos colegas de mestrado da turma de 2020, em especial, à Paolla, pela amizade construída através dos anseios e preocupações com o ensino remoto, obrigada pela confiança, pela torcida e pelos momentos alegres e leves em JF.

Aos companheiros de café na padaria e cerveja no final das aulas Euler, Raquel, Laira e Isabela, vocês salvaram meus dias tristes e frios em JF, criamos

conexão, nossa amizade rendeu boas risadas. Sou grata por continuarmos juntos, apesar da distância, compartilhando apoio e alegrias.

Agradeço ao PPG de Serviço Social, ao corpo docente pela coragem de permanecer na luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, por permanecerem no campo do pensamento crítico e pela defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, por ter dado as condições objetivas necessárias para realizar o mestrado através da bolsa.

Por fim, aos professores Cristina e Gurgel, por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa de dissertação, compartilhando conhecimento e indicando as possibilidades de revisão. Inclusive, as formulações do professor Gurgel sobre a formação histórica do PT, em seu livro, ajudaram no enriquecimento teórico da minha pesquisa. Ao professor Bruno que fez parte da banca qualificação, mas não pôde estar presente na defesa, suas orientações também foram valiosas.

A intransigência é o predicado necessário do caráter (...) Intransigência é não permitir que se adotem — para alcançar um fim — meios não adequados ao fim e de natureza diversa do fim.

Antonio Gramsci, 1976

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para (...)

Cazuza, 1988.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de forma aproximativa o aprofundamento do transformismo do Partido dos Trabalhadores – PT a partir da relação partido-governo durante a gestão do governo Lula 2003-2006. A experiência de ser governo demonstrou que as bases sólidas do transformismo, construídas desde 1990, foram consolidas até chegar de fato a conformação de que o solo do PT não é mais fértil quando se trata das sementes do socialismo. Para chegar a esta conclusão nosso foco se resumiu num único evento: aprovação da “reforma” da previdência em 2003. Nesse sentido, tal feito nos aproxima da compreensão sobre a dinâmica interna, tensões, conflitos e disputas na relação do PT partido e do PT governo. Para tanto, o episódio destacado nos forneceu os elementos necessários para afirmarmos que o transformismo se aprofundou.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Transformismo, Relação partido-governo; aprofundamento do transformismo

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar de manera aproximada la profundización del transformismo del Partido de los Trabajadores - PT a partir de la relación partido-gobierno durante la administración de Lula 2003-2006. La experiencia de gobierno ha demostrado que los sólidos cimientos del transformismo, construidos desde 1990, se consolidaron hasta que el suelo del PT ya no es fértil para las semillas del socialismo. Para llegar a esta conclusión, nuestro enfoque se resumió en un solo evento: la aprobación de la “reforma” de la seguridad social en 2003. En ese sentido, este logro nos acerca a comprender las dinámicas internas, las tensiones, los conflictos y las disputas en la relación entre el partido PT y el gobierno del PT. Por lo tanto, el episodio destacado nos proporcionó los elementos necesarios para afirmar que el transformismo se profundizó.

Palabras-clave: Partido de los Trabajadores; Transformismo, Relación Partido-Gobierno; profundización del transformismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 – A TEORIA DO ESTADO EM GRAMSCI, O 'MODERNO PRÍNCIPE' E A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA 21

1.1 Notas Bibliográficas 21

1.2 Estado Integral 25

1.3 Oriente e Ocidente: 30

1.4 O "Moderno Príncipe": 37

1.5 O papel dos intelectuais e o "Moderno Príncipe": 41

1.6 O centralismo democrático enquanto estratégia revolucionária: 45

CAPÍTULO 2 - SOBRE OS CONCEITOS DE REVOLUÇÃO PASSIVA; TRANSFORMISMO E CONTRARREFORMA 50

2.1 Revolução Passiva 50

2.2 Transformismo 54

2.3 Contrarreforma: 57

CAPÍTULO 3 - GRAMSCI PARA ENTENDER O BRASIL 60

3.1 Revolução passiva enquanto processo histórico da formação social brasileira 60

3.2 Sobre a era dos governos petistas no Brasil, revolução passiva ou contrarreforma? 70

CAPÍTULO 4 – A RELAÇÃO PARTIDO-GOVERNO E O APROFUNDAMENTO DO TRANSFORMISMO DO PT DURANTE A GESTÃO DO GOVERNO LULA 2003-2006 83

4.1 Formação e trajetória do PT para entender as bases do transformismo 83

4.2 O PT chegou ao poder e o transformismo se aprofunda 107

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 124

INTRODUÇÃO

”Escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país” (GRAMSCI, 2007, p.87), o filósofo e marxista italiano Antônio Gramsci explicita através dessa citação que entender a história de um partido não se resume unicamente em entender os elementos que os constituem, tampouco uma mera narrativa de como se deu seu nascimento, suas polêmicas, sua organização interna e sua concepção de mundo. Escrever sobre um partido requer uma perspectiva ampla, abrangente, ou seja, de totalidade.

Desse modo, em conformidade com as elaborações de Gramsci, entendemos que “é preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou "realisticamente"” (idem). Isso quer dizer, que não é suficiente analisar os documentos elaborados pelo partido, seu programa, suas reuniões e congressos, é preciso ir além, na busca de entendimento sobre o grupo social que ele representa e suas disputas no aparelho estatal, suas interferências no campo internacional e, somente assim é possível falar sobre a história de um partido. Não se podem ignorar os elementos históricos que estão presentes na sua dinâmica interna e na sua relação com toda classe que representa e que se opõe. Dito isso, “um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (GRAMSCI, 2007, p.87).

Por isso, este trabalho dedica-se à análise do transformismo do Partido dos Trabalhadores – PT e o seu processo de aprofundamento durante a sua experiência enquanto governo. Mais precisamente o que será apresentado nas linhas a seguir é o resultado de um estudo que procurou analisar de forma aproximativa a relação partido-governo durante a gestão do governo Lula 2003-2006, priorizando um único evento: “aprovação da “reforma” da previdência em 2003”, para tanto a partir desse episódio, foi possível reunir os elementos necessários capazes de evidenciar que o transformismo iniciado em 1990[1] se aprofunda quando o partido chega ao poder.

[1] Importante ressaltar que apesar do nosso trabalho se alinhar á perspectiva teórica interpretativa do transformismo petista iniciada em 1990 – em conformidade com o pensamento de importantes autores sobre o tema: Mauro Iasi (2006) e Eurelino Coelho (2005) – há divergências sobre esse assunto, pois, assim como afirma Gurgel (1989) nunca houve de fato um marco histórico no processo

Além disso, o leitor irá perceber que no decorrer do processo de leitura deste trabalho seria interessante uma pesquisa que pudesse abarcar os 13 anos de governos petistas no Brasil, de modo que pudesse evidenciar seus principais feitos, enriquecendo nosso estudo. Entretanto, o desenvolvimento da pesquisa esbarrou nos limites que foram impostos ao pesquisador, de todo modo, acreditamos que os resultados alcançados servirão como direcionamentos futuros que servirão para as próximas análises que não se encerram com a finalização desse trabalho.

Após esse preâmbulo e antes de tratarmos dos elementos que constituem o nosso objeto de estudo, é preciso contextualizar como se deu a primeira experiência na qual as forças políticas surgidas na ascensão das lutas sociais (na década de 1980) estiveram à frente do governo brasileiro. Nesse sentido é preciso questionar, quais os rumos dessa oportunidade histórica? Como se apresentou as transformações do PT ao longo de trajetória no comando do Executivo Nacional?

O intuito da nossa pesquisa é entender tudo isso com rigor teórico e fidelidade histórica, e apesar de conhecermos os resultados após o fim da gestão petista no Brasil, esse trabalho tem por objetivo responder essas questões e ampliar as construções até aqui produzidas sobre o fenômeno. Pois, se não avaliarmos rigorosamente essa experiência estaremos sempre fadados às velhas escolhas, de modo que, não aprenderemos com os nossos fracassos.

Assim como o cientista político André Singer (2012) definiu o lulismo como uma inédita experiência reformista com bases bastante complexas numa aliança que permitiu avanços e ao mesmo tempo preservou as bases da hegemonia burguesa. Entendemos que apesar de não conseguir mudar efetivamente a estrutura estatal assim como fez Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) é correto afirmar que a construção dessa experiência trouxe para a vida pública não só o protagonismo de diversos representantes dos trabalhadores urbanos e rurais dentro do aparato burocrático do estado, como também avanços no que tange as políticas sociais.

Porém, quando a relação entre o povo, movimentos sociais, intelectuais etc. se rompem não é mais possível sustentar uma administração, e o partido “perde seu vínculo orgânico com a classe que deveria representar” (COELHO, 2005). A legitimidade sustentada por sua base social se encurta e a direita conservadora

---

de transformismo do PT, para o autor desde sua fundação o partido se desenvolveu num terreno “transformista”.

toma posse da presidência no Brasil, consolidando de maneira ainda mais escancarada os tentáculos da hegemonia perversa neoliberal.

Dito isso, é preciso fazer uma breve retrospectiva para entendermos como se deu o processo de criação de um dos maiores partidos de massa da América latina e suas transformações históricas.

Durante a década de 1980 foram criados diversos partidos: (Partido Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Democrático Social (PDS); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrático Trabalhista (PDT)), entretanto, o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) nasce de uma necessidade real unindo das forças do "sindicalismo autêntico[2]" e da organização dos movimentos sociais. Foi formado por operários do ABC paulista, pela ala progressista da Igreja Católica influenciados pela Teologia da Libertação que tinham como horizonte a luta por uma sociedade mais democrática; pelo novo sindicalismo, sendo esse numa perspectiva mais radical; pelos movimentos sociais (movimento contra a carestia, movimento de saúde, associações de moradores, etc.) e diversos intelectuais de esquerda que lutavam a favor da democracia e do socialismo. Durante todo o período de criação até a conformação de fato de partido político o PT afirmava como muita ênfase sua posição enquanto defensor da classe trabalhadora e do socialismo. Seus posicionamentos eram expressos de maneira veemente nos seus documentos iniciais. Vejamos um trecho da Carta de Princípios do partido:

> [...] "um partido que tem por objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem", e, além disso: "PT afirma seu compromisso com a democracia plena, e exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo" (CARTA DE PRINCÍPIOS, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Esses argumentos defendidos programaticamente pelo partido reforçavam seu caráter classista que vislumbrava a superação do capitalismo e alinhava-se à defesa dos subalternos e à luta dos movimentos urbanos e rurais (IASI, 2006). Além disso, durante a década de 1980, o PT teve participação direta na estruturação e criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em 1984.

---

[2] [2] Nesse terreno da luta sindical surgem os líderes, e assim nasce a figura do Lula, responsável junto com seus companheiros por organizar greves somente entre maio e dezembro de 1978. A "greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro" (FERNANDES, 1991, p. 40).

Contudo, quando o partido se coloca no campo da disputa eleitoral e as chances de chegar ao poder são cada vez mais reais, inicia-se o processo de "transformismo", veremos a seguir que esse é um conceito criado por Gramsci e é com base em suas elaborações que os caminhos desse trabalho iram trilhar. Além disso, estamos de acordo com o pensamento de dois importantes historiadores brasileiros: Eurelino Coelho e Mauro Iasi, ambos preocupados em entender esse processo molecular de transformismo do PT, afirmam que tal fenômeno deve ser identificado a partir de uma "dissolução orgânica dos vínculos com a classe trabalhadora", formulado por Coelho (2005) e um "amoldamento à ordem que esperava superar" concebido por Iasi (2006). Ambas as pesquisas corroboram com as análises que foram desenvolvidas no decorrer do nosso trabalho.

Dito isso, podemos então evidenciar que a partir de 1990, quando Fernando Collor de Melo foi eleito presidente do Brasil, disputando o segundo turno com Lula, os conflitos internos do partido se acirram. Pois, havia as disputas que por um lado reivindicava que era preciso construir uma política de aliança mais ampla, além das propostas de moderação do programa, mas por outro lado, a ala crítica ou à esquerda/radical do partido afirmava que era preciso insistir nas metas históricas do PT, ou seja, a busca pela construção do socialismo.

Quando Lula perde para Fernando Henrique Cardoso em 1994, a polarização se aprofunda, e os militantes, integrantes e intelectuais do campo radical, foram acusados (por aqueles que se empenhavam na candidatura do Lula) de isolar Lula enquanto candidato. Desse modo, Iasi (2006) afirma que o discurso da "moderação" já tomava conta do partido, e durante os encontros nacionais já existia uma "combinação dos fatores que implicavam o distanciamento do horizonte socialista", sendo assim, o principal alvo foi o marxismo e a perspectiva considerada "radical", ou seja, suas metas anticapitalistas e antimperialistas. Além disso, as tendências ideológicas do campo moderado passaram a reivindicar uma "nova esquerda" que pudesse influenciar as concepções e formulações do partido. Sendo assim, as direções críticas e com viés marcadamente revolucionário perdem força e, as estratégias de coalizão dominam o partido e cada vez mais o PT empenhava-se para se estabelecer de forma mais enfática na competição eleitoral, e o grande objetivo seria a eleição de Lula para presidente da república.

Com isso, tanto em termos programáticos quanto ao que se refere à tática eleitoral, Coelho (2005) indica que o PT passou por um processo de flexibilização e

burocratização distanciando-se das suas bases e defesas históricas. Portanto, o propósito do partido não era mais criar uma ordem institucional contrária à burguesa, mas sim, alia-se a ela em busca da governabilidade. As preocupações seriam: conquistar o eleitorado mais conservador e ganhar confiança do capital. Tal postura é totalmente contrária com aquilo defendido por Gramsci sobre o papel do partido proletário; e radicalmente oposta às defesas pronunciadas no processo de formação do PT (IASI, 2006).

Desse modo, desprendido de suas bases socialistas e da luta anticapitalista, o PT ganha notoriedade dentro do jogo democrático eleitoral burguês e alcança nesse período o ápice da sua trajetória. Desde 1988 houve um aumento considerável do número de parlamentares em administrações municipais e até governo em alguns Estados brasileiros, somado ao seu ritmo de crescimento (principalmente na década de 1990) as dimensões de suas deformações também ganharam espaço. Ou seja, tanto no campo político prático, quanto a organização interna do partido que de acordo com Iasi (2006) não estava preocupada com a formação política de seus integrantes. Na verdade, o debate não era mais sobre o fim do capitalismo, mas sobre "qual" capitalismo (COELHO, 2005). Sua preocupação prioritária seria, em ganhar eleições, perdendo de vista o projeto de uma nova sociedade.

Apesar do seu processo de "transformismo" o partido ainda se apresentava como única alternativa à política desempenhada no Brasil, haja vista que criticava o neoliberalismo de Collor e o seu aprofundamento nos governos de FHC. Durante esse período, que unia o aumento da confiança depositada pelos movimentos em relação às administrações petistas locais (lideranças sociais faziam parte das administrações) e a crise do modelo neoliberal de organização do Estado, o PT passou, portanto, a liderar a oposição com apoio dos setores do grande capital. Nesse período a flexibilização programática se aprofunda e o arco de alianças partidárias se amplia. Por isso, concordamos com Fernandes (1991) que anunciava à época que tal postura do PT indicava "a entrega da cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados" (p.7).

A materialização da afirmação do sociólogo brasileiro se concretiza quando Lula chega à presidência em 2003, pois de acordo com Anderson (2011), o processo molecular pelo qual passou o PT para chegar à governança teve papel fundamental de José Dirceu, uma vez que foi ele quem conduziu com maestria a centralização do

PT a partir dos sindicatos, prefeituras e parlamentares (através do alvará de Lula). Em junho de 2002, momento que antecedeu as eleições, Lula lança a “Carta ao Povo Brasileiro” (nela reconhecia que a “margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena” falava em “valorizar o agronegócio”, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário). Essa carta foi o coroamento do processo de transformismo que ocorreu durante o desenvolvimento histórico do PT na busca pela governabilidade – apelidada pela esquerda opositora de “carta aos banqueiros”.

Desse modo, apesar da campanha eleitoral contrária ao projeto neoliberal adotado por FHC, chegando ao governo federal o PT nada modificou a política econômica do seu antecessor. Segundo Singer (2010), o governo petista honrou seus compromissos com Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os outros credores da dívida pública do país, instituições que eram alvo de duras críticas do partido nos anos 1980.

A chegada do PT a presidência não só frustrou as expectativas daqueles que acreditavam que com a vitória poderia minar a hegemonia liberal, como reforçou-a de modo significativo (COUTINHO, 2010). De acordo com análises de Iasi (2006); Coelho (2005); entre outros, o governo Lula foi mais eficaz ao capital do que seria tradicionalmente um governo de direita. Isso nos leva a refletir a partir dos termos gramscianos que o partido efetiva seu processo de transformismo.

Após essa exposição que em termos gerais explicou de forma resumida as transformações históricas do PT em busca da governabilidade, cabe agora evidenciar os caminhos teóricos e metodológicos que foram usados no desenvolvimento desta pesquisa e, que nos permite afirmar que as bases do transformismo foram aprofundadas quando este torna-se governo.

Partimos do pressuposto que a concepção do conhecimento é construído e aprimorada tendo em vista a relação dialética entre o conhecimento anterior e os novos questionamentos que surgem e que contribuem para a criação de novos referenciais e conceitos, sendo assim, esta proposta de estudo busca compreender, de maneira aproximativa, como se apresentou o aprofundamento do transformismo durante a primeira gestão do governo Lula 2003-2006, e para chegarmos em tal conformação foi preciso entender a relação partido-governo a partir da aprovação da contrarreforma previdenciária de 2003.

Por conseguinte, este trabalho parte da concepção de que a teoria é sempre um movimento aproximativo que, por mais bem elaborada que seja não dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. Mas, que colabora para esclarecer melhor o objeto de investigação, ajudando a levantar questões ou hipóteses com mais propriedade e permitindo maior clareza na organização e análise dos dados (MINAYO, 1994, p. 18). É por isso que Netto (2011) afirma: que “o objetivo do pesquisador, portanto, é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento – sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, para apreender a essência do objeto” (p.22). Ou seja, “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto, de modo, que ao alcançar a compreensão da dinâmica e estrutura do objeto, o pesquisador por meio de procedimentos analíticos e operando sua síntese, reproduzirá no plano ideal a essência do seu objeto” (Idem, ibidem).

Desse modo, a operacionalização dos objetivos propostos neste trabalho baseia-se na perspectiva de totalidade como eixo condutor para a interpretação dos dados obtidos. Nesse sentido, terá como suporte metodológico a pesquisa qualitativa, tendo em vista que ela parte da concepção de que o conhecimento não se reduz a uma quantidade de dados isolados e de que há uma relação dinâmica entre sujeito e objeto. Será realizado, portanto, uma pesquisa bibliográfica com o intuito de acumular as discussões realizadas em torno do problema proposto.

Portanto, a revisão bibliográfica se dividirá da seguinte forma: No 1°e 2° capítulos, direcionamos nosso debate para o enriquecimento do arcabouço categorial e conceitual construído por Gramsci, pois, é preciso compreender a operacionalidade dos conceitos e categorias para que na análise objetiva do nosso estudo possamos usar seu recurso interpretativo de forma correta. Sendo assim, iniciamos as elaborações com a teoria de Gramsci sobre o Estado Integral e as estratégias revolucionárias para os diferentes tipos de sociedade – Oriente e Ocidente – assim como, trabalhamos com a teoria do “Moderno Príncipe”, evidenciado que o partido comunista é o condutor fundamental do proletariado para o processo revolucionário. Nesse sentido, também discutimos o importante papel dos intelectuais e o caráter organizativo do partido – centralismo democrático e centralismo burocrático. Para tanto, contamos com as interpretações de alguns gramscianos que ajudaram a entender os escritos Carcerários do filósofo comunista

italiano, exemplo, Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori, Álvaro Bianchi, Maria Lúcia Duriguetto, Rui Braga, Marco Del Roio.

Além disso, os conceitos de Revolução passiva, Transformismo e Contrarreforma, servirão para compreender e analisar o período histórico brasileiro que vai desde o Estado Novo (1930) até era dos governos petistas. Por conseguinte, as análises referentes ao modelo econômico-social adotado pelo PT serão apresentadas no 3° capítulo através do debate que perpassa os temas sobre neodesenvolvimentismo e o padrão de desenvolvimento capitalista liberal periférico que serão subsidiados pelos seguintes autores**:** Luís Filgueiras, Leda Paulani e Reinaldo Gonçalves. Vale destacar que esse capítulo também retoma um importante debate interrompido por Coutinho, quando estabelece uma polêmica ao tratar sobre o critério interpretativo da "época neoliberal" (no qual inclui os governos petistas).

O 4° capítulo e último, trata especificamente dos nosso objeto de estudo: "o transformismo e seu aprofundamento", para tanto foi preciso realizar uma pesquisa documental que de acordo com Oliveira, et al. (2008) "caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação" (OLIVEIRA, 2007 p. 69 apud SÁ SILVA; ALMEIDA; et al, 2009, p. 6). Portanto, por se tratar de fontes primárias (materiais que ainda não receberam tratamento analítico) é preciso uma análise cuidadosa, atenta aos elementos que irão contribuir para chegar ao resultado proposto. Além das fontes primárias também foram usadas fontes secundárias.

Desse modo, o pesquisador tem uma relação direta com os fatos a serem analisados e, após identificar tais elementos, o pesquisador procederá à análise dos dados: "é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos chave" (CELLARD, 2008, p. 303 apud, SÁ SILVA; ALMEIDA; et al, 2009, p. 11). E por fim o pesquisador poderá assim elaborar uma interpretação coerente, levando em conta as categorias que melhor expressam as diversas determinações do fenômeno a ser investigado.

Antes de evidenciar como aconteceu a pesquisa documental, é importante ressaltar que nossa linha teórica para tratar daquilo que chamamos "das bases do transformismo" segue os caminhos construídos por Iasi (2006) e Coelho (2005), pois estamos de acordo os fundamentos que direcionam o pensamento e suas

formulações, ou seja, o abandono político, teórico e programático do PT em relação ao socialismo para se tornar um partido da ordem, configura-se enquanto fenômeno histórico a partir do conceito de Gramsci, de “transformismo”.

Dito isso, nossa proposta foi elencar mesmo que de maneira inicial – importantes processos que configuram o aprofundamento do transformismo no PT. Isso quer dizer que após a experiência no governo, o partido torna-se uma arena de impossibilidades no que tange a luta política em prol do socialismo (antes de chegarmos nesse ponto sobre “arena de impossibilidades” traçamos outros três pontos que sintetizam nossa análise e sustentam dando conformidade nossa hipótese do aprofundamento).

Para comprovar tudo isso foi preciso recorrer primeiramente aos documentos oficiais do partido organizados a partir de resoluções que foram na verdade resultantes dos encontros nacionais que aconteceram desde sua fundação. Sendo assim, desde o “Manifesto de Fundação” até à “Carta ao povo brasileiro”, recorremos ao acervo histórico do próprio PT a partir do site oficial “Perseu Abramo”. Essa etapa da pesquisa serviu para o debate do transformismo em curso, ou como definimos as “bases do transformismo” que vão de 1990 até 2002.

Posteriormente e para chegar no nosso objetivo final que é evidenciar a relação do PT partido com o PT governo a partir da proposta de Reforma da Previdência enviada em 2003 ao Congresso Federal por Lula, foi necessário recorrer as publicações da época que sistematizavam a “crise” do partido, para tanto, os artigos da Folha de São Paulo publicados durante o ano de 2003 nos ajuda nesse sentido, pois expressa as deliberações organizadas pelo Diretório Nacional do PT, além disso as entrevistas de Carlos Nelson Coutinho e o artigo de Chico de Oliveira também para Folha de São Paulo (duas personalidades importantes para esquerda brasileira que contribuíram ativamente durante anos na militância do PT) contribuem para sustentar o que chamamos de “aprofundamento do transformismo.

CAPÍTULO 1 – A TEORIA DO ESTADO EM GRAMSCI, O 'MODERNO PRÍNCIPE' E A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

1.1 Notas Bibliográficas

Antes de apropriarmos da valiosa teoria gramsciana é importante pontuarmos – mesmo que brevemente – sobre sua trajetória enquanto intelectual e militante comprometido com a revolução. Nascido na ilha da Sardenha, uma das regiões mais pobres da Itália em 1891, Gramsci sempre se preocupou com os problemas da sua região oriundos da colonização exercida pelo norte do país, portanto, era considerado um meridionalista (suas preocupações sobre o atrasado da Ilha não se resumiam apenas ao caráter geográfico), mas apesar disso, toda sua construção política e intelectual foi feita no norte, pois, conseguiu uma bolsa de estudos para ingressar na Universidade de Turim (DEL ROIO, 2018).

Foi em Turim que Gramsci aprofundou seus estudos sobre política, filosofia, literatura, história e principalmente se estabeleceu enquanto militante e dirigente político. Primeiramente filiou-se ao Partido Socialista Italiano (PSI), apesar da concepção ideológica do partido ser avessa àquela que Gramsci se aproximava, pois o pensador italiano tinha uma concepção dialética da história, diferente do PSI que era orientado por um positivismo rebaixado. De acordo com Del Roio (2018), Gramsci tornou-se uma referência crítica no interior do partido, ou seja, combatia as tendências economicistas, fatalistas, sindicalistas, anti-intelectualistas, etc. que só pensavam o partido a partir do elemento parlamentar.

Após a vitória da Revolução Russa em 1917 abriu-se um novo tempo em toda Europa, uma era de esperanças renovadas e, foi a partir disso que Gramsci aproximou-se do legado de Lênin (apesar de outras influências perpassarem o seu pensamento, como Rosa Luxemburgo e George Sorel). Desse modo, junto com outros jovens revolucionários, Gramsci rompe com o PSI e funda o Partido Comunista Italiano (PCI), mas – importante ressaltar que no primeiro momento quem dirigiu efetivamente o partido foi Amadeo Bordiga, por quem Gramsci tinha respeito e admiração, mas discordava veementemente de suas escolhas políticas e teóricas – somente em 1924 assume a direção do partido tornando-se secretário geral e reestruturando o PCI em termos táticos, estratégicos e no âmbito das concepções políticas e teóricas ligadas principalmente à "revolução" e ao papel do "partido" (DEL ROIO, 2018).

Com o avanço da ditadura fascista (1926) na Itália e abolição dos partidos, sindicatos e do aparelho parlamentar burguês, Gramsci foi preso e condenado a 22 anos de prisão. Foi durante o cárcere que elaborou 33 cadernos de estudos, sendo 4 deles de tradução e os outros referente aos diversos temas. Atualmente sua obra é conhecida, estudada, analisada mundialmente e foi nomeada de “Cadernos do Cárcere”; apesar de Gramsci nunca ter conseguido chegar aos resultados finais de sua pesquisa, seu legado intelectual e teórico implica na construção das estratégias táticas e políticas para o triunfo do comunismo.

Durante sua vida no cárcere, Gramsci utilizava uma escrita muito atenta, pois seus cadernos eram acompanhados pela censura carcerária e pelo líder fascista Benedito Mussolini[3], que o conhecia enquanto teórico e dirigente político, e sabia da potência crítica de Gramsci, exemplo disso, foi o pronunciamento no ato da sua condenação no tribunal especial da ditadura fascista que anunciava sua prisão com os seguintes dizeres: “Devemos inutilizar por 20 anos esse cérebro”, ou seja, era preciso assegurar que o pensamento gramsciano não ganhasse voz (CARPEAUX, 1966).

Durante todos esses anos de reclusão, submetido a um regime severo, foi permitido que escrevesse cartas e notas, e desta permissão nasceu sua grandiosa obra. Através da inovação do seu pensamento e de sua construção categorial e conceitual, nos permite até hoje entender sobre os fenômenos do capitalismo global do nosso tempo.

Enquanto estava preso, Gramsci escreveu suas análises, posições políticas, e discordâncias relacionadas às posturas adotadas pela IC e por seu partido PCI, pois, acreditava que a transição para uma sociedade regulada não aconteceria de maneira puramente espontânea, também não acreditava na iminência de uma revolução na Itália fascista, sua análise histórica e dialética da realidade o levava a

[3] Benito Amilcare Andrea Mussolini foi expulso do Partido Socialista Italiano – PSI, pois era o único dirigente que pregava a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, a violência era vista como ferramenta para a transformação da sociedade italiana. Após sua expulsão do Partido, fundou o grupo Ação Revolucionária, mas por conta dos seus atos de violência, acabou sendo preso. Em 1916 ele foi solto e ingressou o exército para lutar contra a Áustria. Em 1919, Mussolini fundou os "Fasci di Combatimento" (Grupo de Combate), em Milão, o primeiro grupo do "Partido Fascista". A partir de 1921, já eram chamados de fascistas. Defendiam a militarização da sociedade, extinção das ideias socialistas, abolição do Senado, a instalação de uma nova constituinte e o controle das fábricas por operários e técnicos. Por conta da sua antiga participação enquanto dirigente socialista do PSI, Mussolini não só conhecia Gramsci pessoalmente, mas também sua inteligência. No cárcere fascista acompanhava de perto as elaborações teóricas de Gramsci (LIGOURI, 2020).

entender que a revolução no Ocidente é algo muito complexo, ou seja, não há possibilidade de simplesmente explodir ao improviso por uma crise econômica.

Em seus textos carcerários, Gramsci ao tratar do partido comunista fala sobre o “Moderno Príncipe”, uma metáfora com relação à obra “O Príncipe” do importante filósofo renascentista Nicolau Maquiavel.

É por isto que Ligouri (2020) afirma que Gramsci, assim como Marx e Engels fizeram no “Manifesto do Partido do Partido Comunista”, também gostaria de criar uma espécie de manual para os militantes do seu partido, indicando a importância das armas culturais, teóricas, polêmicas e da formação de uma personalidade política. Com esse esboço, localizado em seu caderno de número 13, intitulado “Maquiavel e o moderno Príncipe”, há algumas notas iniciais sobre Maquiavel e sua obra, após isso, Gramsci copia notas de outros cadernos fazendo relação sobre política, força, e a superação de relações unicamente econômico-sindicais.

Gramsci morre antes de conseguir terminar essa obra de reorganização dos seus apontamentos, mas suas indicações sobre o partido (ou o Moderno Príncipe) têm elementos fundamentais que nos ajuda entender sua importância enquanto intelectual coletivo. Não obstante, o marxista italiano nos chama atenção para a construção de um partido de “tipo não militar”, ou seja, sua pedagogia deveria ser pautada na construção de sujeitos autônomos, capazes de pensar para além das ordens vindas do alto. Os partidos de cunho férreo militar (o Partido Bolchevique na Rússia czarista) fizeram-se necessário num momento histórico que ainda não havia se estabelecido o mínimo de vida democrática, e por esse motivo não se justificam em tempos de “equilíbrio” da relação entre sociedade civil e estado-coerção. Para Gramsci, a tarefa essencial do partido revolucionário seria a conversão de militantes em agentes ativos da transformação social, capazes de articular teoria revolucionária com ação revolucionária, assim como nos chama atenção o pensador russo, Lênin em sua obra “*Que fazer?”.*

Para tanto, Ligouri (2020) demonstra que Gramsci entre os anos de 1919 e 1920 foi um importante dirigente do Partido Socialista Italiano (PSI) e durante o biênio vermelho atuou nos Conselhos de Fábrica em Turim, conseguindo articular através dos depoimentos dos operários os elementos necessários para estabelecer uma relação entre o movimento de vanguarda e as massas, entendendo a importância da compreensão das aflições, anseios e reivindicações das classes subalternas.

O que Gramsci experimentou na prática em Turim é recordado e reconhecido também nas notas dos seus *Cadernos,* contribuindo sobre sua concepção a respeito do “Moderno Príncipe”, incorporando em suas elaborações teóricas as necessidades objetivas das classes subalternas, anunciando que não é suficiente apenas a interpretação dos fenômenos equivalentes dessa sociedade do consumo, é também papel do partido revolucionário aprender junto às massas (e não somente ensinar) e nesse sentido, redirecionar suas demandas espontâneas e de modo mútuo construir “sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas nas soluções dos seus problemas, lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico social capitalista” (COUTINHO, 2007.p. 155).

De acordo com Braga (2017), apesar de todo o legado de Gramsci enquanto teórico da revolução e militante do PCI há interpretações desonestas que o colocam no campo do reformismo. Obviamente tais interpretações desconsideram a construção teórica e política do filósofo italiano, pois, a origem do seu pensamento estabelece uma profunda relação entre o método de Marx e os ensinamentos de Lênin. Ademais, vale destacar que a ascendência das leituras equivocadas sobre Gramsci inicia-se na Itália com o próprio PCI.

Segundo o autor, trata-se de um período histórico marcado por uma conjuntura internacional dos partidos comunistas europeus ocidentais que encontravam dificuldades (a vigência do fordismo gerou certa acomodação das estruturas sociais nos diferentes países da Europa ocidental, trazendo, por exemplo, o advento da prosperidade e o consumo em massa). Isso quer dizer que a revolução estava fora da ordem do dia, e o pensamento de Gramsci foi concebido através de justificativas da “longa guerra de posição” dentro da estrutura do Estado integral. Portanto, intelectuais liberais italianos, católicos e até conservadores, passaram a ler fragmentos dos textos de Gramsci a partir de um viés liberal disseminando de forma desleal uma conduta que não condiz com seu pensamento (BRAGA, 2017).

No caso brasileiro não foi diferente, além das interpretações de cunho liberal dos fragmentos da obra de Gramsci, houve também uma atribuição por partes de alguns intelectuais que incorporavam uma “tática” que tentava justificar no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) as idas e vindas da sua linha política e direção majoritária, explicitando sua acomodação ao aparelho do Estado e sua progressiva

luta política, priorizando a intervenção parlamentar ou as eleições fundamentalmente dentro do jogo democrático tradicional (BRAGA, 2017). Obviamente esse caráter reformista não condiz com a postura de Gramsci enquanto dirigente comunista e grande revolucionário sempre alinhado ao pensamento de esquerda e da luta de classes, além disso, suas intervenções nos congressos da Internacional Comunista evidenciam a potência e inovação do seu pensamento.

É a partir disso que as linhas a seguir deste trabalho estarão sustentadas sob a égide do legado gramsciano que servirão de base teórica para entender os fenômenos ocorridos durante a gestão dos governos petistas no Brasil e, nesse sentido, analisar se houve um aprofundamento daquilo que o comunista sardo denominou de “transformismo”. Contudo, começaremos com a discussão sobre o Estado Integral.

1.2 Estado Integral

Um dos conceitos fundamentais dos Cadernos do Cárcere é o novo conceito de Estado que Gramsci define nos seus textos carcerários. Em uma carta dirigida a sua cunhada Tatiana Schucht, em 7 de setembro de 1931, Gramsci relata os avanços de suas pesquisas e explica a relação profunda que existe entre os intelectuais italianos que estava estudando, e o estado. Escreveu ele:

> (...) o conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (GRAMSCI, 2018 p. 237).

Percebe-se que Gramsci retrata a face de um Estado diferente daquele que Marx procurou entender, pois, as contribuições do filósofo alemão se referem à realidade do capitalismo concorrencial no século XIX, com grande destaque ao desenvolvimento industrial da Inglaterra, e seu foco principal de análise eram as relações de produção. Enquanto Gramsci se dedicou a compreensão do capitalismo monopolista, mais precisamente na Itália, localizado na periferia europeia, com objetivo de entender um novo fenômeno que se expressava em seu tempo: a “socialização da política”.

A partir disso, tentaremos explicar como se deu essa socialização da política, e as novas faces Estado retratadas por Gramsci de acordo com seu momento histórico. Cabe aqui adiantar que estas distinções nas produções de Gramsci em relação a Marx, não significam uma ruptura com o mesmo, pelo contrário, indica uma fidelidade ao seu método (materialismo histórico-dialético) demonstrando sua capacidade de captar na realidade novas determinações.

Além de Marx e Engels, Lenin também se preocupou em examinar a "estrutura do Estado" e indicavam que através da coerção e da violência demonstravam sua face principal. De modo geral, "os clássicos identificavam o Estado – a máquina estatal – como um conjunto de aparelhos repressivos". De acordo com Coutinho (2007), o momento histórico que estavam localizados, a participação política do proletariado acontecia sobretudo de maneira clandestina, portanto era natural que esse aspecto repressivo do Estado burguês se colocasse em primeiro plano. É justamente neste ponto específico que Gramsci fará suas contribuições, agregando um novo caráter ao Estado moderno.

Gramsci presenciou uma nova estruturação das relações de poder e de organização, por este motivo amplia o conceito de Estado, que se caracteriza de forma inovadora principalmente no século XX, tanto nos países capitalistas, quanto na União Soviética. Acompanhou em sua época histórica a organização dos trabalhadores, o nascimento de partidos políticos, sindicatos, o sufrágio universal, além do fascismo italiano e o nazismo alemão "como movimentos de expressão da hegemonia política da burguesia, da complexificação da esfera da cultura, do direito, da ideologia" (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p.27).

Essa nova arena política é denominada por Gramsci de sociedade civil, é nesta esfera que acontece às disputas dos diferentes grupos sociais para disseminação dos seus valores, cultura e ideologias, ou seja, é o espaço reservado para à luta de classes. De acordo com Fontes (2007) "o conceito de sociedade civil liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado". Portanto "a sociedade civil é um momento organizativo a mediar às relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento" (FONTES, 2007 p. 211, 212).

Por esse motivo, surge a necessidade de Gramsci conceituar sobre esse tema. Em seu tempo surgiram novos problemas derivados tanto do fato de que as

massas entraram na vida política (não poderiam mais ser restringidas às margens pela elite), mas também, frente às repetidas crises econômicas previstas por Marx, que para tornar tudo equivalente, pedem sempre uma maior intervenção estatal (LIGOURI, 2006).

Gramsci em seus cadernos carcerários disse: “devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado= sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2007b, p.244). Isto significa então que o Estado (assim como elaborado por Marx, tendo como função o caráter coercitivo) e a sociedade civil são unidos, estão ligados de modos dialéticos e se influenciam mutuamente, não há separação, sobretudo no século XX, pois essa relação ficou ainda mais estreita que no século anterior.

Vale ressaltar, que o conceito de sociedade civil em Gramsci pertence à superestrutura, ou seja, o Estado, diferentemente da formulação marxiana, que emprega a expressão sociedade civil a infraestrutura econômica. Porém, isto não pode ser entendido de maneira rasa ou mecanicista, como indicavam as formulações do pensador italiano Noberto Bobbio que concluiu suas interpretações da seguinte maneira: “se em Marx a sociedade civil (a base econômica) era o fator ontologicamente primário na explicação da história, a alteração efetuada por Gramsci o leva a retirar da infraestrutura essa centralidade ontológico-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente a sociedade civil” (COUTINHO, 2007 p. 122).

Esse seu raciocínio demonstra que Gramsci coloca na superestrutura política e não na base econômica a centralidade do processo histórico, o que na verdade é um grande erro. A interpretação equivocada de Bobbio decorre de dois mal-entendidos, assim afirma Coutinho:

> Em primeiro lugar, temos uma falta de consequência em sua argumentação: se o conceito de sociedade civil em Gramsci não é o mesmo que em Marx, por que então atribuir-lhe, no autor dos Cadernos, a mesma função (de determinação em última instância) que tinha no pensador alemão? E, em segundo lugar, em estreita conexão com isso, Bobbio examina a questão da sociedade civil em Gramsci em relação com o vínculo de relacionamento recíproco entre infraestrutura e superestrutura, sem ver que o conceito se refere, na verdade, ao problema do Estado: o conceito “de sociedade civil” é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do *Estado* (COUTINHO, 2007, p. 122).

Portanto, está longe das elaborações de Gramsci qualquer negação ou inversão das descobertas de Marx. Para o filósofo italiano suas contribuições estão alinhadas com o princípio básico do materialismo histórico: de que a produção e reprodução da vida material implicam na produção e reprodução das relações sociais globais. Ou seja, ao delinear os elementos constitutivos para explicar a sociedade civil, o Estado, a superestrutura e a infraestrutura (que para Gramsci, são esferas unidas e autônomas na sociedade, ou seja, uma "unidade dialética") faz sempre a partir de Marx e suas elaborações (LIGOURI, 2006).

Por isso, Gramsci não se distancia de Marx quando acrescenta novos elementos para explicar sua teorização sobre o Estado Integral, pois, assim como o pensador alemão também compreende o Estado enquanto aparato de dominação política da classe dominante, opera-se como sintetizador do interesse geral difundindo os interesses que nascem na sociedade burguesa como algo comum. Desse modo, a preocupação de Gramsci é entender como se produz essa síntese do interesse geral, a partir desses interesses particulares conflitantes, o modo como se difundem e se operam enquanto ideias dominantes da classe que detém o poder.

Portanto, para o marxista italiano, compreender o Estado não se reduzia exclusivamente ao seu caráter repressivo; mas, incluía-se também a hegemonia burguesa na superestrutura. Pois, hegemonia para Gramsci não significa apenas dominação, mas direção, consenso e aceitação desses nos setores subalternos.

Por isso, nos seus textos carcerários Gramsci afirma: "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI, 2000, p. 331). Através da hegemonia que é possível expressar as ideologias, os direcionamentos e as visões de mundo de uma determinada classe, além da sua capacidade de direção e consenso. Segundo o marxista italiano, "uma classe é dominante em dois modos, isto é, é "dirigente" e "dominante". É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias" (Idem, ibidem).

É fundamental compreender como se estabelece as mediações que são capazes de reproduzir domínio e consentimento, pois são elementos fundamentais para fortalecer a dominação de classes. É justamente na esfera da sociedade civil que acontece esse exercício de dominação, através do convencimento. É a partir

dessa nova arena do Estado (sociedade civil) que ocorre as disputas de diferentes projetos.

Observando a incorporação da luta de classes dentro do âmbito estatal, Gramsci ressalta em suas produções o que se refere à política crescente de aparatos que não pertencem à esfera jurídica do Estado, pois são de natureza privada, pertencem à sociedade civil. Os complexos aparatos organizativos não apenas processam e articulam interesses particulares – que são mobilizados por segmentos ou frações de classe – mas também operacionalizam a direção intelectual e moral representando os interesses dos atores que os compõe, portanto, esses aparatos são denominados por Gramsci de “aparelhos privados de hegemonia”.

E porque são “privados”? Bom, em primeiro lugar, estão localizados na sociedade civil, são organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, compõe as organizações de opinião pública e sustentam a hegemonia vigente ou, questionam a mesma. “Compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.” (COUTINHO, 2007, p. 127).

Reiterando o que aqui já foi afirmado, o Estado em seu sentido amplo (Estado Integral) comporta estas duas esferas a sociedade política (Estado estrito ou Estado-coerção) e a sociedade civil. A sociedade política opera com sua base ligada ao monopólio legal da repressão e da violência, ou seja, os aparelhos de coerção. E a sociedade civil com os seus aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela difusão e elaboração das ideologias.

Importante pontuar, que para a formação e difusão de um consenso que possa refletir e incorporar interesses de classes é necessário uma base institucional com estrutura e legalidade própria. “É essa certa autonomia e independência material e funcional dos organismos sociais “privados” em relação aos do “Estado-coerção” (ou sociedade política) que marca o fundamento da sociedade civil e sua função mediadora entre a estrutura econômica e o Estado em sentido estrito” (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p. 28).

É necessário advertir sobre as citações de Gramsci nos Cadernos sobre as distinções entre sociedade política e sociedade civil é de natureza metodológica e não orgânica, formando uma *unidade real.* Gramsci afirma:

> (...) se especula que (...) sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e se afirma que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas, na realidade, essa distinção é puramente metodológica, mas não orgânica. Na concreta vida histórica, a sociedade política e a sociedade civil são a mesma coisa (...) (GRAMSCI, 2007, p. 47).

Ou seja, trata-se unicamente de explicitar que estas distinções tanto de caráter funcional e institucional, quanto a posterior autonomia da sociedade civil em relação à sociedade política (que acontece também de modo recíproco), não interferem e não implicam em rupturas da correlação e da unidade real – orgânica.

Todavia, a dialética do pensamento de Gramsci evidencia a atualidade do seu pensamento e sua fidelidade ao método marxiano que o permitiu compreender a realidade e suas diversas determinações. Sua concepção sobre estatização e política é certeira para compreender a sociedade capitalista, além de constituir a base para a formulação de uma teoria revolucionária original capaz de ampliar estratégias já formuladas pelos clássicos, Lênin, Marx e Engels (LIGOURI, 2006).

1.3 Oriente e Ocidente:

Após tratarmos sobre a teoria do Estado Integral de Antônio Gramsci, podemos nos reportar para suas concepções sobre o processo revolucionário de transição para o socialismo (sociedade regulada), expondo suas estratégias para os diferentes tipos de sociedade que ele denominou respectivamente de “Oriente e Ocidente”. Além disso, posteriormente explicitaremos o papel fundamental do partido político, enquanto “agente da vontade coletiva transformadora”.

Destaca-se que para o italiano marxista algo crucial que permitiu não só analisar os fracassos das experiências revolucionárias, mas também novas construções de possibilidades táticas é a capacidade de analisar as diferenças estruturais nas sociedades de tipo Oriental e Ocidental. Para Gramsci, as formações sociais do Oriente “(entre as quais se inclui a da Rússia czarista), são caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção” enquanto “as formações sociais do Ocidente, se dá de uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e política, ou seja, onde se realiza concretamente a ampliação do Estado” (COUTINHO, 2007, p. 147).

Entende-se que a diferença entre Oriente e Ocidente é importante, pois altera o terreno da luta de classes. Gramsci então formulou sua estratégia para os países de tipo oriental que precisamente indicavam a necessidade de uma “guerra de movimento” ou “guerra de manobra”, seria, portanto, um ataque frontal, de modo explosivo visando à tomada do Estado. “A guerra de movimento, realizado pelos agentes revolucionários, com o objetivo de tomar o poder central e implementar uma nova ordem, era uma estratégia que só poderia ser utilizada em sociedades que possuíam um polo de poder centralizado e nas quais sua sociedade civil fosse frágil” (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p. 34).

Nas sociedades ocidentais que já possuem um desenvolvimento da sociedade civil e dos seus aparelhos privados de hegemonia, a melhor estratégia seria uma “guerra de posição”, entendendo que as batalhas deveriam ter como visão “à conquista de posições e de espaços, da direção política-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para acesso ao Estado e para sua posterior conservação” (COUTINHO, 2007, p. 147).

Essas diferenciações entre Ocidente e Oriente, obviamente não se resumem em uma questão geográfica, mas aos processos históricos sociais com as devidas particularidades de cada sociedade. Nesse sentido, Gramsci afirma:

> No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2007, p. 262).

A formulação dessas estratégias levando em consideração fatores singulares e particulares é sugerida por Gramsci ao tratar da teoria da “revolução permanente” (elaborada por Marx e Engels), segundo o marxista italiano tal estratégia foi adequada num momento histórico em que socialização da política ainda não estava consolidada – não havia os grandes partidos políticos, os sindicatos, o desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia – porém, com o avanço da sociedade capitalista é necessário repensar a estratégia revolucionária. “Ocorre na arte política, o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (GRAMSCI, 2007b, p. 73).

É a partir disso que Gramsci irá construir sua oposição à estratégia da guerra de movimento para as sociedades ocidentais e as estratégias alinhadas cegamente ao conceito de revolução permanente, entendendo que a fluidez da socialização política, cede lugar para as democracias modernas. Portanto, estabeleceu críticas a Trotsky[4], Rosa Luxemburgo[5] e a linha política adotada pela Internacional Comunista (1929/1934), pois acreditava que as transformações históricas da realidade necessitavam de renovações da estratégia marxista para o socialismo, então ao construir sua crítica teórica estava também estabelecendo uma batalha política contra aqueles que não acreditavam nessa renovação (COUTINHO, 2007). Tais críticas eram fortemente direcionadas à IC, que adotava perspectivas teóricas e políticas desalinhadas com a realidade objetiva, desarticulando elementos particulares e nacionais. Sendo assim, Gramsci afirmava: “Estados mais avançados, onde a "sociedade civil" tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às "irrupções" catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 2007, p. 73).

Conforme assinalou Coutinho, as crises das sociedades ocidentais se expressam de maneira complexa, pois não se manifestam de caráter unicamente

[4] É importante pontuar que, apesar das distinções teóricas e táticas entre o comunista italiano e o revolucionário russo, não cabe nesse debate tendências que coloquem Gramsci numa perspectiva antitrotskista, pois, “nunca houve uma oposição sistemática da parte de Gramsci à teoria da Revolução permanente, senão uma tentativa de construir uma nova concepção tático-estratégica para um novo período histórico que Gramsci acreditava, se havia aberto para o Ocidente depois de 1871 e possivelmente para o restante do mundo depois de 1971” (SENA JUNIOR, p. 57, 2004). Sobre o tema da Revolução Permanente e o debate entre Gramsci e Trotsky, Cf: “O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política – Bianchi (2018)”; “O primado da política: revolução permanente e transição _ Bianchi (2000)”; “O marxismo de Leon Trotsky: notas para uma reconstrução teórica – Bianchi (2007)”; “Gramsci mais um antitroskista? – Sena Junior (2004); etc”.

[5] Ao que se refere à Rosa Luxemburgo e as críticas voltadas para questão do “espontaneísmo” não condiz com a trajetória política e intelectual da pensadora. De acordo com Del Roio (2020) Rosa viveu, atuou e militou boa parte da sua vida na Alemanha, num contexto da Era Guilhermina, enquanto a Rússia enfrentava o Czarismo, portanto, na Alemanha os partidos e sindicatos já atuavam de maneira legal – diferente da Rússia. A filósofa marxista valorizava a “autoatividade” das massas, ou seja, suas experiências e elevação de consciência através da luta de classes (num contexto histórico de grandes greves operárias em toda Europa). A partir disso, surge as variadas interpretações que acusam a pensadora de está calcada unicamente no campo do espontaneísmo, pois, sua dialética é posta de maneira diferente da de Lênin. Mas é diferente pois, trata-se de contextos históricos distintos, mas não só, implica também no grau de desenvolvimento das ditas sociedades. Ou seja, na Rússia ainda era preciso superar os elementos de espontaneidade das massas, portanto, era papel do partido organizar e disciplinar sua classe. Enquanto na Alemanha já havia essa organização. Desse modo, não é correto afirmar que a valorização de Rosa sob a ação espontânea das massas implica no espotaneísmo, pelo contrário para autora o movimento das massas é capaz de ensinar a vanguarda revolucionária. Sobre o tema referente aos debates entre Rosa Luxemburgo e Gramsci, Cf: “Os primas de Gramsci – Marco Del Roio (2020)”.

econômico, e é por isto que não há possibilidades de pensar saídas rápidas e um choque frontal, elas se estabelecem em períodos históricos longos, que Gramsci as define de “crise orgânica”[6], portanto, não são de caráter ocasional/conjuntural, seu enfrentamento requer uma “progressiva desagregação” do velho “bloco histórico”. Logo, o objetivo central para resolução da crise e a busca de uma hegemonia da classe dominada, “envolve a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos a capacidade de fazer política”, ou seja, “abranger grandes massas na solução dos seus problemas de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final” isto é, “promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista” (COUTINHO, 2007, p. 155).

Necessário pontuar, que o entendimento sobre as elaborações de Gramsci sobre a guerra de posição, não perpassa pela total exclusão da guerra de movimento no processo revolucionário ”a guerra manobrada [ou de movimento] deve ser considerada como reduzida mais as funções táticas do que estratégicas (...)” (GRAMSCI, 2007 p. 73). Isto é, sua utilização nas sociedades com avanço da democracia moderna continua válida. “Em outras palavras, a estratégia é a guerra de posição e esta estratégia não dispensa, ou melhor, requer a utilização da guerra de movimento em determinados momentos do processo revolucionário” (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p. 36).

Isso evidencia o caráter dialético de Gramsci, além da sua postura contrária à “impaciência revolucionária”, expondo os elementos necessários para compreender que as crises econômicas não são unicamente necessárias para a o construção de um novo mundo, e que “a conquista de hegemonia, a transformação da classe

---

[6] “Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais dirigente, mas unicamente dominante detentora de pura força coercitiva, isso significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer.” (...) “Se o “novo” demora a se afirmar, tanto o “velho” quanto o “novo” se encontram convivendo numa situação de ceticismo diante de todas as teorias e as formulas gerais e como limitação ao puro fato econômico.” (...) “A crise orgânica é justamente constituída por uma fratura entre estrutura e superestrutura, determinada pelo surgimento de contradições que nascem no momento em que a superestrutura se desenvolve em não conformidade com a estrutura.” De acordo com os autores, “as condições necessárias para o romper de uma crise orgânica são duas: a) o fracasso da política dirigente; b) a organização das classes subalternas (...)” ou seja, “a crise explode ou porque as classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas, ou porque amplas massas passaram subitamente da passividade política para certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma “revolução””(...) (LIGOURI; VOZA, 2017, p. 162, 163). Em resumo, “se a crise orgânica, em seu aspecto econômico, apresenta-se como manifestação de contradições estruturais do modo de produção, ela aparece – no aspecto superestrutural, político-ideológico – como crise de hegemonia” (COUTINHO, 2007, p. 153).

dominada em classe dirigente antes da tomada do poder, é o elemento central da estratégia gramsciana de transição ao socialismo" (COUTINHO, 2007, p. 155).

É por isto que ao tratar de Lênin, o marxista italiano diz:

> Parece-me que Ilitch [Lênin] havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiadíssimas (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Dito de outro modo, para Gramsci, Lênin é um grande conhecedor do capitalismo em esfera mundial, além de entender de maneira extremamente certeira a realidade nacional – exposto em suas obras, como por exemplo: *Imperialismo – Estágio superior do capitalismo* – e que através de uma transição dialética consegue pensar uma nova perspectiva revolucionária condizente com as transformações e o desenvolvimento da sociedade moderna burguesa, nesse caso, Lênin compreendia a central diferença entre Oriente e Ocidente.

Nesse sentido, Gramsci prossegue: (...) "Só que Ilitch [Lênin] não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc." (GRAMSCI, 2007, p. 262).

O que o filósofo italiano indica, é sobre a necessidade de avaliarmos as condições concretas de uma luta travada em um determinado chão histórico, por isto ao citar Lênin e expor sua estrita relação com a teoria do pensador russo, desenvolve em seus *Cadernos* a formulação das diferenças entre as sociedades de tipo Oriental e Ocidental e respectivamente as estratégias de guerra de movimento e guerra de posição. Fala sobre a necessidade da classe dirigente, hegemônica, a classe operária se tornar *classe nacional*.

Esse é um ponto muito importante no pensamento de Gramsci, pois assim como enfatizou Coutinho (2007), suas preocupações em nível de interpretações sempre ligadas ao profundo reconhecimento do "terreno nacional" permitiu-o escrever sobre o desenvolvimento do capitalismo na Itália (pela vida da revolução passiva), "sobre a centralidade nacional das questões meridional e vaticana, sobre o

caráter cosmopolita e não nacional-popular da cultura e dos intelectuais italianos, etc", ou seja, são temas valiosos e que "ocupam lugar de destaque nesse reconhecimento do "terreno nacional"" (p.156).

Desse modo, podemos nos reportar para as elaborações do marxista italiano que se dedicou a escrever em seus cadernos carcerários sobre a "Correlação de Forças". Nesse sentido, Gramsci tentou estabelecer a importância sobre a avaliação das condições concretas de uma luta, percebendo as forças que defrontam, avaliando qual delas estão em vantagem e como se apresentam. A análise da "Correlação de Forças" para Gramsci inclui três momentos:

O primeiro que se refere à estrutura econômica objetiva, através dos indicadores quantitativos que examina as relações de força em âmbito econômico, ou seja, "é o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção em que se têm os agrupamentos sociais e suas funções e posições na divisão social do trabalho". Trata-se com realismo, a análise da relação e situação política das forças sociais (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p. 32).

Em segundo lugar está situado a análise das forças políticas, ou seja, "a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora". O primeiro é o econômico-coorporativo, quando diferentes interesses econômicos do qual possuidor de uma pauta econômica específica conseguem se agrupar, traçando algum nível de unidade em torno de lutas comuns. O segundo grau de análise é o sindicalista "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social", contudo, limitado aos interesses materiais ainda que unificados. "Já se põe nesse momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes"; o terceiro nível de análise e mais importante para Gramsci, denominada de "fase estritamente política" se estabelece quando esses interesses econômicos corporativos deixam de pesar como referência exclusiva na produção da unidade dos grupos sociais. Agora superados e capazes de adentrar junto aos grupos subalternos na construção política dos seus interesses coletivos

“criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”, “portanto, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal” (GRAMSCI, 2007, p. 40,41).

O terceiro momento da análise da “Correlação de Forças” é o da relação das forças militares:

> imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta. (O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo.) Mas também esse momento não é algo indistinto e identificável imediatamente de forma esquemática; também nele podem-se distinguir dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de políticomilitar. No curso da história, estes dois graus se apresentaram numa grande variedade de combinações. Um exemplo típico, que pode servir como demonstração-limite, é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar sua independência estatal. A relação não é puramente militar, mas político-militar: com efeito, este tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria. Portanto, a independência não poderá ser alcançada com forças puramente militares, mas com forças militares e político-militares. De fato, se a nação oprimida, para iniciar a luta pela independência, tivesse de esperar a permissão do Estado hegemônico para organizar seu próprio exército no sentido estrito e técnico da palavra, teria de esperar bastante tempo (pode ocorrer que a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno políticomilitar) (IDEM, p. 43).

A análise e elementos das correlações de força são manifestações concretas das situações de conjuntura e do conjunto das relações sociais de força, para culminar na relação militar decisiva, portanto, o ato que se configura na tomada do poder não desaparece no raciocínio gramsciano. Gramsci não é defensor de reformas progressivas que terminariam em certo momento por ter produzido quase sem percebemos a mudança de qualidade e a produção do novo. Para o marxista italiano há acumulação de forças, há luta por hegemonias contrastantes no terreno da sociedade civil, há disputa de posições (guerra de posição) e ação militar.

Em linhas gerais, as preocupações de Gramsci sobre suas elaborações de cunho teórico e político que possam contribuir para superação do modo de produção capitalista se estabelecem em torno de uma hegemonia capaz de consolidar na classe operária uma perspectiva ampla, de modo que, a leitura da realidade e sua capacidade de transformação estejam calcadas a partir de uma perspectiva que não

perca de vista os elementos particulares de cada momento histórico, além de levar em conta os desafios encontrados em solo nacional, construindo através do terreno da sociedade civil novas condições de pensar o processo revolucionário.

O que veremos no tópico a seguir é o imprescindível papel do partido enquanto agente transformador da realidade, estabelecendo assim “as condições necessária para o processo de criação de uma contra-hegemonia das classes subalternas e pela consequente criação da nova sociedade regulada” (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p. 34).

1.4 O “Moderno Príncipe”:

Em seus textos carcerários, Gramsci ao tratar do partido comunista fala sobre o “Moderno Príncipe”, uma metáfora com relação à obra “O Príncipe” do importante filósofo renascentista Nicolau Maquiavel. Em linhas gerais o “Moderno Príncipe” não deve ser concebido como uma vanguarda distante das classes subalternas, mas sim como um estrato mais avançado politicamente extraído da classe e que deve se manter fundido organicamente com a classe que representa.

As concepções do partido destacam-se quando Gramsci o aponta como operador e construtor político de unidades humanas, capazes de se movimentar de maneira unitária, além de dirigente e organizador. Suas visões críticas, proposições teóricas sobre a prática política-organizativa em relação ao partido revolucionário têm como cerne o pensamento leninista, ou seja, o partido não pode ser um indivíduo, mas uma organização (diferente do tempo de Maquiavel), configurando-se a partir do princípio da centralidade, garantindo unidade de ação e postulando o que Gramsci denomina de “reforma econômica” [7]

> Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu

[7] Em virtude da censura fascista, Gramsci em diversos momentos não utiliza o conceito de “revolução”.

> desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele (...) (GRAMSCI, 2007, p. 19).

Em outras palavras quer dizer, que sem transformações econômicas não há mudança histórica real, essas transformações na base produtiva deve ser parte do programa do Moderno Príncipe, portanto, sua resposta revolucionária deve conduzir a luta com alinhamento ao fator econômico e dialeticamente com um programa de reforma intelectual e moral, não é possível mudança efetiva do mundo moderno sem o entrelaçamento simultâneo desses elementos.

Assim como afirmou Lênin em sua obra "*Que fazer?"* sobre os elementos básicos, universais do partido, destaca-se a concepção de que o partido revolucionário pudesse contribuir "para superar na classe operária uma consciência tradeunionista, sindicalista; isso implica fornecer os elementos teóricos e organizativos para que essa consciência possa se elevar ao nível de consciência de classe, isto é, ao nível de totalidade" (COUTINHO, 2007, p. 168).

Desse modo, a tarefa do "Moderno Príncipe" seria a superação dos momentos "egoísticos-passionais" da classe operária, para uma vontade coletiva nacional-popular, ou seja, o partido se torna peça fundamental para construção daquilo que Gramsci denominou de "momento catártico", que de acordo com as análises de Coutinho (2007) diz respeito ao "partido, que portanto, não é um organismo corporativo". Pois, "um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, [etc]" (...) Portanto, "no partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional" (GRAMSCI, 2001, p. 25).

Logo, esse "momento catártico" que organiza os interesses puramente pessoais e de caráter corporativo, sindical, etc. em ação coletiva, também se expande de maneira singular em cada pessoa, permitindo uma visão ampla, de totalidade, alinhada aos interesses gerais das classes subalternas, tornando-se sujeitos críticos e coerentes. Nesse sentido afirma Coutinho:

> (...) a fixação no momento econômico-corporativo mantém a consciência no nível da passividade, da impotência objetiva em face da necessidade social.

> A explicação e o conflito entre interesses corporativos leva, em última instância, à reprodução da formação econômico-social existente. Somente a passagem para o momento ***"ético-político"*** – para o que Lenin chama de "consciência de fora" (de fora da práxis econômica, não de fora da ampla práxis totalizante que envolve o conjunto da sociedade) – tão, somente essa passagem permite ao proletariado superar suas divisões corporativas e tornar-se classe nacional, dirigente, hegemônica. Para Gramsci, a possibilidade de tornar-se classe hegemônica encarna-se precisamente na capacidade de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular (COUTINHO, 2007, p. 170).

Portanto, somente com a passagem para uma consciência nacional popular é que podemos pensar na construção de um novo "bloco-histórico" revolucionário, a classe subalterna livre das amarras do corporativismo, se torna dirigente. Para Coutinho (2007), a construção dessa vontade coletiva que resultaria nessa construção de um novo "bloco-histórico" deve ser feita de maneira pedagógica pelo partido, levando em consideração à hegemonia vigente, pois nas sociedades com desenvolvimento avançado das superestruturas é necessário travar uma batalha ideológica no campo das ideias.

Para tanto, é essencial compreender (assim como anteriormente afirmado) que esta tarefa "requer uma intensa "preparação ideológica das massas", um "trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias", de construção de uma nova concepção de mundo (de uma "reforma intelectual e moral")" (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021 p. 31). Entretanto, Gramsci não acreditava que essa vontade coletiva surgiria de maneira espontânea, como uma espécie de um mito ou ideia-força que moveria a classe, sem qualquer perspectiva centrada na objetividade concreta e histórica. "É preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, à vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo" (GRAMSCI, 2007, p. 17).

Em outras palavras Gramsci enfatiza que essa vontade coletiva é elevada "à consciência e convertida em práxis transformadora" (COUTINHO, 2007, p. 171). Portanto, é papel do partido "a análise histórica (econômica) da estrutura social do [determinado] país" (GRAMSCI, 2007, p. 17). Pois, só é possível estabelecer estratégias políticas capazes de transformar a realidade através das condições objetivas de cada momento histórico, entendendo a dinâmica e determinações existentes no real.

Em suas elaborações carcerárias o marxista italiano chama atenção para algo muito importante, e que pode ser observado quando escreve sobre o tema da “Espontaneidade e direção consciente”, aqui Gramsci fala acerca da necessidade de dar aos movimentos espontâneos uma direção consciente, ou seja, a superação de elementos corporativos, transformando em ação política transformadora com eficácia duradoura (COUTINHO, 2007). Além disso, defende que esses elementos de espontaneidade não sejam desprezados, menos ainda negligenciados, mas “orientados, purificados de tudo o que de estranho podia afetá-lo, para torná-lo homogêneo” (GRAMSCI, 2007, p. 196).

As indicações de Gramsci perpassam pela construção de um partido de massas, capaz de elaborar suas iniciativas e direções políticas sem desprezar espontaneidade de sua classe “esta unidade de "espontaneidade" e "direção consciente", ou seja, de "disciplina", é exatamente a ação política real das classes subalternas” (Idem, ibidem). É importante superar o sectarismo, o dogmatismo e o espontaneísmo para que o partido não se torne uma seita doutrinatária ou uma “simples aventura de grupos que invocam as massas” (Idem, ibidem). Para Coutinho (2007) um partido revolucionário deve lutar por essa unidade entre movimento de massa e direção consciente, esse momento de síntese disciplinadora e de mediação político-universal.

É por isto que para Gramsci não é possível reduzir as lutas do partido apenas por uma renovação política, econômica e social é preciso estabelecer um entrelaçamento de maneira orgânica para uma reforma intelectual e moral (COUTINHO, 2007). Nesse sentido, o marxista italiano afirma que

> uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo” (...) o que significa, de resto, criar o terreno para um novo, desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2007, p. 18).

A partir disso podemos observar que as preocupações de Gramsci estão alinhadas com o legado dos clássicos (Marx, Engels e Lenin) entendendo a importância da batalha das ideias, que juntamente com a frente econômica e a frente política estabelecem um terreno decisivo na luta das classes subalternas (COUTINHO, 2007).

> Mas essa continuidade com os clássicos não deve ocultar o elementos de novidade, pelo menos quanto à ênfase: se a estratégia de transição para o socialismo no “Ocidente” implica um intenso esforço pela conquista da hegemonia, do consenso e da direção política-ideológica já antes da tomada do poder, então a batalha cultural – momento fundamental da agregação do consenso – adquire uma importância decisiva. Sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão se elevar à condição de classes dirigentes (COUTINHO, 2007, p. 173).

Para Gramsci, a transição para sociedade regulada (comunista) só é possível com a dissolução do Estado-coerção, “suprimindo não apenas a apropriação privada dos meios de produção das riquezas materiais, mas também eliminar a apropriação elitista do saber e da cultura” (Idem, 2007, p. 174). Portanto, é somente a partir desta iniciativa que as classes subalternas chegarão a vitoria da “guerra de posição”, a reforma intelectual e moral é parte substancial para superação das “duas formas sob as quais o Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política, como "autogoverno" e como "governo dos funcionários”” (GRAMSCI, 2007, p. 279).

Daí a importância fundamental que Gramsci atribui à função dos intelectuais orgânicos. Primeiramente é importante pontuar que os intelectuais orgânicos são aqueles “que exercem uma função educativa, organizativa para criar ou manter relações de hegemonia de uma determinada classe. São intelectuais os membros de partidos, de sindicatos, de organizações e movimentos sociais, etc.” (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2021, p. 32).

Por isso, os intelectuais orgânicos dos subalternos assumem um papel fundamental na construção de uma visão de mundo que ultrapasse os limites impostos pela hegemonia burguesa vigente. Sua importância se expressa na luta intelectual, moral e epistemológica, esse terreno imposto pela sociedade civil se torna um espaço inescapável para luta de classes nas sociedades ocidentais. É a partir dessa apreensão sobre os intelectuais que o tópico a seguir irá tratar da centralidade dos intelectuais que atuam por meio do partido.

1.5 O papel dos intelectuais e o “Moderno Príncipe”:

Gramsci não caracteriza o partido e seus intelectuais como heróis com perspectivas individuais, mas como peças articuladas organicamente a práxis

transformadora. “São em suma, agentes de consolidação de uma vontade coletiva, de um bloco histórico” (COUTINHO, 2007, p. 176). Nesse sentido, é importante diferenciar os intelectuais orgânicos dos intelectuais tradicionais, de acordo com o gramsciano brasileiro as diferenciações se dão respectivamente da seguinte forma: “o intelectual orgânico que surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe”, não se restringindo apenas ao campo econômico, mas também ao social e político. Enquanto os intelectuais tradicionais “– que tendo sido no passado uma categoria de intelectuais orgânicos de dada classe (por exemplo, os padres em relação à nobreza feudal) formam hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma camada relativamente autônoma” [8] (Idem, ibidem).

Em seus textos carcerários ao tratar do tema dos intelectuais, Gramsci afirma que “todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 1999, p. 93), obviamente o comunista italiano não defendia que todos os homens eram filósofos por formação, tampouco assumiam um papel intelectual na sociedade, mas estava pontuando sobre essa “filosofia espontânea”, ou seja, o processo de elaboração de uma “concepção de mundo” a partir do “senso comum” que homens e mulheres adquirem através dos seus diferentes grupos imediatos de socialização.

Esse é um ponto importante do pensamento de Gramsci, pois indica primeiramente a importância de compreender o “senso comum” que se expressa de maneira “ocasional, desagregada e bizarra”, ou seja, de forma distinta do que se espera dos intelectuais (unidade e coerência), pois este último organiza seus argumentos e pressupostos a partir de um sistema explicativo que expresse coerência ao tratar dos elementos históricos, políticos e econômicos. Nesse sentido e, de acordo com Duriguetto (2014) o marxista italiano fala que o início de uma elaboração crítica parte justamente de entender as origens do seu processo de formação ligada à cultura, religião, educação, etc. Nas palavras do autor: “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica.” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

[8] Portanto, é um erro identificar “intelectual orgânico” como revolucionário e “intelectual tradicional” como conservador ou reacionário. Pois, a burguesia tem seus intelectuais orgânicos, assim como há intelectuais tradicionais ligados às classes subalternas (COUTINHO, 2007).

Portanto, é papel dos intelectuais atuar nos processos de formação de uma consciência crítica e de uma concepção de mundo coerente com a das massas e assim estabelecer uma relação orgânica, necessária para superar a natureza do senso comum. Por isso, Gramsci ressalta a imprescindível relação entre teoria e prática, isso quer dizer que uma unidade intelectual e uma ética adequada à concepção do real possibilitam a criação de uma ação política criadora de uma nova hegemonia (DURIGUETTO, 2014). Dito isso, importante compreender que a criação de uma nova hegemonia está ligada a uma identidade filosófica de um grupo social e a construção de intelectuais. Sendo assim, Gramsci afirma:

> [a] criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se "distingue" e não se torna independente "para si" sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas "especializadas" na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Segundo Duriguetto (2014), esse processo de criação de novos intelectuais implica num caminho longo e cheio de avanços e recuos, pois se trata de um desenvolvimento pedagógico que deve ser estabelecido pelo determinado grupo social que necessita da expansão dos seus quadros intelectuais. Para Gramsci, o partido político moderno passa a ser uma das principais fontes de criação de intelectuais orgânicos, levando em conta sua capacidade de elaboração e difusão das visões de mundo (COUTINHO, 2007). Mas, isso não significa que não haja durante o processo tais dificuldades, pelo contrário, é onde se expressa esses recuos e avanços "que podem expressar a permanência ou o retorno a fases de consciência ainda econômico-corporativa" (assim como anteriormente tratado sobre "análise da correlação de forças" no grau "forças políticas") (DURIGUETTO, 2014, p. 279).

Ainda nesse sentido, Gramsci diz que todo "movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo" — que podemos apreender como sendo elementos de conteúdo da ação dos intelectuais — deve desenvolver a necessidade de "não se cansar de repetir os próprios argumentos (variando a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular"; trabalhar "para elevar intelectualmente camadas populares

cada vez mais vastas" (GRAMSCI, 1999, p.110). Sobre esse processo de elevação de consciência exercido pelos intelectuais, o marxista italiano complementa:

> Passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual "sabe", mas nem sempre compreende e, menos ainda, "sente". [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado. [...] [O intelectual] deve sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, por- tanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o "saber"; não se faz política-história sem essa paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexo, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (GRAMSCI, 1999, 221-222).

Portanto, isso indica que Gramsci não concebe os intelectuais enquanto uma casta separada da sociedade, mas enquanto parte integrante das relações sociais e tendo como função a representação dos interesses dessa classe no conjunto da vida social, ou seja, alinhando-se teoricamente com suas ações práticas no cotidiano. Desse modo, a ação dos intelectuais orgânicos dentro do partido revolucionário é imprescindível. Pois, devem ser "agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional". Todos os membros de um partido político são considerados intelectuais, mas o significado forte é para aqueles que exercem uma função que é "diretiva e organizativa, isto é educativa, isto é, intelectual" (GRAMSCI, 2001, p. 25).

Essa função dirigente e organizativa que os intelectuais exercem no partido são definidos pela função de elevação das consciências (da consciência corporativa à ético-política à consciência de classe) e a necessidade de superar os sentimentos espontâneos" das massas, pois, devem ser "educados", "orientados" e é da "unidade da espontaneidade" com a "direção consciente" que se deve desenvolver a ação política das classes subalternas. Essa função de síntese e de mediação caberia aos intelectuais orgânicos do partido, ao "moderno príncipe" (COUTINHO, 2007, p.177).

Todas essas reflexões de Gramsci são oriundas da sua preocupação em elencar os pontos importantes de modo que pudesse ajudar na transformação do seu partido – (PCI) que enfrentava um regime fascista na Itália – em um grande partido de massas. Por isso, ao falar da dissolução entre governantes e governados

numa sociedade regulada, o mesmo acredita que o partido deve eliminar suas diferenças, entre indivíduos superiores e inferiores e em sua estrutura organizativa interna. A luta pela construção de uma sociedade regulada perpassa pela difusão da filosofia da práxis, quando isso ocorre é sinal que o partido não impôs “pelo alto” suas demandas de maneira onisciente, mas foi capaz de unificar as vontades individuais em vontade coletiva, desse modo o partido é visto como parte orgânica da classe, não como um corpo separado (COUTINHO, 2007).

Todavia, Gramsci não deixa de observar os riscos de o partido perder de vista seu caráter democrático e comece a assumir uma postura burocrática, ou seja: “o funcionamento de um dado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista, funciona "democraticamente" (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona "burocraticamente" (no sentido de um centralismo burocrático).” Podemos então concluir que “neste segundo caso, o partido é puro executor, não deliberante: ele, então, é tecnicamente um órgão de polícia e seu nome de partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico” (GRAMSCI, 2007, p. 308). Desse modo, os posicionamentos, as funções e o caráter organizativo do partido e seus intelectuais é orientado respectivamente pelo caráter democrático ou burocrático. É justamente sobre essas duas noções que o próximo tópico irá tratar.

1.6 O centralismo democrático enquanto estratégia revolucionária:

Ao tratar sobre o partido, Gramsci alerta sobre os riscos de um partido de tipo militar, entendendo como centralidade a concepção pedagógica para construção de uma contra-hegemonia que pudesse superar o modo de produção capitalista, além de explicitar que a mudança real do mundo moderno só é possível se o partido assumir simultaneamente a tarefa política de conduzir a luta por reformas econômicas acopladas de uma reforma intelectual e moral.

Desse modo, é de suma importância ressaltar as elaborações do marxista italiano sobre o centralismo, suas críticas e elaborações táticas. Portanto, ao tratar sobre o tema nos Cadernos, Gramsci não o delimita enquanto única estratégia revolucionária para o partido, mas esclarece sobre os avanços e retrocessos que considera quando escreve sobre o centralismo de tipo orgânico/burocrático e democrático.

O debate inicia com as críticas de Gramsci em relação às escolhas de organização política comandada por Amadeo Bordiga no PCI, neste caso Bordiga fala sobre o "centralismo orgânico" que, de acordo com Fernandes (2015), Gramsci o considerava mecânico e a-histórico, pois acontecia de maneira enrijecida, preocupando-se apenas com a disciplina partidária. "Todo o combate ao centralismo orgânico é um combate à concepção partidária de Bordiga e daqueles comunistas que, mesmo numa posição política contrária a Bordiga, implementaram seu regime político de organização nos partidos comunistas" (idem).

Segundo Fernandes (2015)[9], em março de 1930 Gramsci amplia suas críticas, referenciadas não somente à Bordiga, mas ao intelectual Charles Maurra[10] ambos os defensores do centralismo orgânico. Por isso, o comunista italiano afirma:

> baseia-se no princípio de que um grupo político é selecionado por "cooptação" em torno de um "portador infalível da verdade", de um "iluminado pela razão", que encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos "pareçam" não lhes dar razão" A aplicação das leis da mecânica e da matemática aos fatos sociais -- o que deveria ter apenas um valor metafórico - transforma-se no único e alucinante motor intelectual (a vácuo)" O nexo entre o centralismo orgânico e as doutrinas de Maurras é evidente" (GRAMSCI, 2007, p. 108).

Para Gramsci, o centralismo orgânico não acompanhava o movimento real das massas, operando de maneira mecânica e artificial. Ou seja, (...) "Tendência a separar o "comando" de qualquer outro elemento e a transformá-lo numa "panaceia"" (...) O centralismo orgânico, com o comando autoritário e "abstratamente" concebido, está ligado a uma concepção mecânica da história e do movimento, etc. (GRAMSCI, 2005, p. 252-253). Isso quer dizer, que não há por parte destes, preocupações no que tange a elevação da consciência das massas (papel exercido pelos intelectuais) de maneira pedagógica, mas imposições de caráter autoritário que não avançam no sentido crítico e transformador. Portanto, não é

---

[9] As citações referentes à "Fernandes (2015)", trata-se do seu trabalho publicado no site "Esquerda Online" com o título: "Antonio Gramsci e o Centralismo Democrático nos Cadernos do Carcére" – (2015). Para melhorar aprofundamento sobre o tema cf: FERNANDES, Renato. *Gramsci crítico de Michels: oligarquia e transformismo*. Dissertação de Mestrado. IFCH-UNICAMP, 2011"; "FERNANDES, Renato. O Partido revolucionário e sua degeneração: a crítica de Gramsci a Michels. *Outubro*, nº 21, 2013, p. 191-217".

[10] De acordo com Fernandes (2015) Charles Maurras (1868-1952) foi poeta e jornalista. Líder do jornal e do grupo de extrema direita *Action Francese*, defendeu a tese do nacionalismo integral e da monarquia parlamentar. Teve muito apoio em setores da Igreja, apesar de ser agnóstico

possível falar de consentimento e ampliação de novos quadros formados por intelectuais no interior das organizações sociais quando se adota de maneira tática o centralismo orgânico.

Nesse sentido, Fernandes (2015) afirma sobre o papel dos dirigentes na construção junto às massas do consentimento político. “Para o comunista italiano, a direção de uma organização estatal ou civil, tem como um dos seus elementos principais conseguir o consentimento das massas. Este consentimento pode ser obtido de duas formas: a primeira é a forma passiva*,* na qual os dirigidos não participam da elaboração da política; a segunda ocorre de forma ativa*,* na qual a elaboração da política perpassa a intervenção dos dirigidos” (idem). Desse modo, para Gramsci o centralismo orgânico encaixa-se no consentimento passivo, pois o que de fato predomina são as ações que não prejudicam o comando atual, não consideram a relação com as massas, tampouco as mobilizações desta, o que prevalece nesse tipo de centralismo, seriam “a capacidade de medir a eficiência e a exatidão do “programa” e da “disciplina”” “(essa era a concepção de Bordiga para analisar a eficiência dos partidos comunistas)” (FERNANDES, 2015). Não obstante, Gramsci então construirá seu contraponto.

Em seus escritos carcerários quando remete suas criticas ao centralismo orgânico encontrado nos mais diversos tipos de organização social (partido; sindicatos; Igreja católica; na própria estatal; etc.) Gramsci, argumenta sobre um tipo de centralismo que se contrapõe ao orgânico, ou seja, o “centralismo democrático”. Para o marxista italiano, seria este não só oposto ao centralismo orgânico, mas, sobretudo, o centralismo democrático é o único que poderia ser chamado de “orgânico”. Assim afirma o autor:

> O nome mais exato seria o de centralismo burocrático. A "organicidade" só pode ser a do centralismo democrático, que é um "centralismo" em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é "orgânico" porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia (GRAMSCI, 2007, p. 91).

É a partir disso que Gramsci desenvolverá com mais ênfase a necessidade do “Moderno Príncipe” estabelecer enquanto direção política as concepções

organizativas do centralismo democrático, pois, somente este, tem como base uma forma “elástica” capaz de adequar às diversas situações. Uma vez que, a forma permanente de renovação da teoria e prática está alinhada com a dialética do movimento real (COUTINHO, 2007). Para Fernandes (2015), “o conhecimento e a verdade são sempre resultado de um processo de trabalho coletivo e prático, sendo o partido, uma forma da realização desse processo”.

Para o autor dos Cadernos só é possível falar de conquista da democracia no âmbito do Estado, se entendermos a necessidade de “um partido fortemente centralizado” (GRAMSCI, 2007, p. 166). Para tanto, não é simples a manutenção do centralismo democrático no interior do partido revolucionário, as direções do partido não se exprimem apenas na relação com sua base, é preciso estabelecer certa harmonia entre: “base, direção e militantes intermediários”, ou seja, para que não acabe tornando-se burocrático, é preciso entender que entre base e direção, há um grupo intermediário que deve ser capaz de evitar nos momentos de crise que “os chefes de se desviarem” e, desse modo, organizar os anseios das massas.

Podemos então concluir que a relação entre base, direção e militantes intermediários não acontece de maneira superficial, mas é preciso um entrelaçamento constante entre teoria e prática, pois, para que seja possível chegarmos à revolução comunista, é necessário à atuação politicamente ativa de intelectuais, dirigentes e trabalhadores. Além disso, a inserção ao partido revolucionário deve ser feita através do consenso ativo, ou seja, é preciso que as classes subalternas se reconheçam se alinhem e estabeleçam de forma prática e teórica uma relação “ativa, orgânica e permanente”. “Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real” (GRAMSCI, Q 11, § 12, p. 1387 apud FERNANDES, 2015). Sendo assim:

> o centralismo democrático, enquanto regime organizativo está baseado na inserção direta do partido no movimento de massas, na relação de transformação das classes subalternas em dirigentes políticos, o que exige uma política de formação permanente dos trabalhadores e da base partidária, na intervenção permanente dos quadros intermediários para a organização da política e para a mudança de orientação por meio dos “impulsos de baixo”. É por isso, que a adesão ao partido comunista só pode ser “individual” e “consciente” e nunca uma adesão “laborista” (FERNANDES 2015).

Além disso, a disciplina também é de suma importância, obviamente, não deve ser estabelecida como tratado anteriormente pelo centralismo orgânico/burocrático, pois, este exerce uma função de tipo militar, de modo que não supera a relação entre governantes e governados e de maneira mecânica e a-histórica interpreta os fenômenos da realidade (deixando de lado suas múltiplas determinações). Portanto, a disciplina no interior do partido orientado pelo centralismo democrático não se apresenta "como acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de uma tarefa, mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar", sendo assim, "a disciplina não anula a personalidade em sentido orgânico, mas apenas limita o arbítrio e a impulsividade irresponsável". Nesse sentido, "se esta origem [da disciplina] for democrática, ou seja, se a autoridade for uma função técnica especializada e não um arbítrio ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade" (GRAMSCI, 2007, p. 308-309).

Por isso, as bases que separam o centralismo burocrático do centralismo democrático, encontram-se justamente na concepção atrelada ao pensamento crítico, dialético e histórico, pois, entende que para além das funções organizativas do Moderno príncipe – que produz intelectuais, elabora conhecimento teórico revolucionário, organiza os anseios populares, promove disciplina interna capaz de harmonizar base e direção – é preciso de maneira fundamental construir uma contra-hegemonia, ou seja, uma hegemonia dos subalternos, de modo que, não exista mais nem dirigentes nem dirigidos.

Por fim, "pode-se dizer que um partido jamais se completa e se forma, no sentido de que cada desenvolvimento cria novos encargos e tarefas (...) é verdadeiro o paradoxo de que só se completam e se formam quando já não existem mais, isto é, quando sua existência se tornou historicamente inútil" (GRAMSCI, 2007, p. 316). Portanto, o triunfo do partido comunista se concretiza com sua inutilidade histórica, ou seja, o desaparecimento das classes sociais e a construção de uma sociedade livre das amarras do capital. Para tanto, entendemos que isso só se tornado possível de ser compreendido pelo partido, quando sua orientação organizativa baseia-se no centralismo democrático, pois este, por acompanhar o movimento histórico real estabelece profunda identificação entre partido e a classe que representa.

CAPÍTULO 2 - SOBRE OS CONCEITOS DE REVOLUÇÃO PASSIVA; TRANSFORMISMO E CONTRARREFORMA

2.1 Revolução Passiva

Após a sistematização sobre os temas desenvolvidos por Gramsci referente ao Estado Integral; a Sociedade civil; à socialização da política; o papel do Moderno Príncipe enquanto intelectual coletivo e as estratégias revolucionárias para as sociedades de tipo Oriental e Ocidental. Consideramos necessário explicitar através dessa sessão os conceitos de Revolução Passiva, Transformismo e Contrarreforma, pois, acredita-se que contribuirão para enriquecer o arcabouço categorial e conceitual desse trabalho. Ou seja, servirão como base teórica em direção as análises que serão posteriormente desenvolvidas acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores – PT.

Começando pela noção de Revolução Passiva que originalmente aparece num ensaio de Vincenzo Cuoco, escritor italiano que usou dessa ideia para interpretar os fenômenos ocorridos no século XVII, especificamente sobre a Revolução Napolitana (identificando-a a partir de uma série de transformações de natureza reformista). Cuoco,[11] buscou sintetizar que os esforços pela modernização na península tentou evitar algo parecido com o jacobinismo ocorrido na Revolução Francesa (1848), o que seria, portanto, anulação do protagonismo popular, uma revolução pelo alto, sem grandes abalos, logo uma revolução passiva.

Consequentemente o contraste de revolução passiva, seria de revolução ativa, cujo paradigma é da própria revolução francesa (LIGOURI; VOZA, 2017). Nesse sentido, Gramsci sintetiza a ideia de Cuoco sobre o conceito:

> Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva aquela ocorrida na Itália como contragolpe das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não apenas para a Itália, mas ainda para os outros países que modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 2002, p. 209-210).

A captação desse conceito por Gramsci ganha uma reformulação e ampliação, passando assim, a ser instrumento de interpretações sobre os fenômenos contemporâneos. O autor dos Cadernos também se aproxima das ideias

[11] Vincenzo Cuoco, Saggio storico sulla rivoluzione napoletana del 1799. Bari: Laterza, 1929, p. 106.

do historiador liberal francês: Edgar Quinet, no qual elaborou uma noção de “revolução-restauração” que serviu para interpretar a ascensão da burguesia ao poder em alianças com aquelas classes que, na França já haviam sido deslocadas pela Revolução (BIANCHI, 2006).

Unindo destas duas noções em que ambas têm o valor de eficazes chaves interpretativas, Gramsci não só enriquece o conceito, como cria sua própria definição. O filósofo italiano estava preocupado em entender os fenômenos vigentes de sua época, mais precisamente da história italiana e seu processo de modernização, mas, não somente. Pois, assim como afirma Coutinho (2012) o próprio Gramsci amplia a noção de revolução passiva “para inteiras e diferentes épocas históricas” (p. 118).

Dito isto, Bianchi (2018) nos esclarece quando afirma que “a revolução passiva era uma chave teórica para a compreensão do advento da modernidade capitalista na maioria dos países da Europa. Foi por contraposição à ideia de uma hegemonia política tal qual realizada pelos jacobinos que Gramsci elaborou teoricamente o conceito de revolução passiva como um cânone de interpretação histórica” (p. 257). Isso quer dizer, que de maneira paradigmática à Revolução Francesa impulsionou as revoluções em toda Europa. A herança desse fenômeno histórico são as respostas advindas das classes dominantes perante a ascensão violenta das massas (jacobinismo), ou seja, já era possível identificar quais elementos populares deveriam ser sufocados. Portanto, os desenvolvimentos dos estados nacionais ocorreram através de restaurações, mudanças moleculares e manutenção da ordem.

A construção do pensamento gramsciano está sempre relacionado às dimensões filosóficas, históricas e políticas, portanto, não seria diferente quando o filósofo italiano dedicou inúmeras linhas da sua obra para tratar sobre o tema da revolução passiva. Por isso, Bianchi (2006) afirma: Gramsci, “toma, portanto, como ponto de partida uma história das revoluções. Ao discutir o passado tem em vista o presente”. Sendo assim, podemos afirmar que, a derrota das Revoluções em 1848 ocultou as revoluções burguesas, inaugurando um cenário de transição pacífica, tornando-se a forma mais universalizada da burguesia ao poder. “Temos então um paradoxo: a transição considerada clássica – a francesa – não foi a mais universal” (p.45). Tendo em vista tais formulações considera-se necessário responder as seguintes questões: Qual o elemento fundamental para à eficácia da transição sem

revolução? O que permite aos quadros sociais elasticidade necessária para a Revolução Passiva?

Para Bianchi (2006), em primeiro lugar, diz respeito ao que já pontuamos sobre a ausência de iniciativa popular, ou seja, mesmo que de maneira momentânea, não há possibilidades de a classe subalterna assumir o papel de classe dirigente. Em segundo lugar é "dada pela impossibilidade de as classes dominantes obterem o consenso ativo das classes subalternas através da incorporação dos interesses e aspirações dessas classes (exemplo: Reforma agrária) (p. 46)". No caso italiano, as velhas classes feudais e agrárias são rebaixadas de dominantes para governativas, ou seja, não estão diretamente no poder, mas estão no governo; não são dirigentes, mas fazem parte da direção. O impulso modernizador das forças internacionais se combina com os elementos nacionais (escassez de forças progressistas, burguesia pequena e restrita) e a via de transição para o capitalismo torna-se através do protagonismo do Estado, resultando num terreno que não permite tensões populares. O desenvolvimento/modernização ocorre através de restaurações e a burguesia chega ao poder sem rupturas calorosas, sem sublevação violenta das massas.

Este é um ponto muito importante sobre a Revolução Passiva, pois nesse processo de unidade entre antigas classes feudais e a emergente burguesia, o Estado torna-se chave fundamental. Em outras palavras Gramsci sintetiza o assunto: (...) "Ou seja, que um grupo social não seja o dirigente de outro grupo social, mas que o Estado, ainda que limitado como potência, seja o 'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e possa colocar à disposição deste um exército e uma força político-diplomática" (GRAMSCI, 1999, p. 426). A revolução passiva é desta forma, "o exercício de uma hegemonia restrita, uma hegemonia burguesa em um período histórico no qual esta classe já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto as classes subalternas. A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado" (BIANCHI, 2006, p. 47).

Por isso, ao tratar sobre os fenômenos do "Risorgimento[12]" (iniciativa modernizadora oriunda do reino de Piemonte[13]), Gramsci utiliza tal conceito para

[12] Eixo histórico que buscou entre 1815 e 1870 unificar á Itália, pois, anteriormente organizava-se através da coleção de pequenos estados submetidos a potências estrangeiras.

indicar que esta modernização se desenvolveu sem levar em conta as demandas reais dos grupos subalternos. A ausência de organização política efetiva das classes dominadas foi levada a cabo por um processo de modernização que sufocava não só as tímidas sublevações populares como também contribuía para apaziguamento do *Partito d'Alzione,* que na ausência de um programa popular e democrático, tornou-se dependente da política dos moderados (BIANCHI, 2018). É possível afirmar que: "a inexistência de um jacobinismo de conteúdo na Itália era compensada pela expansão dos estratos intelectuais capazes de soldar ideologicamente a nação e pela difusão dos mecanismos de coerção que garantiam o predomínio das funções de dominação sobre as classes subalternas" (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 130 APUD BIANCH, 2018, p. 262).

Entretanto, vale destacar que ausência de iniciativa popular e do consenso ativo não quer dizer total passividade das massas, tampouco total ausência de consenso. Há uma absorção das demandas advindas das classes subalternas, justamente aquelas que não sejam radicalmente contraditórias com a ordem econômica e política. Nesse sentido, Gramsci afirma: a "reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de "restaurações" que acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de "restaurações progressistas" ou "revoluções-restaurações", ou, ainda, "revoluções passivas" (GRAMSCI, 1999, p. 393).

Para Coutinho (2012) o ponto fundamental do conceito implica sempre a presença de dois momentos: o da "restauração" (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente "de baixo") e da "renovação" (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas "pelo alto", através de "concessões" das camadas dominantes) (p.2). Portanto, a Revolução passiva consiste numa forma política e histórica no qual as lutas sociais

---

[13] Segundo Gramsci a função do Piemonte no Risorgimento italiano "é a de uma "classe dirigente". Na realidade, não se trata do fato de que, em todo território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era "dirigente". O dirigente pressupõe o "dirigido", e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam "dirigir" ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam "dominar", não "dirigir", e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí a função da monarquia"(GRAMSCI, 2002, p. 328, 329).

encontram quadros suficientemente elásticos que permite a burguesia chegar ao poder sem rupturas calorosas e longe da herança jacobina francesa.

Não obstante e dando forma sob nossas tentativas de decifrar a construção e a capacidade interpretativa do conceito, concordamos com Coutinho (2007) quando ressalta a importância de explicitar o seu caráter negativo. Pois, assim como afirma Gramsci: “(...), não [pode-se entender] a teoria de revolução passiva como programa, como foi nos liberais do Risorgimento, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, 2002, p. 332). O filósofo italiano não defende a revolução passiva enquanto estratégia, o seu fundamento é a crítica que serve de base teórica para entender tantos os fenômenos e as especificidades da formação do estado nacional burguês italiano (Risorgimento) e da maioria dos países da Europa, como também utiliza o conceito para tratar do regime de exceção que foi o fascismo, sendo que este último há um lugar de destaque no pensamento gramsciano.

2.2 Transformismo

Assim como em outros conceitos trabalhados por Gramsci em sua obra, o termo “transformismo” foi apropriado, enriquecido e ampliado. Entretanto, seu sentido original é conservado. De acordo com as elaborações gramsciana “pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1748 é caracterizada pelo transformismo” (GRAMSCI, 2002, p. 63). Nos Cadernos do Cárcere, o conceito aparece quase sempre aparece ligado à noção de Revolução passiva, entretanto, é importante ressaltar sua validade em contextos históricos distintos, em que não haja revolução passiva. Para Coelho (2005) “isto só seria possível, numa perspectiva dialética, se a realidade (o “modo de ser”) apreendida pelo conceito no interior do processo de revolução passiva fosse ela mesma, expressão particular de uma totalidade mais ampla e complexa do que a própria revolução passiva” (p. 462).

Gramsci expressa que na história italiana há presença de dois tipos de transformismo que sinteticamente pode ser definido como: “1) 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente a classe política conservadora e moderada (...); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupo

radicais inteiros que passam ao campo moderado" (Idem, p. 286). Ademais, entre 1890 e 1900 há um período intermediário em que alguns intelectuais passam para os partidos de esquerda, ditos socialistas, mas, na verdade, são puramente democráticos, assim afirmou Gramsci.

Dito isso, avancemos em nossa discussão sobre a apreensão histórica do conceito de transformismo. Como já tratado no tópico anterior, na história Itália o elemento jacobino não se consolidou, portanto, a modernização do Estado deu-se a partir de uma revolução passiva. Nesse sentido, durante a era do Risorgimento os intelectuais do *Partito d' Azione* não assumiram uma postura definida a respeito das massas. Um exemplo claro disso é indicado por Gramsci (2002), quando afirma sobre a postura de Garibaldi (uma das maiores personalidades do partido) que tinha uma relação pessoal de subordinação com os líderes moderados. Desse modo, a hegemonia moderada tomou conta do partido, e, assim, foram absorvidos molecularmente. "Essa dinâmica entre os intelectuais e as duas classes sociais fundamentais inscreve-se o problema geral da formação dos grupos dirigentes burgueses nacionais, quer dizer, o tema do completo fracasso das perspectivas do *Partito d'Azione*" (FRESU, 2006, p. 7).

Para Gramsci uma classe dominante deve ser dirigente e dominante, ou seja, dirigente da classe aliada e dominante das classes inimigas, mas não só somente, a classe dominante deve ser dirigente antes e depois do poder. Segundo Fresu (2006), foi exatamente isso que o partido dos moderados exerceu sob o *Partito d'Azione* durante o Risorgimento, pois, não sendo capaz de sustentar um programa popular e aliar-se historicamente ao movimento revolucionário, foi submetido à direção dos moderados. Caracterizando assim o transformismo: (...) "Isto é, pela elaboração de uma classe dirigente nos quadros estabelecidos pelos moderados após 1848, através da absorção dos elementos ativos surgidos das classes aliadas e também das inimigas. A direção política se torna um aspecto do domínio, na medida em que a absorção das elites das classes inimigas leva à sua decapitação e impotência" (GRAMSCI, 2002, p. 286).

A frente moderada era composta por intelectuais orgânicos que de fato representavam a expressão da sua classe, pois, além de intelectuais eram parte da burguesia agrária, industrial, empresarial, etc. Portanto, era possível estabelecer uma relação de identidade entre representante e representados. A junção desses elementos sustentava um projeto que matinha no poder do Estado a hegemonia do

bloco restaurador. O “chamado ‘transformismo’ foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica, intelectual, moral e política” sob a atuação do *Partito d’Azione* (GRAMSCI, 2002, p. 63).

Nesse sentido, Coelho (2005) nos chama atenção para importantes implicações sobre o conceito de transformismo. A partir do exemplo que usamos sobre o *Partito d’Azione* que representava a esperança política dos subalternos (como por exemplo, a luta por reforma agrária), mas fracassou não só na construção de um programa popular, como também na falta de identificação histórica de uma classe, ficando refém da hegemonia moderada que investiu numa direção política que pudesse sustentar de maneira sólida a construção e manutenção da sua hegemonia. Entretanto, e, de acordo com o autor, o transformismo não se apresenta apenas como uma ação intencional e organizada “com o objetivo de incorporar os “elementos mais ativos” dos grupos subordinados. Os “métodos” transformistas poderiam ser, afinal, vários, com “variada eficácia”. A atração podia ser exercida também de modo “espontâneo”, isto é, não planejado com vistas àqueles objetivos singulares” (COELHO, 2005, p. 464).

> Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar ‘liberais’, isto é, através da iniciativa individual, ‘molecular’, ‘privada’ (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa) GRAMSCI, 2002, p. 63).

O marxista italiano indica outro exemplo sobre o transformismo de grupo quando menciona em sua obra a diferença entre outros países que ao elaborar personalidades políticas singulares dentro do movimento operário socialista que acabaram cooptados para outra classe; enquanto na Itália essa passagem ocorreu com grupos inteiros, como é caso dos fascistas e os sindicalistas-nacionalistas. Além disso, o autor dos Cadernos acrescenta: “Este fenômeno de ‘grupos’ não terá ocorrido, por certo, apenas na Itália: também nos países onde a situação é análoga, ocorreram fenômenos análogos: os socialismos nacionais dos países eslavos (ou social-revolucionários, ou narodniki, etc)” (GRAMSCI, 2000, p. 93). Este é um ponto importante, pois trás um significado ao conceito que transcende as questões históricas ligadas à Revolução passiva.

Diante disso podemos sintetizar os elementos conceituais fundamentais sobre o transformismo, de acordo com Coelho (2005), vejamos:

> Transformismo pode ser definido, então, sinteticamente, como 1) absorção, em caráter individual ou "de grupo" e obtida por diferentes "métodos", de intelectuais ("elementos ativos") das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação "molecular" dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A concepção do transformismo como mecanismo de atração de intelectuais exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função da sua "condensação ou concentração orgânica". Na medida em que este conceito designa um dos elementos constitutivos do "mecanismo" geral de hegemonia, não é de estranhar que através dele se possa estabelecer certas analogias históricas (p. 465, 466).

De modo geral, Gramsci indica que a prática de transformismo busca através da cooptação excluir as lideranças políticas e culturais das classes subalternas do protagonismo efetivo das transformações sociais (COUTINHO, 2012). Portanto, apesar da origem do seu pensamento se referir à Itália, é possível aplicá-lo a outros países com fenômenos históricos distintos daqueles vivenciados pelo comunista italiano.

Por fim, o esforço de tentarmos compreender o conceito de transformismo e todas suas determinações irão se somar às noções de "revolução passiva" (tratado anteriormente) e "contrarreforma" (será discutido a seguir) que servirão como critério interpretativo para analisar as transformações históricas do Partido dos Trabalhadores – PT.

2.3 Contrarreforma:

Tentando compreender os fenômenos provenientes da época neoliberal, Coutinho (2012) fala sobre a importância de entendermos o conceito de contrarreforma formulado por Gramsci. Diferente de suas elaborações carcerárias sobre revolução passiva, Gramsci escreve de maneira muito escassa sobre contrarreforma e na maioria das vezes que se refere ao conceito está ligado ao enfretamento da Igreja Católica contra a Reforma protestante.

Contudo, ao tratar a respeito do humanismo em seus escritos carcerários, Gramsci fala sobre uma "contrarreforma antecipada", nesse sentido, de acordo com Coutinho (2012) "pode ocorrer uma contrarreforma também diante de fenômenos

históricos outros que não a Reforma protestante" (Idem, p. 120), nesse caso, o pensador italiano refere-se ao florescimento das comunas na Itália pré-renascentista:

> Assim, não lhe agrada que Toffanin considere todo o Humanismo como fiel ao cristianismo, embora reconheça que até os céticos ostentavam religiosidade. A verdade é que se tratou do primeiro fenômeno "clerical" no sentido moderno, uma Contra-Reforma por antecipação (de resto, era Contra-Reforma em relação à época comunal). Eles se opunham à ruptura do universalismo medieval e feudal que estava implícita nas Comunas e que foi sufocada no nascedouro (GRAMSCI, 2000, p. 157).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Gramsci caracteriza de maneira ainda mais evidente quando escreve em outro parágrafo sobre as utopias como reações "modernas" e "populares" a "Contrarreforma", definindo os traços dessa última como sendo próprio de todas as restaurações (COUTINHO, 2012, p. 120), assim afirma Gramsci: "a contrarreforma, a qual de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo" (GRAMSCI, 2002, p. 143).

Aqui está um ponto central da nossa análise, Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma "pura e simples restauração", diferente de sua conceituação sobre revolução passiva, pois, como anteriormente tratado o marxista italiano fala de uma "revolução restauração". Por isso, "podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma resida no fato de que, enquanto na primeira certamente existem "restaurações", mas que "acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo", na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente do velho" (COUTINHO, 2012, p. 121), ou seja, conservação e restauração. Digamos que tais diferenciações tratam-se de uma diferença sutil, mas que tem um significado histórico e não pode ser ignorado.

Outro ponto importante que Coutinho (2012) evidencia a partir de Gramsci refere-se:

> Ao fato de que a contrarreforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas – tal como faz o neoliberalismo de nossos dias – busca apresentar-se também ela como uma "reforma". Lembremos o que diz ele: Os católicos (e especialmente os jesuítas, que são mais cuidadosos e consequentes inclusive na terminologia) não querem admitir que o Concílio de Trento tenha apenas reagido ao luteranismo e a todo conjunto de tendências protestantes, mas sustentam que se tratou de uma "Reforma católica" autônoma, positiva, que se terá verificado em qualquer caso. A

> pesquisa da história destes termos tem um significado cultural não desprezível (GRAMSCI, 2001, p. 90 apud COUTINHO, 2021, p. 121).

Em resumo, as escassas elaborações de Gramsci sobre o conceito indicam fundamentalmente que a “contrarreforma” como todas as restaurações, só podia ser um compromisso entre o velho e o novo, [portanto], elementos de novidade e progresso convivem como “formas” da modernidade num ambiente contrarreformista no qual é a velha ordem a ser restaurada (LIGOURI; VOZA, 2017, p. 148). Desse modo, assim como indica Gramsci, é possível estender historicamente o conceito, ou seja, seus elementos constitutivos oferecem os recursos necessários para interpretar os fenômenos oriundos da conjuntura atual.

CAPÍTULO 3 - GRAMSCI PARA ENTENDER O BRASIL

3.1 Revolução passiva enquanto processo histórico da formação social brasileira

Este capítulo tem como objetivo analisar as gestões dos governos petistas no Brasil, suas escolhas econômicas e políticas, e retomar a seguinte questão: Tal arsenal pode ser interpretado com fidelidade histórica, rigor teórico e maior proximidade do real, a partir de qual conceito gramsciano? Revolução Passiva ou Contrarreforma? Bom, nas linhas posteriores será possível perceber que nossa defesa se alinha ao pensamento de Coutinho (2012), pois, por se tratar de um período histórico no qual o capitalismo não permitiu avanços no que tange a conquista mudanças estruturais para os de baixo, apenas a "restauração plena da economia política do capital" – diferentemente do que acontece em épocas de revolução passiva, onde ocorrem os grandes enfrentamentos históricos, em outras palavras uma era da "grande política" – tais "restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo", isso quer dizer que durante um processo histórico de contrarreforma não significa que não haja presença do novo, "mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo restauração) em face das eventuais e tímidas novidades" (GRAMSCI, 2002, p. 143).

Portanto, o nosso esforço anterior em construir um arcabouço teórico com os conceitos e categorias criados por Gramsci servirão enquanto recurso interpretativo para nossa análise. Contudo, antes de tratarmos especificamente sobre os governos Lula e Dilma, é preciso uma retrospectiva histórica capaz de apresentar o movimento do capitalismo no Brasil e suas particularidades. Portanto, iremos nos apropriar das valiosas formulações de Carlos Nelson Coutinho[14] sobre o tema.

Coutinho, de acordo com Neves (2016) foi um dos maiores pensadores produzidos no final da década de 1990 para pensar o Brasil, sua teoria evidencia uma discussão que foge das leituras economicistas, enfatizando os processos de

[14] Obviamente há divergências teóricas tanto na interpretação de Coutinho perante análise da formação social brasileira quanto as estratégias de superação do capitalismo e a revolução brasileira. Para tanto, cf: "Um marxista nas batalhas das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira" e "Democracia e Revolução: Um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho", ambos de Victor Neves. Cf: "Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil – Org. Marcelo Braz. Expressão Popular, São Paulo. 2012"; "Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate – Org. Marcelo Braz e Mavi Rodrigues. Morula, Rio de Janeiro. 2016"

“rupturas e continuidades” que nos ajuda pensar a forma peculiar que o Brasil enfrentou sua evolução política desde a Independência.

Isso quer dizer que diferente dos países que tiveram uma transição clássica para o capitalismo, o Brasil assim como a Itália passou por um processo de revolução passiva (discutimos o conceito e sua aplicabilidade para entender o Risorgimento italiano no capítulo anterior) ou seja, transformações que se deram pelo alto conservando elementos da velha ordem tendo como pressuposto o fortalecimento do Estado. Ao invés do protagonismo popular ou ascensão de um processo dirigido pela burguesia revolucionária, “a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com exclusão das forças populares e a utilização permanente de aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado” (COUTINHO, 2007, p. 196).

Portanto, o nosso objetivo é apresentar a análise de Coutinho (que opera a teoria gramsciana) para interpretarmos a formação social brasileira, com destaque para a constituição do Estado nacional, e as sucessões dos seus processos de revolução passiva. Mas antes disso, é importante ressaltar que a noção de "via prussiana” – que é uma chave interpretativa capaz de analisar os processos pelo alto – elaborada por Lenin, também foi usada por Coutinho para tratar de algumas determinações decisivas da formação do nosso Estado, contudo, o autor afirma que “o conceito de Lenin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e em muitos casos determinam – essa modalidade de transição”, pois, sempre que há tentativas de aplicar o conceito na realidade brasileira resulta numa análise incompleta e, por isso, é necessário complementar com o conceito gramsciano de revolução passiva. Para o marxista brasileiro, este último “sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas” (Idem, p. 197). Contudo, nosso foco não é a discussão sobre o pensamento de Coutinho – sua evolução, apropriações e abandonos teóricos – mas sua contribuição histórica ao que diz respeito sobre a formação social brasileira.

Dito isso, podemos avançar em nossas elaborações sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua complexidade. Iniciando nosso debate ao que diz respeito sobre o nosso processo de Independência ocorrido de forma diversa, ou seja, com a ausência de um movimento popular forte em prol de uma república. Contudo, seria errado afirmar à ausência total das lutas sociais no período, o que

aconteceu na verdade é que tanto os processos de independência (mesmo que regionais) e os de construção republicana foram vencidas e controladas. Sendo assim, o protagonismo da transição foi levado a cabo pelo herdeiro real Dom Pedro I, revelando a debilidade dessa ruptura, ou seja, "o processo de Independência não se constituiu absolutamente em uma revolução no sentido forte da palavra, isto é, não representou um rompimento com a ordem estatal e socioeconômica anterior, mas foi apenas um rearranjo entre as diferentes frações das classes dominantes" (COUTINHO, 2006, p. 75), isso quer dizer que em termos gramscianos trata-se de uma revolução passiva. Diante disso, Coutinho chama atenção para o fenômeno da unificação brasileira:

> [...] um processo de independência diverso, gerado efetivamente de baixo para cima, ou seja, por meio da ação de movimentos republicanos e relativamente populares – como os que ocorreram, por exemplo, não só nas 'inconfidências' mineira e, sobretudo, baiana –, talvez não fôssemos hoje um único país, um país unificado. E essa eventual fragmentação não teria sido, necessariamente, um fato negativo, caso tais repúblicas tivessem sido construídas com participação popular, forjando assim estruturais democráticas ou, no mínimo, menos oligárquicas. Na ,verdade, creio que o chamado 'milagre' da unificação brasileira se deve essencialmente ao fato de que nossa Independência se deu 'pelo alto'. E isso criou este fato anômalo de que o Brasil foi Estado antes de ser uma nação (COUTINHO, 2006, p. 76).

Isso evidencia a constituição da classe dominante brasileira que é, portanto, totalmente alheia ao povo, pois, apesar de avançarmos enquanto nação, essa construção foi feita a partir do Estado, sem participação ativa das classes subalternas. Além disso, as questões nacionais e populares não possuíam uma efetiva identificação com a burguesia brasileira. Coutinho (2006) afirma que a partir da terminologia gramsciana estabeleceu-se uma "ditadura sem hegemonia", ou seja, nossas elites foram apenas "dominantes", deixando de lado o fundamental papel da "direção".

Outro fenômeno extremamente importante da nossa história que ilustra um processo cristalino de revolução passiva foi a Era Vargas.

> Costuma-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na 'modernidade', mas me parece mais preciso dizer que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar efetivamente a transição do Brasil para o capitalismo. Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês, mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava 'modo de produção especificamente capitalista', ou seja, a indústria (COUTINHO, 2006, p. 76).

Nesse período, culminou uma época de reivindicações tanto do movimento operário que reivindicava direitos políticos e sociais quanto das classes médias em ascensão requerendo maior participação política nos aparelhos de poder, essa pressão dos "baixos" movimentou os setores da oligarquia agrária dominante, (especificamente o setor da produção) para o triunfo da Revolução de 1930, ou seja, para conter os movimentos populares – mesmo que esses se apresentassem de maneira "elementar, esporádica, subversiva, desorganizado e não orgânica" – foi preciso levar a cabo a criação de um novo bloco de poder, no qual tinha como perspectiva à subalternização da ala oligarca ligada à agricultura de exportação, além do processo de cooptação das lideranças moderadas político-militar. "O caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados" (COUTINHO, 2007, p. 200). Tal assertiva nos indica que havia uma representação frágil por parte das classes subalternas, pois, de acordo com o autor, apenas o Partido Comunista Brasileiro – PCB fazia esse papel (débil e desorganizado) ao lado "de um pequeno grupo de tenentes de esquerda, entre os quais Prestes[15], que haviam se recusado a participar da Revolução de 1930" (ibidem).

Contudo, essas manifestações contra o "caráter elitista da Revolução" e posteriormente a desastrosa iniciativa de *putsch* em 1935 organizado pelos comunistas, foram facilmente contidas, justamente pelo fato de que em épocas de revolução passiva as classes populares não conseguem tensionar pelos seus anseios, pois são rapidamente contidas por uma reação "conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente "de baixo" (COUTINHO, 2012, p. 2) o que culminou na instauração da ditadura de Vargas que, apesar do seu tipo ideológico fascista promoveu uma avançada modernização pelo alto, no qual algumas demandas populares foram atendidas – indicando assim, os dois aspectos fundamentais do conceito gramsciano: "restauração e renovação".

> Com o apoio da fração industrial da burguesia e da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicadas pelo proletariado (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria, etc.), ainda que o preço de impor uma legislação sindical

[15] Luís Carlos Prestes foi um importante militar e político comunista brasileiro, foi uma das figuras mais lendárias da esquerda brasileira, antigo secretário do PCB e chefe da coluna que levava seu nome. Organizador da revolta tenentista.

> corporativista, copiada diretamente da *Carta del Lavoro* de Mussolini, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e anulava sua autonomia (COUTINHO, 2007, p. 200)

Esse viés corporativista é um ponto muito importante da Era Vargas em nosso país, pois, materializa uma forma denominada por Coutinho (2006) de "corporativismo de Estado", isso quer dizer que o Estado brasileiro passou atender as demandas populares através do aparelhamento estatal dos sindicatos, impedindo assim a universalização da representação dos trabalhadores. Cabe ressaltar que durante as décadas de 1920 e 1930 havia uma certa autonomia sindical (que permitiu inclusive um cenário político propicio para reivindicações populares como vimos anteriormente) mas que foi cooptada e levada a cabo de forma legal até a Constituição Federal de 1988.

Outro fator importante sobre esse aspecto refere-se aos interesses da burguesia que também eram estabelecidos através do modo corporativo, segundo Coutinho (2006) "a partir de 1930, a representação burguesa é incorporada ao Estado não só por meio de sindicatos análogos aos da classe trabalhadora, mas sobretudo por meio das várias câmaras setoriais então criadas" (p. 79), podemos citar os institutos do açúcar e do álcool, do café, do cacau, entre outros, além dos grupos executivos criados no governo JK (1956-1961) e dos anéis burocráticos durante a ditadura militar.

Sobre esse tema, é possível perceber o entrelaçamento entre os variados interesses, ou seja, a necessidade do avanço da industrialização perante inserção consolidada do Brasil no capitalismo, as novas demandas da classe subalterna e a necessidade de manter os privilégios da velha ordem dominante. Portanto, estamos diante de um Estado brasileiro que preserva suas raízes patrimonialistas, pois, durante o período varguista o país é marcado pelo crescimento das relações burguesas e das camadas médias, além do fortalecimento da ordem administrativa burocrática, mas sem abandonar as raízes patrimoniais, conservando elementos de atraso, constituindo assim uma unidade contraditória coerente com as particularidades do capitalismo dependente brasileiro. Nesse sentido, as elaborações de Souza Filho e Gurgel (2016) sobre o período Varguista nos contempla, principalmente quando destaca a dinâmica da "imbricação", fenômeno estrutural dialético presente na dinâmica de funcionamento do Estado.

> a ordem administrativa implementada é de manutenção da imbricação do patrimonialismo com a burocracia a fim de manter o pacto de dominação entre os interesses oligárquicos tradicionais, os quais exigem uma ordem administrativa patrimonialista, e os da burguesia industrial emergente, que necessita de uma administração burocrática, porém sob ampliação dos mecanismos da burocracia, por conta da necessidade de implementação do projeto de industrialização e urbanização emergente (p. 153).

Retomando o debate a partir da chave interpretativa das formulações de Gramsci, podemos afirmar que esse cenário "econômico-corporativo" acatado pela burguesia e imposto a classe trabalhadora limitou por um lado, a construção da consciência "ético-política" da burguesia nacional, fortalecendo assim o caráter repressivo do Estado e o aprofundamento da debilidade da sociedade civil.

Avançando em nossas análises, é possível afirmar que o Estado burguês interventor corporativo que ganhou forma na era varguista não se alterou, melhor dizendo, não deixou de existir, na verdade, o que ocorreu foram mudanças especificas em relação os momentos históricos dos governos posteriores, portanto, as reivindicações populares só eram atendidas se alocadas no interior do Estado. Desse modo, até mesmo durante governos progressistas mantinham-se diversas implicações políticas relacionadas as questões do movimento dos trabalhadores.

Isso quer dizer que durante uma era que foi denominada de "pacto populista" e que atingiu o seu ápice durante o segundo governo de Vargas (Estado Novo) e o governo de Juscelino Kubistschek refletia, portanto, as determinações fundamentais de uma "cidadania regulada", ou seja, na tentativa de incorporar os trabalhadores (em situação subalternizada) e suas reivindicações ao bloco do poder – direitos sociais, político, trabalhistas e acesso as políticas públicas – eram excluídos desse arranjo os trabalhadores do campo, as empregadas domesticas que além de em sua maioria serem analfabetos não tinham direito ao voto.

De acordo com Coutinho (2006) essa época expressava a baixa autonomia dos movimentos populares e que pode ser exemplificada quando tratarmos dos vários episódios de greve geral no país que eram promovidas pelo próprio governo. Entretanto, foi com o fim da ditadura varguista em 1945 (mais precisamente durante os breves anos do governo Jango e em menor medida de JK) que tal cenário começa se alterar, pois o PCB volta a legalidade, obtém inclusive 10% dos votos nas eleições – um feito único por um partido de massas na época – além disso, outros partidos políticos ganharam "dimensão nacional e perfil ideológico mais nítido" (COUTINHO, 1985, p. 122) além dos sindicatos e da criação do Comando Geral do

Trabalhadores (CGT). Esse processo de mudança significa em termos gramscianos uma “ocidentalização”, ou seja, começa tomar forma uma espécie de equilíbrio entre o Estado propriamente dito e a sociedade civil. Apesar disso, é importante ressaltar que esse retorno a democracia e o início de sua ampliação durante os anos de 1955-1964, apresentou-se de forma limitada e caracterizada por Coutinho (2006) como uma “esquizofrenia entre o real e o legal”, pois tanto o PCB, quanto o CGT e os sindicatos continuavam subordinados e atrelados a estrutura corporativa do Estado.

De modo geral o autor indica que esse equilíbrio constituído nos governo Jango e JK (sociedade civil ativa e autônoma) significou “os primeiros sintomas de crise do Estado centralizador e corporativista surgido na esteira da Revolução de 1930”, porém essa tendência foi rapidamente contida com golpe civil militar de 1964, instaurando assim a ditadura mais longa da história brasileira.

> Tal panorama levou o que Octávio Ianni chamou de ‘colapso do populismo’, ou seja, ao fim de uma específica modalidade de articulação das forças sociais e políticas no interior desse tipo de Estado burguês. Mas que tal Estado ainda não estivesse em crise terminal é o que foi comprovado pelo golpe de 1964: o regime que então se instalou destruiu o pacto populista, mas conservou – e até mesmo desenvolveu e reforçou – os traços mais perversos da nossa formação estatal anterior (COUTINHO, 2006, p. 80).

Diante do exposto podemos então afirmar que a ditadura militar de 1964 foi uma forma de revolução passiva que agregava elementos de repressão extremamente violentos com a retórica de que “era preciso estabelecer a ‘verdade cambial’ a ‘verdade salarial’ etc., ou seja, o pleno funcionamento do mercado” (idem, p. 81), para Coutinho “uma retórica muito parecida, aliás com os neoliberais de hoje (ibidem). Entretanto, o que se viu na prática foi uma modernização conservadora que ainda usava a forma corporativista para assimilar organismos da sociedade civil, porém, quando isso não era possível, este deveria ser reprimido.

A forma política de governar numa ditadura se afasta ainda mais da forma de respeito a autonomia da representação dos interesses sociais. E o elemento preponderante desse tipo de Estado seria, portanto, a maneira na qual, sempre está a serviço dos interesses privados. Ademais, Coutinho (2006), afirma que durante esse período que inicia nos anos de 1930 até o governo Geisel houve variações na proposta de modernização, assim como na Era Vargas foi destacado a intervenção do Estado do capitalismo nacional, nos governos JK e ao longo da ditadura militar o

Estado funcionava enquanto peça fundamental para acúmulo de capital nacional, além da ampliação das políticas socias, mas totalmente dirigido a serviço do capital internacional, por isso é possível afirmar que foi uma ditatura modernizadora.

Sendo assim, é possível relacionar os estudos de Gramsci sobre o fascismo italiano, que segundo o filósofo marxista foi elencado por ele como uma forma de revolução passiva, ou seja, não limitou a capacidade interpretativa do conceito apenas para o período de consolidação do capitalismo, mas também a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, a ditadura militar de 1964 instaurada no Brasil também pode ser compreendida através desse recurso conceitual. Porém, Coutinho (2007) nos chama atenção quando salienta que não é possível afirmar que a experiência brasileira se encaixa nos moldes do fascismo clássico, entretanto há diversas semelhanças no campo econômico e político que se alinham ao fascismo italiano. Dito isso, podemos nos reportar para as citações de Gramsci e Coutinho, respectivamente, no qual ilustram de forma cristalina o exposto

> ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, mediante a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento ‘plano de produção’, ou seja, teriam sido acentuadas socialização e a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais (GRAMSCI, 1999, 299).

Vejamos, a relação que Coutinho (2007) faz com os elementos do fascismo italiano que se assemelham com a ditadura militar brasileira:

> As forças produtivas da indústria, através de uma forte intervenção do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominante capitalista. A camada tecnocrática-militar que, se apoderou do aparelho estatal, certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos “múltiplos capitais” ao “capital em seu conjunto”; mas adotou essa posição “cesarista” intracapitalista precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial financeira (nacional e internacional), quer do setor latifundiário que ia se tornando cada vez mais capitalista (idem, p. 201, 202).

Em síntese, significa dizer que esse Estado repressivo conseguiu em grande medida um grau significativo de consenso entre as camadas médias, além de sempre estar a serviço do capital nacional e internacional, por isso, se caracteriza enquanto uma ditadura modernizadora, ainda que conservasse vários elementos de atraso foi possível promover um intenso crescimento das forças produtivas e, por esse motivo, o Brasil se complexificou e de maneira contraditória geriu os pressupostos para um sociedade civil forte e articulada. De acordo com Coutinho (2006) “a ditadura tentou, por diferentes meios, reprimir essa sociedade civil emergente, mas não foi capaz por exatamente não ser fascistas no sentido ‘clássico’” (p. 87). Portanto, se por um lado o Estado autoritário buscava reprimir a sociedade civil, por outro, essa última desenvolvia seu florescimento progressivo, não sendo possível evitar sua progressão, haja vista que, o regime não dispunha de instrumentos de mobilização de massa, como, por exemplo, um partido de massas de caráter fascista.

Esse desenvolvimento da sociedade civil e que atinge seu ápice durante a ditadura nos coloca uma questão: É possível que uma sociedade de tipo Oriental e que passou por diversos momentos de revolução passiva durante seu desenvolvimento no capitalismo, tornar-se Ocidental, mesmo após mais de 20 anos de ditadura? Para responder tal questão é preciso recordar que apesar da forma repressiva, coercitiva e do “terrorismo de Estado”, a ditadura brasileira não tinha os requintes clássicos do fascismo, portanto, não tinha uma massa organizada em suas bases, apoiava-se na camada militar-tecnocrática que não conseguiu criar organismos capazes de formar uma hegemonia real na sociedade civil e tampouco os aparelhos criados tinham eficácia para servir enquanto “correias de transmissão” (COUTINHO, 1985, p. 124). Sendo assim, a ditadura para adquirir um certo nível de consenso foi preciso tolerar o parlamento e o MDB enquanto partido de oposição que representava a força política a partir de uma frente ampla antiditatorial.

> É certo que o regime se empenhou em conquistar o consenso de amplas faixas da população. Mas o consenso buscado (e por vezes obtido) foi sempre um consenso passivo, que pressupunha a atomização das massas e não era capaz de se expressar através de organizações que, a partir de baixo, dessem apoio ativo à ditadura. O regime, em suma era “desmobilizador”. Sua legitimação ideológica não era de tipo fascista. Tratava-se, antes de uma espécie de “ideologia da antiideologia”, ou seja, de um pragmatismo tecnocrático que contrapunha a eficiência às ideologias em geral, aos conflitos políticos, acusados de dividir a nação e, portanto, de

> pôr em risco a segurança requerida pelas militares como condição para o desenvolvimento econômico (COUTINHO, 1985, p. 124).

Contudo, essa era do “milagre econômico” entra em crise e isso pode ser evidenciado com as sucessivas derrotas de 1974, 1978, 1982 nas eleições parlamentares, ou seja, a tentativa de legitimação não era mais sustentada e entra em colapso, perdendo suas bases de consenso entre as camadas médias, mas também pela burguesia que anteriormente havia apoiado a decisão do golpe. O desenvolvimento das forças produtivas, ou, de forma mais precisa, a consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro, contraditoriamente fortaleceu a organização da classe operária e produziu movimentos sociais urbanos e rurais reivindicativos.

Diante desse cenário, foi possível que os aparelhos da sociedade civil voltassem para cena política com arranjo amplo das forças antiditatoriais constituído por forças da esquerda e dos conservadores “mais esclarecidos” conforme afirmou Coutinho (1985). Surge nesse contexto um novo sindicalismo ou “sindicalismo autêntico” que tinha como perspectiva superar o peleguismo e a relação corporativista anteriormente estabelecida, além das numerosas e históricas greves no ABC paulista.

Mas foi em 1984 que um forte movimento de auto-organização envolvendo mulheres, jovens, operários, camponeses, as camadas médias, os intelectuais e até alguns setores da burguesia que ascendeu o movimento de massa em favor das eleições diretas para Presidência da República, que acabou por corroborar de maneira fundamental na derrota da ditadura militar. Portanto, esse processo culminou num fortalecimento da sociedade civil assumindo dimensões inéditas no Brasil. Abre-se então um novo cenário no país, o processo de transição iniciado pela chamada “Nova República”, coloca em xeque as questões que se relacionam ao avanço da socialização da política e da criação de uma democracia real de massa”. Pois, “na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares “de baixo” e de operações transformistas “pelo alto”, seu ponto de chegada pode ser a criação dos processos de democratização (democracia de massa) e assim avançaremos para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista excludente” (COUTINHO, 2007, p. 217).

Nesse sentido, o que foi visto foram as tendências regressivas amplamente consolidadas nos governos neoliberais de Collor e FHC, e infelizmente a chegada do

PT em 2003 ao governo federal ficou longe de contribuir para frear a hegemonia neoliberal. Segundo Coutinho (2006) “a adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e abriu assim caminho para consolidação da hegemonia neoliberal entre nós” (p. 93).

É a partir disso que o tópico a seguir irá tratar, pois, para o gramsciano brasileiro Carlos Nelson Coutinho, não é possível falar de revolução passiva em época da hegemonia neoliberal, mas em contrarreforma (conceito desenvolvido no capítulo anterior), para o autor, os governos liderados pelo PSDB e pelo PT expressa justamente aquilo defendido por Gramsci em contextos de contrarreforma, ou seja “uma combinação substancial, senão formal entre o velho e o novo”, desse modo, a possibilidade de incorporação de alguns elementos que vem dos de baixo é mínima, – mas quando acontece é de maneira formal, muitas vezes lateral/não significativo. Na verdade, o que de fato acontece é a regressão dos avanços progressistas que ocorreram ao longo do desenvolvimento brasileiro.

3.2 Sobre a era dos governos petistas no Brasil, revolução passiva ou contrarreforma?

Em consonância com as elaborações do capítulo 2 sobre o debate categorial a partir das formulações de Gramsci sobre revolução passiva e contrarreforma, atrelado ao resgate histórico feito no tópico anterior sobre a formação social brasileira, nos dedicaremos nesse momento em discutir com maior ênfase a era dos governos petistas no Brasil sobre a chave interpretativa do conceito de contrarreforma. Para tanto, a polêmica iniciada por Coutinho, mas que não desenvolvida pelo mesmo por conta do seu falecimento, coloca em questão a época neoliberal, desse modo, pretendemos desenvolver seu argumento – obviamente, não será esgotado, dado os limites desse trabalho – e enriquecendo-o a partir dos debates sobre o neodesenvolvimentismo e o modelo liberal periférico, pois, trata-se de discussões que estão na linha para entender se houve ou não uma ruptura com o modelo neoliberal e, para tanto, nos ajuda com a sustentação teórica do ponto de vista da economia política para melhor caracterização desse período.

Dito isso, podemos avançar em nossa análise tentando responder as questões colocadas pelo autor: “a época neoliberal iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma?” É importante evidenciar que tais questionamentos não faz nenhum sentido para os defensores desta ideologia neoliberal, para Coutinho (2012), “nem mesmo os seus primeiros defensores – doutrinários duros e puros, mas que tinham pelo menos o mérito da sinceridade – diziam-se conservadores; tampouco para os ideólogos do nosso tempo, pois gostam de se apresentar “como defensores de uma suposta terceira via, entre o liberalismo puro e a socialdemocracia estadista” (p. 121), ou seja, suas posições referem-se às condições da modernidade (ou ainda da pós-modernidade). Em linhas gerais, o neoliberalismo atual tem como bandeira principal a reforma.

É por isto que a palavra “reforma” que historicamente sempre esteve ligada as lutas dos subalternos foi cooptada pela ideologia neoliberal. “Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação de direitos, proteção social, controle e limitação de mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle” (Idem, 2012, p. 122).

Portanto, ao analisar o fenômeno do Wefare-State, Coutinho o apresenta enquanto revolução passiva, pois, a partir da pressão dos de baixo, a classe dominante atende parte de suas exigências, através de políticas intervencionistas, ou seja, houve a tentativa e a superação por parte do capitalismo em conter “a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais” (ibidem). A defesa a partir da chave interpretativa pelo conceito de revolução passiva se concretiza, pois, percebe-se que dialeticamente articulou-se os momentos de restauração e revolução, ou mais precisamente o “reformismo”. “Manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção pelos governos capitalista de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendido apenas socialistas e comunistas” (Idem, ibidem). É evidente que as classes dominantes estavam em seu pleno domínio, porém houve conquistas por parte dos subalternos e assim como afirmou Marx “vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital” (MARX, 1956, p. 354, apud, COUTINHO, 2012).

Para tanto, não podemos ignorar que a “revolução passiva welfariana” é uma resposta à ascensão mundial dos valores de esquerda defendidos pela classe trabalhadora e sua organização no espaço da sociedade civil, além disso, era preciso uma resposta frente “a Revolução de Outubro, a presença da União Soviética que emergia da Segunda Guerra Mundial com um enorme prestígio junto às massas trabalhadoras do mundo” (Idem, ibidem).

Para Coutinho (2012) não é possível falar em revolução passiva na conjuntura atual, pois, após a reestruturação produtiva que pôs fim ao fordismo e estabelece para as classes subalternas e os seus representantes (sindicatos, partidos, etc.) um recuo na correlação de forças com o capital, se apresentando de maneira defensiva. A luta de classes não mais se expressa na conquista de novos direitos, mas na defesa daqueles que já foram conquistados. Não há acolhimento de uma parte das exigências dos de baixo, que era considerado para Gramsci momento essencial das revoluções passivas.

> Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (Idem, 2012, p. 123).

Diante disso, o autor defende que é mais adequado falar em contrarreforma e não em revolução passiva para tratar dos traços essenciais da nossa época contemporânea, pois, acredita que o capitalismo não permite avanços no que tange a conquista de melhorias substanciais para os de baixo, é apenas a “restauração plena da economia política do capital”. Estamos perante as fortes tentativas de destruição daquilo que Marx chamou de “vitória da economia política do trabalho”. Entretanto, isso não significa que o neoliberalismo destrua completamente algumas conquistas do Welfare State, apesar de, sobretudo, ser fruto da luta e resistência da classe subalterna (COUTINHO, 2012).

Ademais, o autor destaca que mesmo aqueles círculos neoliberais ligados à terceira via e, as instituições financeiras que representam o capital internacional

demonstram suas “preocupações” com o avanço da pobreza (resultado da face destruidora do capitalismo), porém, tais preocupações é o que leva à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas (exemplo claro dos governos petistas no Brasil) que não anula o fato de estamos diante de uma indiscutível contrarreforma (COUTINHO, 2012).

Por esse motivo, o gramsciano brasileiro nos recorda mais uma vez sobre as indicações de Gramsci que nos adverte sobre o ponto central desse debate: “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo”, isso quer dizer que durante um processo histórico de contrarreforma não significa que não haja presença do novo, “mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (COUTINHO, 2012, p. 123).

Tal defesa de Coutinho gerou divergências teóricas entre aqueles que também fazem parte do legado gramsciano. Alguns importantes pensadores brasileiros (Álvaro Bianchi; Edmundo Dias; Ruy Braga; etc) construíram suas críticas em relação às ponderações de Coutinho sobre os temas de Revolução passiva e Contrarreforma.

O debate sobre a validade interpretativa de tais conceitos em diferentes momentos históricos se deu a partir do primeiro mandato do governo Lula. Nessa época começaram as críticas do período a partir do conceito de revolução passiva. Contudo, em 2008 com o Seminário *“Internacional Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira”,* surgiram análises sobre o período lulista no Brasil[16].

Inicia-se o debate através do texto de Francisco de Oliveira intitulado “Hegemonia às avessas”, que de maneira geral o autor defendia que estava em curso uma situação em que “as classes dominantes teriam tomado a direção moral da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Ou seja, “ter-se-ia, assim, uma inversão dos termos gramscianos. No caso brasileiro, parece que os dominados dominam e que por meio dos fundos de pensão chegaram à condição de capitalistas, parece que comandam a política à frente do Executivo e de uma forte bancada parlamentar; parece que a economia esta estabilizada e a pobreza erradicada” (BIANCHI, 2020, p. 318), entretanto, as

[16] Cf: OLIVEIRA, F. “Hegemonia às avessas”. In OLIVEIRA, F.; BRAGA, R e RIZEK, C. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

aparências escondem o verdadeiro significado: “não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicite-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição que a direção moral não questione a forma de exploração capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Enquanto isso, Coutinho afirmou que esse processo poderia ser melhor explicado através da formulação de “Hegemonia da pequena política”, que em termos gerais seria: “existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 27). A partir disso Coutinho irá construir seu argumento sobre as dificuldades de interpretar tal contexto pela chave da revolução passiva, propondo assim como alternativa o conceito de “contrarreforma”.

É a partir desse momento que Ruy Braga e Álvaro Bianchi indicam os problemas da escolha conceitual de Coutinho, para os autores o ponto fundamental dessa questão, seria que “Coutinho procurou romper a unidade estabelecida por Gramsci entre os conceitos de revolução passiva e transformismo” (BIANCHI, 2020, p. 320). Além disso, afirmavam que: ”tanto as políticas assistenciais como o Bolsa família quanto a ampliação do sistema universitário federal, a “reformalização” do mercado de trabalho, o reajuste do salário mínimo e o incentivo ao consumo por meio do crédito teriam sido políticas governamentais para lidar com “subversivismo das classes subalternas”” (BRAGA, 2010, p. 11-12), ou seja, a partir dos fundamentos da revolução passiva, foi incorporado ainda que de maneira precária parte das demandas populares.

Contudo, aprendemos nos limites deste trabalho que Coutinho considera pertinente a interpretação dos fenômenos atuais (incluindo a era dos Governos petistas) a partir do conceito de contrarreforma, mas isso não implica na exclusão da dialética estabelecida entre revolução passiva e transformismo (apesar de entendermos que este último tem legalidade própria como vimos tópico anterior). Segundo Coutinho:

> transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismo

> que, em nossa época, marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, além dos fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil (COUTINHO, 2012, p. 124).

Além disso, quando Braga (2010) afirma sobre as mudanças econômicas e políticas adotadas no período lulista que de certa forma atende parte dos anseios populares, consideramos pertinente reiterar as elaborações de Coutinho e de Gramsci: “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e novo” (GRAMSCI, 2002, p. 143). O que caracteriza um processo de contrarreforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades (COUTINHO, 2012, p. 123-124).

Não podemos afirmar que durante os governos petistas as políticas compensatórias e o acesso ao crédito destinado às classes subalternas podem ser caracterizados como um momento que “acatou as demandas populares” (como acontece nos casos de Revolução passiva), pois, trata-se de uma época em que predomina a hegemonia da pequena política.

Portanto, quando estamos falando em revolução passiva, o debate se direciona para os grandes desafios históricos. De acordo com Coutinho (2010) “a época da revolução passiva iniciada com a Restauração, na Europa do século XIX, pode ser vista como uma resposta “pelo alto” às exigências postas pela Revolução Francesa: muitas das conquistas dessa Revolução são recolhidas, mas ao mesmo tempo emasculadas, gerando aquilo que poderíamos chamar de passagem da democracia radical para o liberalismo moderado” (p. 40). Outro exemplo seria no americanismo (e em sua expansão no Welfare State): a “concessão” de direitos sociais, a adoção keynesiana de elementos de “economia programática” etc. são tentativas de responder ao desafio anticapitalista representado pela Revolução de Outubro e pela União Soviética” (ibidem).

Em ambos os exemplos o que estava em jogo eram questões da “grande política”, a disputa era clara entre: democracia dos jacobinos e o liberalismo burguês, no outro caso, seria a oposição entre socialismo e capitalismo. Desse modo, surge a seguinte questão: A era dos governos petistas havia grandes disputas? Poderia resultar de fato numa mudança de paradigma? Para Coutinho (2010), a contrarreforma neoliberal durante as gestões dos governos Lula e Dilma

caracteriza a hegemonia da pequena política. Não estava em disputa a luta por diferentes tipos de sociedade, pelo contrário seus embates se encontravam no mesmo campo dos projetos liberados pela hegemonia de centro-direita.

Nesse sentido, consideramos pertinente avançar a compreensão sobre esse período histórico marcado pelas gestões de Lula e Dilma e que não só explicita o debate sobre as divergentes classificações do modelo de desenvolvimento adotado nos governos do PT, como também acreditamos que a construção desse raciocínio e a nossa análise crítica irá trazer solidez e exemplos concretos para concretizar a tese que defendemos se tratar de um período que deve ser interpretado pelo conceito de contrarreforma.

A trajetória política de construção do PT, resistente aos tempos difíceis da ditadura militar, juntamente com sua inicial elaboração programática, reascendeu as esperanças por uma sociedade que conferisse peso e voz aos trabalhadores. A vitória em 2002 expressou sinônimo de mudanças. Porém, o que de fato aconteceu foi um aprofundamento da política econômica de FHC (“elevação ainda maior da taxa de juros, que chegou aos 26,5% ano, enorme arrocho monetário, com corte de cerca de 10% nos meios de pagamentos da economia, adoção de uma meta de superávit primário maior do que a exigida no Fundo Monetário Internacional” (PAULANI, 2017, p. 94)) o que acabou jogando pelos ares a possibilidade de construção de mudanças reais para a classe subalterna brasileira.

Mas, assim como anteriormente tratado e afirmado por Gramsci, os momentos de contrarreforma, não significam total exclusão do “novo”, mas maior “preponderância” do “velho”. Por isso, os governos do PT combinando a agenda neoliberal, juntamente com adoção de políticas de transferência de renda (como por exemplo, o programa Bolsa família, que apesar de sua grande representação como símbolo dessas políticas, não foi o único no que tange a redução da desigualdade), conquistou uma experiência inédita, com um ciclo de crescimento e redução da desigualdade (mínima), gerando expectativas.

De acordo com Paulani (2017) podemos elencar uma série de iniciativas que de fato contribuíram para constituição de um tecido social menos desigual. Podemos destacar as facilidades de acesso ao ensino superior para as classes mais baixas: “Programa Universidade para Todos (ProUni), além da criação de 18 universidades públicas e a expansão do Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior (Fies)” (Idem, p.94).

Além disso, a existência de outros programas administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), como o Programa de Cisternas, que beneficiou a população nordestina entre 2011 e 2014, ajudando a minimizar os efeitos da seca. Também na mesma esteira temos o Minha Casa Minha Vida, programa que subsidiou a produção de moradias populares (apesar de todos os problemas relacionados do ponto de vista técnico, urbanístico e territorial) e o Luz para Todos, criado em 2003, levando energia elétrica para famílias do meio rural em todo Brasil. Sem contar, um leque de programas ligado a Cultura; e ações que viabilizaram a promoção de cotas raciais; além da defesa dos negros, pardos, indígenas e mulheres (essas pautas foram ainda mais debatidas nos governos da ex-presidenta Dilma). E ainda a ampliação de direitos trabalhistas, como a das empregadas domésticas (PAULANI, 2017).

Com isso, as análises de alguns importantes analistas de cena nacional consideraram a atuação dos governos petistas como um novo capítulo da história desenvolvimentista. Entretanto de acordo com Paulani (2017); Filgueiras e Gonçalves (2007); Gonçalves (2013); entendemos que o desenvolvimentismo pode ser sumariado com as seguintes características: “uma forte intervenção estatal, ancorada numa robusta política industrial, a qual deve seguir um projeto nacional” (PAULANI, 2017, p. 95), tais elementos são essenciais para designar um processo desenvolvimentista, coisa que nunca esteve presente na era do lulismo. A carta ao Povo Brasileiro (apelidada de Carta aos Banqueiros) divulgado por Lula em 2002, com o propósito de acalmar os ânimos do mercado, explicita isso, pois, “ainda que fale em retomada do crescimento e em justiça social, não relaciona esses variáveis em torno de um projeto claro e articulado de mudanças institucionais e estruturais para a obtenção desses objetivos; ainda que fale na importância dos investimentos públicos e na necessidade de políticas industriais” (Idem, ibidem), o que de fato acontece é a manutenção da institucionalidade em prol da acumulação financeira. Pode-se concluir que o conteúdo da carta indicava o que Florestan Fernandes antecipou no início dos anos 1990, como “a entrega da cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados” (FERNANDES, 1991, p. 7).

Assim como sumariou a Carta, a ação resumir-se-ia a manutenção prioritariamente à acumulação financeira e o combate da redução da miséria. Contudo, essa combinação entre agenda liberal e políticas sociais, trouxeram grandes problemas que já eram previstos, por conta desse princípio contraditório.

Pois, se por um lado as políticas fortaleciam os direitos sociais garantidos desde a Constituição Federal de 1988, a disputa pelo fundo público também se acirrou, “uma vez que os recursos que remuneram a riqueza financeira vêm da mesma fonte que aqueles necessários para honrar os compromissos sociais” (PAULANI, 2017, p. 96).

De acordo com Oliveira e Silva (2020)

> A melhoria dos indicadores macroeconômicos a partir de 2003 foi resultado em grande medida da ocorrência de uma conjuntura econômica internacional favorável que possibilitou a flexibilização da política econômica. Longe de constituir a formação de um modelo novo desenvolvimentista, as medidas adotadas ao longo dos governos PT constituíram-se como importante fonte de legitimação do MLP [modelo liberal periférico] e de sua política macroeconômica (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 497).

Enquanto o cenário conjuntural estava favorável, o crescimento econômico sustentado pelo boom da exportação das commodities e pelas políticas sociais, a contradição iminente estava controlada. E por conta desse aparente “controle”, criou-se no Brasil o que Sampaio (2012) denominou de “mito do crescimento” que gera uma espécie de ilusão nas massas, ou seja, a solução dos problemas do país perpassava por uma “solução burguesa”, pois, era possível atender, através das políticas sociais compensatórias as aspirações da classe subalterna e, por outro lado as massas eram incluídas de forma passiva no arranjo político do lulismo, dessa forma estava garantida a ampliação da sua base social.

Em 2008 com o avanço da crise financeira internacional e suas duras consequências para os países localizados na periferia do sistema, começaram a desintegrar essa conciliação que até então caminhava virtuosamente. De acordo com Paulani (2017) foi possível no início driblar os impactos da crise através do investimento aos setores do mercado interno com maior “efeito multiplicador” (a indústria automobilística e de eletrodomésticos), além de uma expressiva expansão do crédito ao consumidor. Contudo, o agravamento se intensificou na primeira gestão presidencial da ex-presidenta Dilma. De acordo com Silva et.al (2018) “A feição do lulismo, porém, não se alterou em virtude da mudança de presidentes, mas, sobretudo por causa da ressaca da crise do final da década passada. A alegria do consumo e o crescimento econômico durante a gestão de Lula apontavam para a angústia de uma crise que se aproximava” (p. 7).

Com base em Singer (2015) “o crescimento diminuiu de 4,1%, em média ao ano, entre os anos 2000 e 2008, para 2,9% de 2009 a 2014” (p. 43). Sendo assim, a gestão da presidenta Dilma foi afetada diretamente, e o cenário vigente passou exigir a adoção de uma política macroeconômica que obviamente não se alinhava com os feitos anteriores do governo Lula. Exemplo disso foi a “redução da taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano, entre agosto de 2011 e abril de 2013”, de acordo com o autor “chegando ao seu valor mais baixo desde 1986” (SINGER, 2015, p. 43).

> Tal agravamento foi enfrentado com uma política de aposta no investimento privado, via desoneração da folha de pagamentos das empresas, e com uma combinação de relaxamento da política monetária (redução da taxa de juros para conseguir desvalorizar o câmbio) com aperto fiscal. A ausência de respostas do investimento privado a esses estímulos, o corte efetuado nos investimentos públicos para criar espaço para as desonerações, o esgotamento dos impulsos derivados do consumo e a continuidade da crise externa, com enorme redução do preço das commodities exportadas pelo país começaram a produzir resultados muito ruins, culminando a íntima taxa de 0,1% de crescimento do PIB em 2014 (PAULANI, 2017, p. 96).

Diante disso, podemos afirmar que o desastre no cenário econômico trouxe fortes rebatimentos para o cenário político. Em 2014 Dilma foi eleita a partir de uma eleição bastante acirrada, pois o país ficou extremamente dividido desde 2013 (depois das manifestações junho). Aquele período de ânimos contidos e paz que estava presente nos anos gloriosos do lulismo se desfez no ar. A crise internacional que chegou em 2008 e foi inicialmente driblada, mas retorna com força total, foi o principal motor para desmanchar essa conciliação que de um lado reduzia miséria, desigualdade social e ampliação de direitos, mas que do outro lado mantinha o *status quo* vigente e o processo de acumulação da valorização financeira. Desse modo, isso fez com que durante a gestão de Dilma ela elaborasse diversas tentativas de reanimar o investimento privado, “com políticas que envolveram elementos heterodoxos, como a redução muito rápida dos juros, medidas ortodoxas como o ajuste fiscal, e ainda outras desonerações da folha de pagamento de alguns setores” (PAULANI, 2017, p. 97).

Após sua reeleição, Dilma adotou de maneira ainda mais aprofundada a agenda neoliberal, pois, “ao tomar como imperativo o corte nos gastos sociais, a redução do crédito dos bancos públicos, o leilão de propriedades do Estado e o aumento das de juros, tendo em vista a manutenção do superávit primário”

(ANDERSON 2016, apud SILVA, et. al, 2018, p. 8). Houve também redução dos gastos direcionados a suade e educação, porém, o fundo público continuava garantindo os mecanismos de lucro do capital financeiro através do pagamento da dívida pública. Dito de outro modo, podemos então afirmar que durante o governo Dilma quem sofreu as consequências da crise foram os trabalhadores, ou seja, "enquanto mantinha a lucratividade dos grandes bancos através do aumento das taxas de juros, tendo em vista que, no período, os bancos tiveram um crescimento, na sua lucratividade, de mais de 40% no primeiro trimestre de 2015" (ibidem).

É por isso que Paulanni (2017); Filgueiras e Gonçalves (2007); Gonçalves (2013); afirmam que não houve projeto nacional que pudesse viabilizar a intervenção estatal na economia brasileira, o que de fato guiou a política econômica dos governos petistas, sem planejamento e sem projeto, foram os rumos conjunturais que nada ameaçavam a harmonia da sociedade produtora de mercadorias. Ou seja, a continuidade do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico – presente no Brasil desde 1990. "Daí a dificuldade de denominar tal política de desenvolvimentista, seja neo, novo ou social o prefixo que se anteponha ao termo" (PAULANI, 2017 p. 97). Sem projeto nacional, muito menos sem projeto nacional democrático popular a experiência petista na história brasileira não resultaria em outro destino, senão ao fracasso, pois, nunca ocorreu de modo decisivo qualquer enfrentamento a institucionalidade construída exclusivamente para benefício da acumulação financeira.

De acordo com as interpretações de Filgueiras e Gonçalves (2007) o conceito de "modelo liberal periférico" formulado pelos autores, é central para a análise do longo período da gestão petista no Brasil, que, portanto, foi aprofundado e consolidado a partir de 2003. Segundo os autores, nunca houve um projeto desenvolvimentista. Portanto, cabe aqui caracterizar o MLP:

.

> O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado[17] e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico

[17] Em especial as reformas da Previdência que aconteceram nos governos Lula e Dilma

> internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional e se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Por fim, a dinâmica macroeconômica do modelo subordina-se à predominância do capital financeiro e da lógica financeira (Idem, p. 22).

Em consonância com os autores afirmamos “que o desempenho econômico do Brasil foi medíocre no governo FHC e fraco no governo Lula. No que se refere ao governo Dilma, os indicadores apontam para desempenho pior do que o obtido pelo governo Lula. Portanto, o governo Dilma está em uma posição entre o fraco desempenho do governo Lula e desempenho ruim do governo FHC” (GONÇALVES, 2013, p. 8). Ou seja, consideramos um equívoco a defesa de alguns pensadores (MERCADANTE, 2010; BARBOSA, 2013; etc.) que afirmam estarmos falando de período histórico no qual as bases econômicas mudaram de patamar e identificando questões relacionadas como “a diminuição da dívida externa e o crescimento das reservas em moeda estrangeira”, como “certa diminuição da vulnerabilidade da economia brasileira”, ou seja, acreditam em “supostas tendências progressivas da formação social brasileira no período” (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 500). Tais defesas desconsideram as especificidades do momento estrutural e conjuntural que estava ancorado as gestões dos governos petistas.

Portanto, não houve um novo-desenvolvimentismo, nem governos pós-neoliberais, tampouco um Estado de Bem-Estar Social, conforme alguns autores defendem. O que de fato ocorreu durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) foi propiciado por um período em que “a conjunção entre o minimalismo assistencialista e a repressão extraeconômica das camadas pauperizadas (NETTO, 2017, apud, OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 505) fundadas na conjuntura econômica favorável propiciada pelo boom das commodities nos anos 2000”. Não houve superação do modelo liberal periférico, pelo contrário, foi aprofundado. As demandas dos subalternos não foram atendidas de modo que poderiam lograr êxito numa mudança efetiva das suas condições de vida e trabalho. Os determinantes da pobreza não foram alterados. E, após o fim do governo Dilma (com golpe de 2016) isso fica evidente quando a ruína do pacto conciliatório petista resultou “na volta do desemprego, na redução do poder de compra dos salários, no desinvestimento nos serviços públicos” (MIGUEL, 2019, p. 87).

Além de tudo, “o ambiente parece ter ficado propício, de roldão são acrescentados retrocessos ainda maiores: desmonte da legislação trabalhista e

previdenciária, criminalização da juventude, aumento da violência policial, legislação retrógada no campo da família e da sexualidade" (Idem, p. 87). E para o desastre ficar completo em 2020 uma pandemia mundial (do novo Coronavírus) matou mais de 5 milhões de pessoas. E, no Brasil foi um grande show de horrores, liderado por um governo da direita ultraconservadora que nega os avanços científicos, incita a violência e ataca as instituições democráticas. O país enfrenta uma era marcada pela carestia, pelo retrocesso no âmbito da educação e um total descaso com a classe trabalhadora. Após o fim da era petista no Brasil, "a direita, em vez de se civilizar, radicalizou seu programa e seu discurso". "E conseguiu apoio popular" (MIGUEL, 2019, p. 87).

Por isso, a pertinência de analisar a estratégia de desenvolvimento efetivamente implementada ao longo dos governos PT, entendendo que se não houve embates dentro do campo da "grande política" não é possível interpretar esse período a partir da chave conceitual gramsciana de Revolução Passiva, não estamos falando em disputas de sociedades, tampouco de uma luta em prol de mudanças estruturais para os subalternos. O que de fato aconteceu foi à administração do existente, administração esta, que só ocorreu com seus avanços (no que diz respeito à desigualdade mínima) por conta de todo solo internacional existente – político, econômico e social. Desse modo, o conceito de contrarreforma elucida de forma cristalina quando argumenta sobre a preponderância da conservação (ou restauração) em face de eventuais e tímidas novidades (COUTINHO, 2012).

CAPÍTULO 4 – A RELAÇÃO PARTIDO-GOVERNO E O APROFUNDAMENTO DO TRANSFORMISMO DO PT DURANTE A GESTÃO DO GOVERNO LULA 2003-2006

4.1 Formação e trajetória do PT para entender as bases do transformismo

A construção dos capítulos anteriores destaca em primeiro momento o debate gramsciano sobre a teoria do Estado Integral, a concepção do partido revolucionário a partir dos escritos sobre o "Moderno Príncipe", o papel dos intelectuais e seu caráter organizativo, além das estratégias revolucionárias para as sociedades de tipo Oriental e Ocidental. Posteriormente as formulações se complementam com o desenvolvimento sobre os conceitos e categorias cunhados por Gramsci sobre Revolução passiva, Transformismo e Contrarreforma, corroborando assim para compreender os elementos fundamentais – mesmo que de maneira suscinta – da formação social brasileira, seu desenvolvimento econômico e político, além dos marcos históricos desde sua Independência até os governos petistas. Esse caminho teórico-metodológico nos permitirá interpretar, analisar, entender e criticar as transformações históricas ocorridas com o Partido dos Trabalhadores.

Contudo, esse estudo se esbarra nos limites impostos pelo próprio desenvolvimento da pesquisa, pois não será possível tratar de todo processo histórico ocorrido durante os 13 anos de governos petistas. Desse modo, nosso foco central foi analisar de forma aproximativa a relação partido e governo durante a gestão do governo Lula 2003-3006, indicando que enquanto o PT era oposição aos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e suas medidas contrarreformistas, o cenário muda completamente quando Lula chega à presidência em 2002 dando continuidade ao modelo neoliberal.

Diante desse exposto, podemos então afirmar que a análise desses fenômenos nos permite compreender o aprofundamento do seu processo de transformismo que se inicia durante a década de 1990 quando as possibilidades de chegar à presidência do Brasil tornam-se cada vez mais concretas, além disso, corrobora com o debate apresentado anteriormente que indica os governos do PT sob a égide da "hegemonia da pequena política", ou seja, a "contrarreforma neoliberal". Cabe aqui ressaltar que análise do transformismo feita a seguir está baseada nas produções de Iasi (2006) e Coelho (2005).

Ademais, a inflexão ideológica, o abandono da radicalidade e a subserviência ao imperialismo e aos desejos do mercado financeiro, fez com que o PT perdesse de vista seu projeto estratégico, se distanciando da máxima gramsciana sobre o papel do “intelectual coletivo” que organiza as massas e direciona seus anseios na luta pela construção da hegemonia dos subalternos – assim como aprendemos sobre o Moderno Príncipe - tornando se tornar um partido da ordem. Por isso, nossa análise torna-se tão importante nesse sentido, pois demonstra a mudança das defesas históricas do partido alinhados a meta socialista, aos direitos sociais, a ética política, a justiça social e as críticas ao projeto neoliberal do antecessor FHC.

O PT abandonou em primeiro momento sua relação orgânica com a classe trabalhadora e seu projeto anticapitalista. Isso foi feito através da sua moderação programática; das alianças que jamais seriam cogitadas nos primórdios do partido; o acirramento da sua dinâmica interna que provocou cisões profundas e a eliminação da ala revolucionária do partido, em prol da governabilidade.

O coroamento de todo esse processo se deu com a publicação da “Carta ao povo brasileiro” que em síntese acalmava os ânimos do mercado e de modo mais significativo firmava o compromisso com o pagamento da dívida externa. Inicialmente o partido se posicionava contra o pagamento, posteriormente defendeu a suspensão com auditoria da dívida e, depois passou a defender de maneira explícita.

Após o seu processo histórico de transformismo (1990-2002) até a vitória das eleições em 2002 o cenário muda quando o partido chega ao poder, de acordo com as análises que serão feitas a seguir, mesmo que, ainda de forma aproximativa, acreditamos que se trata de um “aprofundamento do transformismo”, pois, a relação entre partido e governo se acirram e o PT torna-se substancialmente um partido da ordem, desse modo, ocupando o governo federal e instaurando uma nova relação com o Congresso Nacional os integrantes partidários revisaram suas antigas posturas e acabaram por abandonar suas defesas emancipatórias.

Para tanto, isso pode ser percebido através da promulgação da Reforma da Previdência comandada pelo presidente eleito Lula em 2003, configurando na história do partido um momento histórico extremamente importante, pois resultou mudanças e divisões na bancada do PT e nas suas bases sociais. Sendo, portanto, o ponto fundamental do nosso trabalho, pois, nossa proposta é entender como se deu a dinâmica da relação entre partido e governo e analisar a partir das escolhas

econômicas e políticas como se deu seu processo de aprofundamento do transformismo. A partir desses elementos será possível compreender através da análise documental, como se apresentou o posicionamento do partido e suas disputas internas em torno de tal contrarreforma.

Diante disso, nossa análise requer uma retrospectiva histórica que destaque o que há de mais importante na trajetória e formação do PT, a fim de compreender como se deu o crescente processo de transformismo e seu aprofundamento. Portanto, antes de examinarmos de fato o objeto da nossa pesquisa, será preciso dedicar algumas linhas que evidenciam as mudanças no projeto societário defendido pelo partido que passou por profundas transformações até chegar no governo.

Há uma extensa contribuição teórica de importantes nomes da esquerda nacional, jornalistas, intelectuais, militantes revolucionários etc. que dedicaram inúmeras páginas dos seus trabalhos para entender o fenômeno do transformismo no PT, diversas análises com diferentes critérios interpretativos, mas com um ponto em comum: “o apassivamento programático do partido”, ou seja, assim como já foi evidenciado nas linhas anteriores, é prudente reforçar que houve mudanças em seu projeto de sociedade, sua visão de mundo e sua perspectiva política e econômica para lidar com os anseios do desenvolvimento do capitalismo e se enquadrar nos requisitos necessários para chegar à governabilidade e torna-se um partido que não ameaçasse as bases da hegemonia burguesa vigente.

Desse modo, esse trabalho se alinha com as concepções sobre o tema que destacam o caráter das mudanças históricas do PT, de modo específico podemos citar as contribuições do historiador Eurelino Coelho que se dedicou na construção de um potente material teórico que analisa em sua tese de doutorado (2005) “A crise do marxismo e as Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos dirigentes do PT 1979-1998”, tal proposta buscou entender “os marxistas em crise”, ou seja, militantes e intelectuais que abandonaram o marxismo e tornaram-se “ex-marxistas”.

Segundo o autor, os intelectuais e as lideranças que eram ligados às tendências internas do PT, sendo essas: Articulação Unidade na Luta e Democracia Radical, abandonaram as referências do debate sobre classe e luta de classe e fizeram isso no plano teórico e político. Ao que se refere o plano teórico, Coelho (2005) afirma que ao analisar os artigos publicados na revista Teoria e Debate, indica que José Dirceu, Tarso Genro, Aldo Fornazieri, Marcos Rolim e Wilson Luiz Muller escreveram entre 1980 e 1990, sobre diversos temas, mas com maior ênfase

sobre os conceitos e categorias gramscianos ligados à noção de hegemonia; partido; revolução; disputa de hegemonia política, cultural e moral; guerra de posição etc. Desse modo, foi identificado pelo historiador que os primeiros artigos publicados estavam alinhados a perspectiva teórica crítica, marxista e revolucionária.

Entretanto, no decorrer do processo da pesquisa, aconteceu o que Coelho (2005) denomina de “metamorfose dos leitores”, ou seja, o autor identificou que os escritos dos intelectuais petistas sofreram uma espécie de mudança e aplicabilidade do pensamento de Gramsci, sua teoria e suas formulações conceituais e categorias. Mas não se trata de qualquer mudança, na verdade, o desenvolvimento histórico das publicações demonstram que houve uma recusa integral do marxismo. Ou seja, iniciaram suas análises e interpretações calcados no plano teórico alinhados a perspectiva marxista (com ênfase no pensamento de Gramsci), mas no decorrer do processo abandonam a centralidade da luta de classes e a estratégia revolucionária que visa a construção de uma sociedade livre do capital.

De acordo com o autor, seria, portanto, a evolução do que ele chamou de “rompimentos incompletos com o socialismo” até a conformação final que caracteriza à alteração do emprego das categorias e abandono do pensamento marxistas. Sobre este último, Coelho (2005) enfatiza: “Uma vez que não se acredite que os conceitos tenham vida e vontade próprias e cultivem o hábito de desenvolverem-se e mudarem de forma autônoma, a explicação para esta metamorfose nas leituras reside na metamorfose dos leitores” (p. 138).

Isso nos indica que a contribuição teórica a partir dos trabalhos dos intelectuais petistas fomenta uma espécie de abusos na interpretação[18] do pensamento de Gramsci. Além disso, é preciso questionar os motivos pelos quais os intelectuais petistas – sendo esses agentes capazes de sistematizar e ajudar na construção das visões de muno, assim como aprendemos anteriormente com Gramsci sobre os intelectuais e o seu papel no âmbito do partido político – assumem uma postura que em termos teóricos se enquadram no fenômeno histórico do transformismo? Para Coelho (2005) a resposta dessa questão não deve se limitar ao “que é intrínseco às atividades intelectuais”, dito de outro modo o autor explicita:

[18] Segundo Coelho (2005) Edmundo Dias, num artigo instigante, faz a crítica dos 'abusos" interpretativos cometidos por certos leitores de Gramsci na Itália e no Brasil. Cf. Edmundo Fernandes Dias. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: Edmundo Fernandes Dias et al. *O outro Gramsci.* São Paulo: Xamã, 1996. Sobre a recepção de Gramsci no Brasil, ver, entre outros, Lincon Secco. A recepção das ideias de Gramsci no Brasil. Dissertação de Mestrado, USF 1998 e Cláudio Ferme. Democracia e socialismo no dédalo da História. Tese de Mestrado, Iuperj, 1999.

> é preciso olhar para o "conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais". O desafio é compreender sua inserção nos conflitos sociais e políticos do seu tempo, sua posição, as tensões específicas a que precisam responder, as respostas que formulam – numa palavra a sua práxis.” (COELHO,2005, p. 138).

Portanto, isso tem a ver com a relação e a interação dialética entre os intelectuais e o “seu mundo”, ou seja, o abandono do projeto teórico alinhado a perspectiva revolucionária e assimilação de noções relacionadas ao pensamento neoliberal é resultado de um processo material e real que o PT enfrentava na época, era um momento de ampliação e intensificação da sua inserção na esfera pública, em suma, quer dizer que há uma mudança na relação dos intelectuais e militantes do PT e, obviamente do próprio partido com o Estado.

Nesse sentido, Coelho (2005) afirma

> Estas mudanças na práxis dos intelectuais de esquerda possuem um significado preciso: eles experimentaram um deslocamento no terreno da luta de classes. Seus vínculos orgânicos com a classe trabalhadora foram dissolvidos num duplo movimento: quebraram-se, por um lado, os elos que os ligavam à experiência da classe, na medida em que o avanço do processo de burocratização e integração ao Estado, num quadro de estabilidade duradoura das instituições da democracia burguesa, criou, para eles, oportunidades de mudar de vida. Por outro lado, num contexto histórico marcado pela ofensiva ideológica da classe dominante pelo refluxo das classes subalternas, como foram os anos 1990 no Brasil, a visão burguesa de mundo (em formas contemporâneas, como as concepções pós-modernas da política e da história ou as vertentes atuais da concepção liberal de democracia) passou a exercer uma atração renovada sobre os intelectuais de esquerda. No primeiro movimento, o da burocratização, temos uma diferenciação que afeta o plano material da existência daqueles agentes históricos, enquanto no segundo movimento temos um processo de restauração intelectual e moral pelo qual os intelectuais de esquerda assumem os pressupostos e os valores fundamentais da Weltanschauung burguesa (p.139).

Tal assertiva nos ajuda entender que as mudanças ocorridas no plano teórico e principalmente no plano político são resultados das mudanças dos intelectuais em relação a luta de classes, ou seja, esse processo de burocratização e integração ao Estado atrelado a restauração intelectual, demonstra que o processo de mudança na assimilação e aplicabilidade interpretativa do léxico categorial e conceitual marxista estava estritamente ligado ao papel que passaram exercer na dinâmica política do partido e sua inserção no Estado. Isso não quer dizer que foram extintos ou excluídos da luta de classes, pelo contrário, migraram para o campo adversário –

uma forma clara de transformismo – e passaram defender num processo gradual os valores ideológicos da hegemonia burguesia, ajudando a construir visões de mundo antagônicas à das classes subalternas. Por isso, a defesa central do autor é afirmar que houve uma “dissolução orgânica com os vínculos da classe trabalhadora”.

Coelho (2005), sintetiza:

> o aspecto mais essencial da reviravolta no projeto político reside nisto: o trabalho de organização política independente dos trabalhadores foi abandonado e substituído pelo seu contrário, isto é, pelo trabalho de desorganização da classe em favor de governos e políticas em nome "de todos". De um projeto, mesmo difuso, de mudança da ordem, passou-se para um projeto de mudança dentro da ordem (p. 140).

Por fim, o trabalho do historiador brasileiro nos permitiu enxergar a partir de um panorama geral como acontece em termos reais o processo de transformismo molecular, ou seja, a cooptação de agentes ativos ligados a classe trabalhadora para o campo oposto. Desse modo, as mudanças nos projetos políticos se expressam tanto no plano teórico quanto na atuação prática da política desses intelectuais. Nesse sentido, este estudo possibilita a compreensão das análises que virão. Haja vista que, o que será apresentado a seguir sintetiza o movimento defendido pelo projeto do campo majoritário do PT – formado justamente pelas correntes e tendências que estavam inseridos os intelectuais e suas elaborações que foram apresentadas – que sinalizavam que “a ideia de que "um outro capitalismo é possível", se apresentava como urna alternativa ao neoliberalismo, isto é, como um projeto burguês alternativo (COELHO, 2005, p. 141).

Além disso, também estamos alinhados ao pensamento de outro importante historiador, Mauro Luís Iasi, que dedicou parte da sua produção acadêmica para tratar sobre o processo de transformismo do PT, destacamos aqui sua extensa obra intitulada “As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)” que buscou através de uma pesquisa documental indicar como se deu o processo de inflexão do PT a partir dos documentos oficiais do partido.

De acordo com Iasi (2006) é preciso entender que o partido que chega ao governo em 2003 não é o mesmo que se estabeleceu em 1980. Apesar de alguns fiéis defensores da sua performance no governo federal, não se pode negar que o PT não é mesmo, houve mudanças, mas no que consiste essa mudança? Segundo o autor é possível sintetizar através da seguinte assertiva: “a experiência do PT é um

excelente exemplo do movimento de construção de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar" (p. 359).

Nesse sentido, as formulações de Iasi (2006) nos indicam o caráter revolucionário do PT – firmado com grande ênfase nos documentos iniciais – com o objetivo claro de superação do capital. Além disso, o autor também se alinha as concepções que denominavam o PT como uma espécie de "novidade"[19], pois, significava que seria possível à ascensão das massas através da organização de um partido político de esquerda livre das "tutelas das elites" (como aconteceu no caso do populismo). Outro ponto importante seria a forma pelo qual se deu a inserção do partido no cenário nacional, pois o que acontece é uma passagem da ação sindical organizada até à conformação real do partido – o que na época parecia totalmente improvável, dito pelo principal líder do movimento, Lula – esse movimento representou de fato a junção da luta pontual e imediata dos trabalhadores urbanos que reivindicavam: direitos sociais, ritmo de trabalho, condições dos ambientes de trabalho, salários etc.; alinhada a uma dinâmica de totalidade.

Ou seja, agregava tanto a necessidade de uma representação forte que pudesse dar voz aos particularismos da classe, quanto a formação de "um polo aglutinador de diferentes setores de classe e segmentos sociais diversos que se unificam na luta contra a ditadura militar e pela democratização com um corte inicialmente classista e anticapitalista" (IASI, 2006, 361). Vale ressaltar que esse contexto de tensões e organização dos trabalhadores que evidenciava o caráter contraditório e explorador do capital estava atrelado ao contexto histórico nacional e internacional que segundo o autor, "combinava algumas variantes muito significativas":

> crise do modelo político e econômico da ditadura militar, emergência de inúmeras manifestações contra a ditadura (movimento contra o custo de vida, luta pela anistia etc.) e um cenário internacional de tensão (Revolução Sandinista e movimento guerrilheiro de El Salvador, início da crise no bloco de países do Leste Europeu, começando pela Polônia etc.)" (Idem, p. 362).

[19] Obviamente não é consenso a questão relacionada ao surgimento do PT ser caracterizada como uma "novidade". Para tanto, indicamos as seguintes obras: "PT: a formação de um partido (1979/1982) – Raquel Meneguello. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998" e "O avesse do Príncipe: Programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores – Darlan Ferreira Montenegro. Rio de Janeiro. Iuperj, 2009."

Isto posto, o trabalho de Iasi (2006) tem como perspectiva geral demonstrar que o PT foi formado através de uma intrínseca relação com a classe trabalhadora e é, portanto, a partir desta que surge seus filiados, militantes e dirigentes. “Sua primeira expressão política configurava um partido classista, anticapitalista, democrático e com uma meta socialista claramente estabelecida” (p. 551). Contudo, foi possível observar através das resoluções partidárias “uma clara inflexão moderada, correspondente a uma reorientação profunda na forma de organização do partido e em sua ação política, processo que se acelerou com a conquista da Presidência em 2002, mas que pode ser identificado em germinação muito tempo antes” (ibidem).

Nesse sentido, é possível identificar as similaridades interpretativas dos autores basilares desse estudo, Coelho (2005) e Iasi (2006), ambos classificam o rebaixamento programático do partido através do conceito de Gramsci sobre o transformismo e, ao analisaram o mesmo fenômeno com ênfase em processos diferentes (intelectuais e resoluções partidárias, respectivamente) chegam a mesma conclusão, referente ao processo de ampliação, institucionalização e burocratização do partido. Alinhado ao que foi evidenciado por Coelho (2005) anteriormente, Iasi (2006) também afirma: “uma transformação significativa de perfil de um estrato que se descola da classe trabalhadora, da qual se origina, para formar uma camada burocrática composta de uma série de funções associadas ao processo de institucionalização e, depois burocratização (IASI, 2006, p. 559).

Em termos gerais, quando tratamos de “dissolução orgânica dos vínculos com a classe trabalhadora” ou “amoldamento à ordem que esperava superar” estamos falando de uma experiência histórica no qual merece nossa atenção e estudo, por isso, as linhas a seguir irão traçar um panorama geral capaz de situar o leitor sobre o processo de transformismo pelo qual passou o PT. Posteriormente será analisado a relação do partido e governo no período de 2003-2006, tendo como elemento de análise a “reforma” da previdência, como ação indicativa/aproximativa da referida relação. O objetivo, frisa-se, mais uma vez, é fazer uma primeira aproximação acerca das repercussões e entraves no interior do partido, além de expor os retrocessos colhidas pela classe que o PT anunciava inicialmente defender.

Antes disso, consideramos importante ressaltar que há outras interpretações sobre o surgimento, nascimento e desenvolvimento histórico do PT, diferente das concepções apresentadas por Coelho e Iasi, discordando inclusive da perspectiva

“revolucionária” e da “meta socialista” evidenciada pelos autores. Contudo, apesar de entendermos a importância não será possível desenvolvermos o debate.

Isto posto, podemos nos reportar para as breves indicações que evidenciam a formação e a trajetória do PT. Iremos usar como recurso metodológico à pesquisa documental no intuito de evidenciar através dos documentos oficiais encontrados no site do próprio partido e no acervo histórico da Fundação Perseu Abramo, evidenciando como se deu “as bases do transformismo” para que posteriormente possamos tratar do seu “aprofundamento”. Sendo assim, iniciaremos nossa explicação.

O surgimento do PT se deu após uma sucessão de crises vivenciadas pelo país desde o início da década de 60 que se estenderam pelos anos 70. Gurgel (1989) considera que por este prisma o PT foi de fato uma novidade na política institucional brasileira, pois estava ao lado “das manifestações e formações corporativas e sociais pelos direitos dos índios, das mulheres, dos negros, pela preservação da natureza” (p. 47). Contudo, o autor afirma que apesar dos discursos iniciais indicaram uma postura que enfatizava à autogestão, valorizava o processo de decisões com ênfase no seu caráter basista e, eram antiburocráticos, “o PT não se diferenciava, portanto, no sentido estratégico, de todos os demais partidos.” Pois, o partido queria o poder. Desse modo, “ser fato novo não implica em ser fato estranho. Ao inserir-se na luta de classes o PT abdicou de suas eventuais pretensões de ser exótico” (ibidem).

Em 10 de fevereiro de 1980 é fundado o Partido dos Trabalhadores, através de uma comissão provisória, foi aprovado seu manifesto de fundação (“Manifesto do Partido dos Trabalhadores”), mas que só foi publicado em 22 de março de 1980. De acordo com Gurgel (1989) “a gestação do PT vinha se dando desde 1978, quando das greves dos operários do ABCD, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, a região das grandes metalúrgicas e montadoras de São Paulo” (p. 43), portanto, através dos Congressos dos Metalúrgicos que aconteceram com os trabalhadores de São Paulo e posteriormente em nível nacional que surge a ideia de construção de um partido dos trabalhadores.

Em maio de 1979 é lançada a “Carta de princípios” a carta já indicava os caminhos para construção do Manifesto de Fundação e do futuro programa, evidenciando a necessidade de um partido que pudesse dar voz aos anseios da classe subalterna brasileira, haja vista os limites da luta sindical. Além disso

declarava a pretensão das participações nas eleições, mas deixava claro que o objetivo maior era a organização e elevação política das massas. Vejamos o que consta na Carta:

> os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro. Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT (CARTA DE PRINCIPIOS, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Além das denúncias feitas ao sistema econômico vigente, a Carta também expressava o compromisso com a construção de sociedade livre da exploração e alinhado aos preceitos do socialismo.

> O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas (CARTA DE PRINCÍPIOS, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Em seguida, afirma:

> O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo (CARTA DE PRINCÍPIOS, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Gurgel (1989) nos chama atenção para um ponto fundamental sobre o nascimento do PT. Para o autor é importante evidenciar que as bases do surgimento do partido se deram no contexto de crise do sindicalismo pelego que era atrelado ao Estado (como vimos de forma expressiva na Era Vargas) e, portanto, geriu as bases

para o movimento crítico do “sindicalismo autêntico” que teve sua forma expressiva nas lutas do ABC paulista que inclusive projetou importantes lideranças sindicais “como Lula, Alemão, Osmarzinho, Djalma Bom e outros. Ali estava a origem do PT e seu forte traço de classe” (p. 59). Porém, não foi apenas desse movimento que o PT se formou, “mas do enorme renascimento político do Brasil promovido nas lutas pela terra, contra a censura, pela anistia, contra a tortura, pelo índio, contra discriminação racial, sexual” (ibidem) além dos movimentos contra carestia, os estudantes, os intelectuais, ações pastorais e a ala progressista da Igreja Católica (Teologia da Libertação). Nesse sentido, o autor acrescenta:

> Estão na formação do PT grande parte das lideranças do moderno sindicalismo, boa parte das lideranças do movimento popular, os intelectuais de esquerda que já não viam nos PC’s seu espaço político mais legítimo, a maioria dos quadros políticos e das tendências de esquerda organizada, remanescentes da luta armada (desta, uma grande parte dos seus aliados na Europa), organizações de esquerda que se mantiveram mais ou menos vivas (MEP, Ala Vermelha, PCBR etc.) e outras que pretendiam vida própria, os padres e leigos da Igreja da Libertação, que se identificaram o redencionismo da esquerda voltada para os pobres e juventude que descobriu a política limpa da “peãozada” como algo em que valia a pena acreditar (GURGEL, 1989, p. 61).

De modo geral é possível perceber que o PT nasce pela necessidade concreta e real de um povo que sofre com as mazelas de um capitalismo dependente, além disso a junção das lutas sindicais com os movimentos populares indicam seu caráter classista e seu compromisso com o socialismo. Para comprovar tal assertiva podemos demonstrar os documentos da “Plataforma Política” (1979) e o “Manifesto de Fundação” (1980) que claramente demonstra sua radicalidade inicial.

Na Plataforma Política reuniu diversos temas que estavam agrupados através de três grandes áreas: “Liberdades Democráticas”; “Melhorias Condições de Vida e Trabalho” e “Questão Nacional”, sobre este último ponto o documento indica:

> • Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra;
> • Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
> • Estatização das grandes empresas e bancos; • Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infraestrutura; • Controle popular dos fundos públicos; (PLATAFORMA POLÍTICA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Iasi (2005) afirma que apesar da “estatização” significar um programa socialdemocrata, o conjunto de relações que compõe o PT numa perspectiva de totalidade, seria correto afirmar que se trata “de um programa socialdemocrata com uma radicalidade que não se compara ao rebaixamento atual” (p. 381). Ou seja, mesmo que não apresente o socialismo com os preceitos marxistas e a profundidade teórica e estratégia necessária, é possível perceber os elementos necessários que evidenciam a luta anticapitalista.

Além disso, são as elaborações do Manifesto de Fundação que reforçam o compromisso do partido com a democracia evidenciando sua importância no plano nacional (contra a ditadura militar) e na sua dinâmica interna.

> O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980).

Sobre o seu compromisso com a democracia:

> [...] partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases [...] O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980).

Isto posto, Iasi (2005) afirma que as questões sobre a meta socialista[20] foram mais bem definidas e estabelecidas a partir do 1° Encontro Nacional do PT e

[20] O socialismo evidenciado pelos documentos do PT não tinha definições acabadas, nesse sentido, Iasi (2005) defende que é preciso valorizar “o salto de qualidade no processo de constituição da classe como classe no confronto com seu adversário vislumbra a possibilidade de sociedade além da ordem capitalista [...] portanto, “aqueles que estavam preocupados com em definições acabadas não conseguem ver o movimento. Aqueles que acreditam na correspondência entre a situação de classe proletária e a consciência proletária não aceitam outra forma de expressão senão uma formulação

seguirão nessa mesma esteira até o 4° Encontro Nacional. De modo geral, o discurso de Lula na 1° Convenção Nacional e, as táticas eleitorais estabelecidas no 2° Encontro, evidenciam que “as eleições eram vistas como um momento na busca do objetivo final” (p. 392), ou seja, o socialismo.

Desse modo, é coerente apresentar os argumentos dos documentos:

> Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (DISCURSO DE LULA NA 1° CONVENÇÃO NACIONAL DO PT, 1981)

Em outro momento Lula afirma:

> Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo. O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores**.** (DISCURSO DE LULA NA 1° CONVENÇÃO NACIONAL DO PT, 1981)

---

especificamente “marxista” [...] “um partido político de corte classista, afirma uma meta socialista baseada numa clara radicalidade capitalista, mas alguns não aceitam nada menos que a materialização de Lenin e do partido bolchevique à sua frente, paradigma em relação ao qual qualquer manifestação não passa de uma precária falsa consciência marcada pelo reformismo ou pelo economicismo” (p. 389).

Sobre os riscos do jogo eleitoral as resoluções do 2° Encontro destacam que era preciso evitar os oportunismos e construir um partido que dentro do jogo eleitoral que mereça em toda sua totalidade a confiança dos trabalhadores brasileiros.

> [é preciso] evitar, entre nós, o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de, efetivamente, conduzir a uma sociedade socialista, na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle (RESOLUÇÃO DO 2° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982).

Além disso, falava que o partido não poderia cair no "no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular", além disso, no parágrafo seguinte dizia: "não haverá candidatos no Partido, mas sim candidatos do Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido." (RESOLUÇÃO DO 2° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982).

No 3° Encontro (1984) a preocupação central seria "transformar em força orgânica o imenso crescimento da aceitação do partido entre os trabalhadores e camadas populares em todo país" (IASI, 2005, p. 392). Nesse contexto surgem os debates sobre a diferenciação entre governo e chegada ao poder e a necessidade de um "acúmulo de forças".

Sobre essas questões o documento afirma:

> Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular (RESOLUÇÕES DO 3° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984).

O 4° Encontro (1986) foi marcado por uma importante análise da formação social brasileira indicando a necessidade do rompimento com o padrão de desenvolvimento dependente, as resoluções indicam que o encontro tratou em termos gerais sobre o estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sua estrutura de classe e do projeto socialista defendido pelo partido e por fim uma análise de conjuntura sobre os elementos políticos e econômicos da época.

> O capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no País, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica. A penetração capitalista estrangeira, sob a forma de investimentos diretos e empréstimos, colocou, por um lado, os setores fundamentais da economia brasileira nas mãos das multinacionais e, por outro, transformou o País no maior devedor do mundo, deixando-o à mercê dos interesses do capital financeiro internacional (RESOLUÇÕES DO 4° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986)

Posteriormente o documento ressalta:

> Mas a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo (RESOLUÇÕES DO 4° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986).

Além das análises sobre o capitalismo brasileiro e a estratégia socialista como motor histórico capaz de viabilizar sua superação, o Encontro também foi marcado por discussões que colocavam em pauta a “questão das alianças”, dito de outro modo, o partido se preocupava com as formas táticas que deveriam ser usadas para chegar ao seu objetivo final, pois era preciso levar em consideração as singularidades e particularidades do país. Entretanto, dentro do jogo do “acúmulo de forças” não seria possível estabelecer alianças com setores burgueses.

> o caráter das alianças que serão necessárias e possíveis no processo de transformações no rumo do socialismo. Alianças e acordos serão necessários, e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras, e que, cada uma a seu modo, representam com maior ou menor grau de legitimidade interesses e valores setoriais e conjunturais dos diversos componentes da classe. Por outro lado, é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista (RESOLUÇÕES DO 4° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986).

Em síntese o documento anuncia que não é possível definir táticas antagônicas à estratégia, ou seja, mesmo que em determinados contextos as necessidades concretas viabilizem a formação de alianças, as mudanças táticas, os recuos e avanços é preciso atentar-se ao projeto de sociedade previamente definido.

Diante do que foi exposto e seguindo a linha cronológica da nossa análise, será necessário destacar os momentos mais importantes do 5° Encontro Nacional (1987) através das suas resoluções. De acordo com Secco (2011) “foi o mais importante da história do PT (p. 121). É através deste que o partido rompe com a estratégia historicamente defendida pelo PCB (estratégia nacional e democrática) e define a sua “Estratégia Democrática popular”. Além disso, surgem as primeiras tensões internas que disputavam a direção do partido.

Para tanto, Iasi (2005) afirma que o durante o encontro o PT reforçou sua oposição ao imperialismo e a ruptura com o FMI e o não pagamento à dívida pública:

> (...) combate à ação do imperialismo, o PT defende a ruptura com o FMI e se pronuncia contra o pagamento da dívida externa. Ao mesmo tempo, deve apresentar e defender, se possível junto com outras forças políticas – fundamentalmente com o movimento sindical e popular mobilizados –, um conjunto de medidas de emergência contra a carestia, a inflação, o desemprego, a fome e a recessão (RESOLUÇÃO 5° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987).

Além disso, “procurou equacionar os problemas do plano estratégico, apresentou um documento sobre o movimento sindical, outro sobre a relação com os movimentos populares, além de uma resolução sobre o funcionamento das tendências internas” isso quer dizer que o partido não estava preocupado em construir apenas “sua identidade por contraste às forças externas a ela, era, agora, necessário acertar as contas internamente” (IASI, 2005, p. 414).

Há também uma consolidação de um “campo majoritário” que criticava a ala revolucionária do partido, pois esta última não concordava com a perspectiva “reformista” que acreditava que a tática mais coerente seria o longo período de “acúmulo de forças”. Contudo, apesar das dissidências internas o tema do socialismo não estava em jogo, era consenso no interior do partido

> A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia-a-dia e a luta mais geral pelo socialismo (RESOLUÇÃO 5° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987).

Nesse sentido, é possível perceber com o que foi exposto até aqui é que o PT sempre esteve atento na compreensão da dinâmica nacional, além de entender as bases históricas da formação social brasileira e o desenvolvimento do capitalismo. Com base nesses estudos o partido define sua estratégia para chegar ao socialismo de forma mais clara e contundente no 5° Encontro, assim como já havíamos adiantado, rompe com a estratégia da revolução democrática nacional no PCB e instaura à alternativa democrática popular. Segundo Iasi (2005) a preocupação do PT seria "superar os entraves que impediriam um desenvolvimento e que dessem conta exatamente destas tarefas: superar as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, superar o caráter coercitivo do Estado por um Estado moderno" democrático" além disso, pretendia "buscar uma inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper o círculo perverso do endividamento financeiro e a subjugação aos ditames do FMI, fazer uma reforma agrária (p. 428). Desse modo, a grande pretensão seria, portanto, construir uma contra hegemonia, uma hegemonia dos subalternos, popular.

> É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo (RESOLUÇÃO 5° NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES 1987)

Sobre esse tema, vamos recorrer mais uma vez as explicações de Iasi (2005) que muito nos contempla. De acordo com o autor essa questão do socialismo poderia ser facilmente argumentada por qualquer militante do PCB demonstrando que através dos documentos do seu partido "colocam o objetivo do socialismo – talvez até de forma mais clara". Na verdade, o que estaria em questão "é a negação das alianças com a burguesia, como de fato propunham os comunistas no caso da chamada burguesia nacional", pois o que o PT estava defendendo é um "governo dos trabalhadores" (p. 430). Sendo assim, vejamos o que indica a resolução:

> Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em

> setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular (RESOLUÇÕES 5° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987).

O 6° Encontro Nacional (1989) é momento muito importante para o partido – assim como foi o 5° encontro por conta das tensões internas e do estabelecimento da estratégia democrática popular – pois, havia possibilidades reais do partido chegar ao governo através da candidatura do Lula. O partido não só se tornou uma expressão da esquerda, como venceu em diversas prefeituras por todo país (mais precisamente foram 36 vitórias), o PT havia se tornado "uma força política que não podia ser desconsiderada, como alguns imaginavam inicialmente, não era apenas uma sigla de esquerda a mais para gravitar em torno de 10% ou 20% dos votos sem nunca ameaçar de fato a ordem estabelecida" (IASI, 2005, p. 446). Pelo contrário, a dinâmica da correlação de forças na época – com a crise econômica e de legitimidade do governo Sarney – juntamente com ação organizada dos movimentos sociais, sindicais e com grande destaque a CUT, produziram grandes expectativas no PT, desse modo, foi criado um Plano de Ação do Governo (PAG).

> (...) podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas (RESOLUÇÕES 6° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989)

Em síntese tanto o PAG, quanto as diretrizes para elaboração do governo enfatizavam que apesar da disputa eleitoral dentro do jogo político parlamentar burguês o partido continuaria fiel aos seus princípios e sua chegada ao executivo seria, portanto, compromisso com os trabalhadores e sua formação política revolucionária, ou seja, era preciso organizar as massas, entender os seus anseios, elevar à consciência e por fim, iniciar a transição ao socialismo.

> O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as

> condições para dar início às transformações socialistas no Brasil. Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo (RESOLUÇÕES 6° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989).

Além disso, de forma muito contundente os documentos afirmavam que era preciso se preparar para enfrentar os interesses da classe dominante brasileira que segundo o PT se expressavam através da "dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia", para tanto, também indicava quem eram os seu principais adversário "os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados, associados à burocracia civil e militar, que controlam o Estado brasileiro" (RESOLUÇÕES 6° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989).

Contudo, Iasi (2005) nos chama atenção para algo extremamente importante, à "ação concreta da campanha eleitoral", de acordo com o autor, o dia a dia da campanha, a forma como ela se materializava na realidade concreta, isso quer dizer a forma de ganhar votos nas ruas – apesar do caráter popular mobilizador da militância – "eram bem mais moderadas do que as diretrizes apontadas no encontro partidário" (p. 451). Dito isso, podemos acrescentar nessa esteira o início de "inflexão moderada" que também foi apresentada nos documentos, divergindo assim dos documentos iniciais. Para exemplificar tal assertiva cabe aqui demonstrar que as questões defendidas pelo "não pagamento da dívida externa" se tornaram a instauração de uma "auditória" com intuito de "verificação de legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para adoção de uma estratégia comum de ação" (RESOLUÇÕES 6° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989).

A partir do 7° Encontro Nacional (1990) marcado pela derrota para Collor na eleição presidencial, as mudanças programáticas começam a se aprofundar, a busca pela governabilidade e as sucessivas derrotas colocam o PT como um exemplo cristalino daquilo que aprendemos com Gramsci sobre o "transformismo". A partir deste encontro as tendências e articulações do partido iniciam suas disputas e o debate sobre o socialismo, alianças e tática para vencer o jogo eleitoral se agravam.

Sendo assim, o I Congresso do PT que aconteceu em 1991 contou com o debate sobre o fortalecimento das defesas democráticas, ou seja, dentro de um contexto mais amplo o partido avaliava que o cenário mundial indicava o fim de um ciclo, era preciso se inspirar nos preceitos do socialismo para construir uma alternativa própria. Esse contexto nos indica que a preocupação do PT era sobre à radicalidade e o descrédito do socialismo real (com a queda do muro de Berlim em 1989 na URSS), ou seja, era preciso deixar claro que a opção petista não cometeria os mesmos erros e de modo fundamental a democracia seria um pilar imprescindível. Porém, era também necessário não perder de vista a perspectiva anticapitalista do partido, desse modo, o PT negava a socialdemocracia. Iasi (2005) alertando sobre os perigos desse impasse, explica o que de fato poderia ocorrer: “a tentativa do PT de buscar uma alternativa tanto ao socialismo real como em relação à socialdemocracia poderia, por caminhos distintos, levar ao pântano da acomodação e da integração à ordem que queria inicialmente negar” (p. 469).

Em termos gerais o partido aprofundava suas defesas em torno da convicção democrática, partindo do pressuposto que se trata de um outro momento histórico era preciso afirmar veemência sua postura contra qualquer tipo ditadura e elevar suas defesas sobre a diversidade de desejos e ideias.

> Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real [...] Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores (1° CONGRESSO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1991).

Nesse sentido, as discussões sobre a democracia, socialismo real e a alternativa socialista petista se unem ao debate do 8° Encontro Nacional (1993). No próximo ano o partido enfrentaria mais uma vez a disputa presidencial, agora sob um novo adversário, Fernando Henrique Cardoso, ministro de Itamar Franco. Por conta disso as divergências sobre as alianças tomam um novo patamar, à ala liderada pelo campo majoritário acusava que o motivo da última derrota seria os limites das alianças, ou seja, era preciso expandir o programa em direção ao centro. Os integrantes dessa corrente acreditavam que a radicalidade do partido impediria o crescimento eleitoral. Contudo, apesar das disputas internas à ala mais combativa

do partido venceu as votações no Encontro, impedindo até certo ponto as alianças centro-esquerda, e pela primeira vez o grupo que pertencia Lula foi derrotado.

O PT perde novamente as eleições em 1994, e “a culpa pela derrota será conferida diretamente à direção de esquerda e, desta forma, se reapresentarão com toda intensidade as teses que defendiam um caminho claro de moderação programática e de ampliação do leque de alianças” (IASI, 2005, p. 505). Durante o governo de FHC o neoliberalismo se aprofunda, as derrotas da classe trabalhadora se intensificam e os movimentos sociais e sindicais são atacados, além disso há uma redução dos gastos públicos, privatizações etc. Neste período o PT também alçou novos voos, pois aumentou o número de parlamentares, administrações municipais e governos de alguns Estados brasileiros, mas esse crescimento institucional gerou algumas mudanças. Para Iasi (2005) “crescia o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que substituía na prática a base partidária, crescia o poder de figuras individuais medido quase que exclusivamente pelo número de votos conseguidos nas disputas eleitorais” (p. 506). É importante pontuar que a relação com os movimentos sociais e sindicais também mudaram, na verdade ocorreu redirecionamento do vínculo entre os movimentos e o partido, dito de outro modo, o que antes se expressava através de um vínculo orgânico, agora trata-se de uma relação institucional e eleitoral. Entretanto, ainda uniam forças para mobilizações socais e denúncias as propostas do governo de FHC.

O 10° e 11° Encontro Nacional são definidos por dois importantes marcos, o primeiro deles é exigência de uma nova orientação estratégica e a vitória de José Dirceu (do campo majoritário) contra Hamilton Pereira (apoiado pela ala mais à esquerda do partido) como presidente do partido.

> O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco (RESOLUÇÃO 10° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1995).

Essa reelaboração da estratégia de poder indicava na verdade o início da fase mais profunda da inflexão do partido, pois com a sucessiva derrota em 1998 novamente contra FHC, o partido rebaixa o seu programa e a ideia de alianças com a burguesia saiu do campo da rejeição e passou a sustentar um “novo contrato

social", ou seja, aqueles que eram considerados inimigos, agora serão contemplados por um "projeto nacional". Nesse sentido, as defesas iniciais de que o PT não faria alianças com a burguesia, agora promove "o apoio de amplas forças sociais que dêem suporte ao Estado-nacão". Dito isto, vejamos o que demonstra a resolução do 12° Encontro Nacional do PT em 2001:

> As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo (RESOLUÇÃO 12° ENCONTRO NACIONAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001)

As formulações dessa resolução nos apresentam uma mudança clara no projeto do PT, pois, se no início de sua trajetória enquanto partido político o objetivo fundamental seria construir as bases de uma sociedade capaz de eliminar a exploração do homem pelo homem e contribuir com a formação política da classe trabalhadora, de modo que o papel do partido seria cumprido quando chegássemos ao socialismo, o novo projeto firmado no 12° encontro abandona esta perspectiva e passa a defender uma unificação nacional com todos os setores em um novo contrato social. De acordo com Iasi (2005) se torna difícil identificar quais são os inimigos, pois praticamente não sobram nenhum, "os únicos que se candidatam são os especuladores e, talvez, os latifundiários improdutivos" (p. 512). Além disso, as diretrizes do plano de governo que evidenciam os rumos do partido em termos programáticas, táticos e de campanha demonstram através da resolução do 12° encontro que a "Ruptura necessária" agora se apresenta como "antineoliberal", não mais como "anticapitalista", portanto, as denúncias e oposição ao governo FHC que mantinham sua importância e potência, não se complementam com o compromisso de realização das metas "antimonopolistas e antiimperialistas, (substituídas pela vaga inserção soberana na ordem econômica internacional) e a redução completa da meta antilatifundiária a um vago parágrafo sobre reforma agrária" (idem, p. 513).

Isto indica, portanto, a "metamorfose" do PT, era precisa se tornar elegível e desse modo, abandonar seu projeto revolucionário, sua crítica ao capitalismo e sua proposta de superação da ordem através do socialismo, para conquistar a vitória

presidencial em 2002. De modo ainda mais significativo, tratando dos documentos e das resoluções o “socialismo” desaparece das diretrizes do programa de governo. Obviamente que os confrontos internos expressaram suas dissidências – à ala mais esquerda, os delegados e parte da militância defendia a permanência da meta e do caráter socialista do partido nas diretrizes – contudo, a solução encontrada foi conservar parte desse debate no “anexo” do documento.

Além disso, as mudanças, metamorfose ou transformismo também se apresentaram na dinâmica da vida partidária, ou seja, o processo de institucionalização, burocratização e expansão nacional do PT, causou uma certa deformação nos encontros, por conta do seu crescimento e aumento descomunal de filiados, funcionando através de um processo de eleições diretas, isso quer dizer, que as direções do partido não eram mais definidas através dos debates políticos, a preocupação com a formação da base partidária e filiados foi deixado de lado.

> agora a eleição da direção precede o debate. Em vez de moldar a sociedade pelos critérios de uma democracia direta e participativa exercida do partido, o partido se moldou pelos limites de uma democracia representativa que prevalece na sociedade, com todas as deformações a que esta tem direito, desde interferência do poder econômico, a manipulação de massas, a predominância de figuras públicas, o controle de máquinas e a despolitização total do debate (IASI, 2005, p. 514).

Concluímos então que, em todos os níveis o partido estava pronto para enfrentar o jogo eleitoral e garantir a vitória em 2002. Internamente seus integrantes já estavam convencidos que o melhor caminho seria o rebaixamento do programa, abandono do socialismo e aliança com a burguesia. Não é à toa que o partido aprovou como vice o empresário José de Alencar do Partido Liberal – PL, sua figura representava um alívio ao mercado, era um recado do PT informando ao capital que seus interesses estariam garantidos caso ganhassem as eleições. Portanto, os riscos das projeções de um partido de esquerda com a radicalidade socialista estavam fora do páreo. A conformação e o ápice do seu transformismo podem ser conferidos na Carta ao Povo brasileiro lançada às vésperas da eleição e no Programa de Governo de 2002, em que claramente garantem a manutenção do ajuste fiscal, estratégias para garantir estabilidade monetária, valorização do agronegócio e sinalizava uma reforma tributária e previdenciária que obviamente implicava no controle dos gastos públicos.

> (...) ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002).

Secco (2011) afirma que na época algumas pessoas relacionaram a publicação da Carta com a posterior vitória do Lula, mas na verdade concordamos com o autor quando expressa que ela foi “apenas a espuma do mar”, pois o que levou o PT à presidência foi seu processo de inflexão ideológica, interpretado por esse estudo a partir dos termos gramscianos de “transformismo”, iniciado em 1990.

Lula foi eleito em 2002 no segundo turno com 61,27% dos votos derrotando seu oponente José Serra. A chegada do PT à presidência demonstra a materialização de um processo que nos trilhos para alcançar o seu objetivo (que de acordo com as resoluções seria o socialismo) o partido acabou distanciando justamente dos valores que defendia fundamentais para um partido dos trabalhadores. Obviamente o arsenal de documentos aqui trabalhados não dá conta de expressar com o rigor teórico, histórico e conjuntural necessários para entender todas as determinações que aconteciam nos encontros, congressos, na vida partidária, todas as tensões e dissidências internas, tampouco os acontecimentos de ordem nacional e mundial que levaram o PT aos tortuosos caminhos subordinados ao capital.

Contudo, foi possível perceber as mudanças em prol da governabilidade, seu processo de institucionalização, seu crescimento eleitoral e rebaixamento do programa. Apesar do seu caráter classista, que unificou os setores mais combativos da sociedade brasileira, o PT nunca se apresentou como um “Moderno Principe”, assim como aprendemos anteriormente com Gramsci, mas lançou no plano real as esperanças na luta contra a hegemonia burguesia, mesmo que seu caráter socialista não apresentasse fundamentos sólidos pautado na teoria marxista, seu programa

inicial indicava a proposta de superação da ordem estabelecida, além da sua relação orgânica com a classe trabalhadora.

As resoluções demonstraram que no plano da organização do partido e sua ação política que acelerou a vitória eleitoral em 2002, reflete o definhamento da sua lógica proletária e de forma decante passa a defender os interesses de outra classe que não os trabalhadores. Sendo assim, é preciso entender como isso se deu no plano da relação partido e governo, o transformismo se aprofunda e, quais são suas características elementares nesse novo processo?

O próximo tópico irá tratar dessa versão do PT que durante a gestão no governo federal opera com a redução dos direitos, ficando de forma ainda mais evidente na Reforma da Previdência de 2003. Sendo assim, partiremos para as próximas elaborações que nos ajudam a entender uma nova dinâmica histórica do partido.

4.2 O PT chegou ao poder e o transformismo se aprofunda

Conforme foi exposto nas formulações do tópico anterior o transformismo do PT foi resultado da inflexão programática em busca da governabilidade, do abandono da sua meta socialista, além de uma nova configuração no arco de alianças com setores da burguesia – alianças essas que jamais seriam cogitadas nos primórdios da sua formação. Contudo, o nosso debate agora parte de um novo pressuposto, entender a relação do partido com o governo, ou seja, como as escolhas políticas e econômicas do PT no governo reverberou no interior do partido.

De modo geral, foi apresentado no 3° capítulo os rumos da política econômica durante os 13 anos de gestão petista no Brasil, corroborando com um debate crítico sobre o neodesenvolvimentismo e evidenciando que apesar da política econômica adotada durantes as gestões de Lula e Dilma (exemplo: expansão do crédito e políticas de transferência de renda) seu projeto de desenvolvimento econômico do capitalismo não representou uma mudança de paradigma, ou seja, não houve mudanças estruturais, na verdade o que aprendemos com Coutinho (2012) é que estávamos diante da “hegemonia da pequena política”, podendo, inclusive ser interpretado através do conceito elaborado por Gramsci de “contrarreforma”, pois,

apesar das tímidas e eventuais novidades, o que aconteceu de fato foi uma “combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo” (GRAMSCI, 2002, p. 143).

Diante desse exposto, seria ideal a construção de um estudo que pudesse evidenciar as transformações históricas do PT ao longo dos seus 13 anos de governo, contudo, as limitações objetivas que foram impostas a esse trabalho limitaram à nossa pesquisa, sendo assim, nosso foco se resumirá ao período de 2003 e 2006, mesmo assim, se limitando de um único evento: aprovação da “reforma” da previdência, para nos aproximarmos da compreensão da dinâmica, tensões e conflitos na relação partido-governo.

Para tanto é possível que apareça a seguinte questão: por qual motivo é necessário estudarmos o passado? Bom, acreditamos que tal estudo revela pistas importantes para entendermos os fenômenos do tempo presente, além de contribuir para avaliação crítica daqueles que se encontram na luta pelos direitos dos trabalhadores e almejam a construção de uma sociedade livre das amarras do capital. Ademais, contribuir teoricamente com estudos que revelam a importância do tema do “partido revolucionário” que anda em desfavor é fundamental, pois nos permite evidenciar o protagonismo do partido nas lutas históricas da classe e estabelecer uma crítica quando sua tarefa não é cumprida, tal qual como se apresentou o desfecho da trajetória do PT. De acordo com Iasi (2006) “a história do Partido dos Trabalhadores é como um capítulo da tragédia da classe trabalhadora, pois novamente a classe trabalhadora viu o produto de sua ação distanciar-se, objetivar-se em algo que se tornava cada vez mais estranho a ela” (p. 563).

Dito isso, concordamos com Secco (2011) quando afirma que é uma tarefa muito difícil separar o partido do governo, mas nossa proposta é elencar – mesmo que de maneira inicial – importantes processos que configuram o aprofundamento do transformismo no PT. Vamos evidenciar a relação do PT partido com o PT governo a partir da proposta de Reforma da Previdência enviada em 2003 ao Congresso Federal por Lula. Para chegarmos ao nosso objetivo foi necessário recorrer as publicações da época que sistematizavam a “crise” do partido, para tanto, os artigos da Folha de São Paulo publicados durante o ano de 2003 nos ajuda nesse sentido, pois expressa as deliberações organizadas pelo Diretório Nacional do PT, além disso as entrevistas de Carlos Nelson Coutinho e o artigo de Chico de Oliveira também para Folha de São Paulo (duas personalidades importantes para

esquerda brasileira que contribuíram ativamente durante anos na militância do PT) contribuem para sustentar o que chamamos de “aprofundamento do transformismo”.

Isto posto, podemos iniciar nossa discussão. A vitória de Lula em 2002 mobilizou um número de pessoas jamais visto em uma posse de presidente da República no Brasil, o povo estava confiante, e o clima era de esperança. Pela primeira vez um partido político de esquerda que mantinha um vínculo forte com os movimentos sociais, estava a caminho do poder. A figura do Lula (que já era bastante conhecida) representava de forma muito simbólica a ascensão da classe trabalhadora, era um ex-operário do ABC paulista que trocava o seu uniforme de trabalho pela faixa presidencial.

Entretanto, o novo ciclo histórico brasileiro que iniciava escancarou de forma muito imediata que não se tratava de algo tão novo assim, a política econômica liberal dos governos de FHC não foi superada, pelo contrário o cenário se aprofunda e nos primeiros meses de Lula no comando da presidência é anunciado a proposta de uma reforma tributária e da previdência (quando afirmamos que a agenda da política econômica do governo petista não se diferenciou do seu antecessor, estamos calcados nos preceitos indicados no segundo tópico do 3° capítulo desse trabalho, mas é obvio houve certos momentos de “novidade”, além dos programas de transferência de renda e da ampliação do crédito, “o governo também contornou a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho do Estado” isso quer dizer que, foi dado ministérios tanto aos “representantes do capital, quanto (pela primeira vez) aos representantes do trabalho” (SINGER, 2011, p. 206)).

É importante salientar que apesar do processo molecular de transformismo em curso, o PT sempre se estabeleceu enquanto oposição aos governos que comandaram o Executivo Nacional, e de modo significativo denunciou e votou no parlamento de forma expressiva contra a Reforma da previdência de FHC em 1998, contribuindo pela manutenção dos direitos previdenciários que foram historicamente conquistados pelos trabalhadores. Porém, tal posicionamento muda completamente quando Lula promulga a reforma da previdência em 2003, resgatando inclusive pautas que foram repudiadas anteriormente pelo partido.

De acordo Marques e Mendes (2004) a proposta de reforma da previdência (Emenda Constitucional 40/2003 (PEC 40/2003) ou melhor, a contrarreforma previdenciária tinha como alvo principal os servidores e desconsiderava “completamente a necessidade de promoção da universalidade da cobertura risco-

velhice e adotava a agenda do FMI, do Banco Mundial e dos arautos do capital financeiro com relação aos fundos de pensão" (p. 2). As autoras ainda afirmam que se não fosse o posicionamento contrário de alguns deputados e senadores do PT, as manifestações que outrora o partido demonstrou na época de FHC, ficaria a impressão de que nunca existiram, pois, toda expectativa criada referente a universalização com a chegada do governo Lula, na verdade caiu por terra, o que de fato aconteceu foram as "modificações das condições de acesso e dos valores dos benefícios dos servidores público" deixando de lado às "estratégias de inclusão do amplo contingente de trabalhadores" que na época "não eram cobertos por nenhum tipo de proteção ao risco-velhice" (idem, p. 9)

Além disso, houve a extinção da aposentadoria integral por tempo de serviço; estipulação de teto para o valor das aposentadorias e o fortalecimento da criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP, portanto, a concepção de seguridade social tinha mudado, saindo de cena a figura do cidadão e do Estado, para se tornar protagonista o "consumidor" e as instituições do mercado (MOTA, 2011, p. 140) Ainda nesse sentido, Marques e Mendes (2004) considera que a reforma promovida pelo governo Lula foi de extrema violência, significando um rompimento entre Estado e os servidores e, se levarmos em conta todas as mudanças estabelecidas "serão poucos aqueles que conseguirão cumprir todas as condições (idade, tempo de contribuição, tempo de exercício no cargo) para ter direito à aposentadoria integral" (p. 12)

As estratégias usadas pelo governo do PT para garantir a aprovação da PEC e o consenso da população foi apresentação de um discurso midiático que através de "meias verdades" disseminava a questão do déficit da previdência, fortalecendo assim uma cultura de "crise". Além disso, o governo não se preocupou em ampliar o debate, as discussões não foram feitas juntamente com as entidades de classe, tampouco foi ouvida a opinião dos trabalhadores. Para tanto, o governo impediu qualquer posicionamento contrário por parte dos seus parlamentares, exemplo disso, foram os impasses criados para barrar as emendas propostas pelos deputados que reivindicam o caráter contraditório do governo Lula com as defesas históricas do partido. Segundo Marques e Mendes (2004) o clima era de muito pressão e ameaça o que impediu o esclarecimento dos diversos pontos considerados polêmicos contidos na reforma. Foi através da pressão que na primeira votação realizada "na Câmara de Deputados, 24 parlamentares votaram

com o partido (mas fizeram declaração de voto criticando a proposta e explicando que estavam votando devido à disciplina partidária), três votaram contra e oito optaram pela abstenção" (p. 8).

De acordo com os estudos de Marques e Mendes (2004) as votações contrárias e favoráveis podem ser apreciadas da seguinte maneira:

> Os deputados Babá (Pará), Luciana Genro (Rio Grande do Sul) e João Fontes (Sergipe) disseram não, em 6 de agosto de 2003, à reforma votada em plenário sem destaques. Um dia depois, os mesmos votaram contra a taxação dos inativos. Soma-se a esses a senadora Heloísa Helena, que não cansou de se manifestar em todas as oportunidades contra a reforma. Na base aliada, no PC do B, destaca-se o voto contrário de Alice Portugal (Bahia), Sérgio Miranda (Minas Gerais), Promotor Afonso Gil (Piauí) e Jandira Feghali (Rio de Janeiro). 20. Optaram pela abstenção na votação de 6 de agosto: Walter Pinheiro (Bahia), João Alfredo (Ceará), Maninha (Distrito Federal), Paulo Rubens Santiago (Pernambuco), Chico Alencar (Rio de Janeiro), Mauro Passos (Santa Catarina), Ivan Valente (São Paulo), Orlando Fantazzini (São Paulo). Pressionados pelo governo, acabaram dizendo sim para a cobrança dos inativos (MARQUES E MENDES, 2004, p. 14).

Como se não bastasse o partido não só reprimiu os dissidentes como os expulsou, e é exatamente este ponto que nos interessa, pois estabelece as bases para entender as transformações, tensões e dilemas de um partido e seu governo. Diante das primeiras condutas do governo Lula a proposta da contrarreforma da previdência gerou um conflito interno tão profundo que reverberou de forma histórica sobre o partido. Dito isso, podemos evidenciar a partir desses elementos o processo pelo qual interpretamos como o aprofundamento do transformismo.

Os deputados contrários a proposta da PEC 40/43 se organizaram e lançaram um manifesto intitulado "Tomar o Rumo do Crescimento Já" no documento os formuladores teciam críticas ao ministro da Fazenda Antônio Palocci e reivindicavam que era preciso rever o texto da PEC, pois era um ataque direto aos trabalhadores.

Contudo, o governo se articulou para tentar recuar e conter as posturas dos parlamentares petistas e da base aliada. Uma reportagem da Folha de São Paulo indicava que no dia 11 de junho de 2003 à "cúpula petista" se reunia "para tentar enquadrar os dissidentes da bancada congressual e frear uma desarticulação entre os dirigentes da legenda" (ALENCAR, 2003, FOLHA DE SÃO PAULO). E ao que diz respeito as críticas advindas do interior do partido (principalmente do campo radical) o Presidente do PT José Genoíno afirmava que "o partido não podia continuar a ser o principal foco de problemas para o governo quando as reformas previdenciária e

tributária estão na fase decisiva e em que o ministro Antônio Palocci Filho (Fazenda) prepara medidas para atenuar o rigor fiscal e monetário" (ibidem).

Podemos então perceber que os dirigentes do PT estavam alinhados com a postura do governo e não aceitavam ponderações contrárias, mesmo quando essas evidenciavam que a linha econômica adotada pelo governo era contraditória as defesas históricas do partido. Importante pontuar que o PT foi constituído historicamente por tendências e correntes com perspectivas ideológicas diferentes que de modo geral foram denominadas respectivamente de "campo majoritário" (com os integrantes mais moderados) e "ala radical" ou "à esquerda do partido" integrantes com posturas verdadeiramente mais radicais comparadas ao do campo majoritário, este último sempre esteva a frente na defesa do socialismo, foram contra a ampliação do arco de alianças com a burguesia e obviamente disputavam os rumos do partido e o seu programa (assim como vimos anteriormente). Sendo assim, os rumores e a posterior divulgação das expulsões dos dissidentes parlamentares, pela mídia da época gerou uma série de manifestações, de diversos intelectuais, sindicatos, e organizações brasileiras. Mas essa unificação na tentativa de barrar a conduta do partido não gerou bons resultados, a direção do PT não estava disposta a travar impasses com governo e seguiu com a expulsão dos parlamentares.

Antes de tratarmos especificamente sobre a expulsão dos deputados Luciana Genro, Babá, João Fontes e a senadora Heloísa Helena, Coggiola (2004) enriquece as nossas ponderações quando esclarece em seus escritos sobre um episódio em que o deputado João Fontes tentou demonstrar através da publicação de um vídeo sobre as transformações do PT e a postura contraditória do presidente Lula. O vídeo divulgava um discurso do Lula de 1997, no qual ele criticava as mesmas propostas que agora defende, e chamava os agora aliados do PT de "canalhas" e outros qualificativos do gênero" (p. 85). Entretanto, como era de se esperar tal episódio foi tratado pelo presidente do PT José Genoino como algo "extremamente grave".

De volta ao que se refere a expulsão dos parlamentares, a Folha de São Paulo (2003) afirma que a votação comandada pela Direção Nacional do PT encaminhou a votação de portas fechadas em um hotel de luxo em Brasília, permeado de discussões, acusações e protestos entre o grupo majoritário que defendia a agenda econômica do governo e à ala crítica/radical do partido que denunciava a mesma

agenda. De acordo com à matéria da folha o resultado se estabeleceu da seguinte maneira:

> A senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Babá (PA) e Luciana Genro (RS) foram expulsos por 55 votos a 27. Alvo de processo sumário, o deputado João Fontes (SE) havia sido expulso horas antes por 55 votos a 26, com uma abstenção. Os petistas votaram levantando os crachás. Faltaram dois votos para completar os 84 totais, mas muitos membros efetivos não compareceram -foram substituídos por suplentes. Entre eles, Lula e os ministros Olívio Dutra (Cidades), Marina Silva (Meio Ambiente) e Tarso Genro (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, pai de Luciana) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Após o término da votação a senadora Heloísa Helena declarou:"Já chorei demais, já sofri demais por um partido ao qual dediquei os melhores anos da minha vida e que hoje me expulsa enquanto acarinha delinquentes da política brasileira. "Foi uma ruptura unilateral [por parte dos quatro congressistas]". Além da senadora, José Genoino também se manifestou: "A expulsão se deu após um debate democrático, sem tensão. Fizemos de tudo para não chegar a este ponto. Tentamos até a última hora a repactuação" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Diante desse processo fica evidente que as discordâncias não poderiam ser apresentadas de forma alguma, e o caráter democrático do partido parece ter enfraquecido. Pois, seja na postura crítica através da denúncia apresentava pelo deputado João Fontes com a divulgação do vídeo de Lula (um material, que vale ressaltar, de domínio público), seja o posicionamento no parlamento alinhado as lutas dos subalternos e na defesa do direito dos trabalhadores ou na própria dinâmica interna do próprio partido, no qual seus integrantes e militantes expressavam suas insatisfações com o governo e as punições com os parlamentares dissidentes, a resposta advinda da direção seria sempre a mesma: imposição das ordens do governo ao partido.

Foi durante essa época que uma parte dos integrantes/militantes que compunham as tendências dos parlamentares expulsos (Babá – Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); Luciana Genro – Movimento Esquerda Socialista (MES); Heloísa Helena – Democracia Socialista (DS)) entenderam que o PT não era mais um espaço de disputas de projetos, o campo majoritário que comandava o partido e estava totalmente alinhado as escolhas econômicas e políticas do governo Lula, não permitia o avanço das críticas, tampouco as disputas programáticas.

.

Contudo, antes de serem expulsos pelo partido, os deputados e senadores contribuíram na luta contra a reforma da previdência ao lado dos trabalhadores. Foi realizada uma grande marcha com milhares de manifestantes em Brasília, além de atos, manifestações, paralisações e uma grande greve dos servidores públicos federais, que de acordo com Coggiola (2004) “representou uma luta social sem precedentes que unificou os servidores públicos contra a retirada de direitos duramente arrancados e em defesa dos serviços públicos, em especial da Previdência Social” (p. 87).

Num evento da União dos Estudantes (UNE) que somava forças contra a reforma, o deputado Babá se pronunciava: “Só estamos dando continuidade a história do PT. Se existe alguém traindo a trajetória do partido, não somos nós, é a política econômica do presidente e do ministro da Casa Civil, José Dirceu” (FRAGA, FOLHA DE SÃO PAULO, 2003). A deputada Luciana Genro também afirmava que era preciso deixar claro que à esquerda do partido estava viva e atenta, por isso, seu posicionamento eram contrárias as reformas e a política econômica encaminhada pelo governo Lula. Para Luciana “Quem se submete ao FMI não pode ser considerado praticante da política de esquerda. O que eles querem é que façamos as malas e vamos embora. Mas não faremos isso. O que fazemos hoje não é nada mais do que defender bandeiras que até ontem eram de todo o partido" (idem). Nesse mesmo sentido, a senadora Heloísa Helena dizia que apesar do discurso de Lula, não haveria ganhos para os trabalhadores, a contrarreforma previdenciária só atenderia “aos gigolôs do FMI." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003)

Nesse sentido, a forma que o governo reagiu perante as manifestações, de modo particular a ocupação do INSS em 1° de agosto de 2003, foi terrível, de acordo com Coggiola (2004) “os grevistas que lutavam contra a privatização da Previdência, foram surpreendidos pela polícia que usou gás lacrimogênio e armas para desalojar os ocupantes, atingindo também a senadora Heloísa Helena, que lá se encontrava para ajudar na procura de uma solução negociada ao conflito” (COGGIOLA, 2004, p. 88). Além disso, a maneira que o governo Lula assegurou aprovação da reforma no Congresso – considerando o cenário de profunda insatisfação dos trabalhadores, parte dos integrantes e militantes do partido, além dos parlamentares, - aconteceu dentro dos ditames tais qual na época da ditadura militar, ou seja, “transcorreram de madrugada com as galerias do Congresso vazias e vigiadas pela polícia” (ibidem).

O apoio recebido pelo governo através da oposição (PSDB-PFL) na aprovação de diversos projetos ao longo da sua gestão, inclusive na reforma da previdência, indicava de forma muito cristalina que as críticas investidas ao governo Lula, por parte do partido (correntes “radicais” e personalidades) estavam totalmente alinhadas a realidade, indicando que de maneira nenhuma havia indicativos que pudessem pontuar qualquer ruptura com a política econômica de FHC.

Sendo assim, era difícil desvincular a figura do Lula das escolhas econômicas comandas pelos nomes de Antônio Paloci e Henrique Meireles, mas o balanço crítico que aconteceu no final do primeiro ano de mandato da gestão petista, indicava que o campo majoritário parecia não responsabilizar o presidente pela política econômica adotada no governo, o alvo de crítica seria, portanto, apenas o ministro. O artigo da Folha de São Paulo, redigida pelo colunista Plínio Fraga, apresenta os principais elementos ocorridos durante a avaliação do Diretório Nacional:

> O campo majoritário, responsável pelo texto, inclui tendências como a Articulação (da qual faz parte, por exemplo, o ministro da Casa Civil, José Dirceu) e o PT de Luta e de Massas (integrada pelo ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, entre outros). (...) Apesar de classificar como necessária a política econômica adotada pelo ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), ela [a tese apresentada pelo campo majoritário] faz crítica sutil à sua condução até aqui. (...) "Há no PT e fora dele opiniões que sustentam que a política monetária poderia ter sido afrouxada há mais tempo e com uma queda mais veloz na taxa de juros", diz a tese do campo majoritário. (...) O texto reconhece que a "taxa de desemprego se mantém em níveis alarmantes". "O governo não conseguiu, com exceção do Primeiro Emprego, implementar medidas pró-ativas específicas para a geração de empregos", admitem os próprios petistas que controlam a máquina partidária (FRAGA, FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Essa postura de relação estabelecida entre partido e governo, no qual o partido se identifica inteiramente com o governo, é segundo Coutinho (2004) “o mais grave erro”, pois, é preciso manter uma relação com “razoável grau de autonomia”, as críticas estabelecidas tanto ao campo moderado quanto ao governo geravam discussões importantes na disputa política-ideológica e do programa do partido. Porém, quando isso é deixado lado (ou seja, seu caráter democrático) e ao mesmo tempo é imposto para os seus integrantes, militantes e parlamentares as ordens do governo, o PT perde sua identidade e o processo de transformismo se aprofunda.

Dito isso, podemos agora estabelecer o grau de relação que o episódio da expulsão dos parlamentares por conta da postura dissidente exemplifica o que estamos chamando de aprofundamento do transformismo. No tópico anterior

evidenciamos que o tema sobre o transformismo do PT iniciado em 1990 é muito debatido entre os intelectuais, acadêmicos e críticos do partido, porém nossa proposta de estudo é demonstrar que esse fenômeno se agrava quando o PT chega ao poder e a relação estabelecida entre partido e governo a partir da proposta de contrarreforma previdenciária do governo Lula é um exemplo primordial, primeiro porque foi o episódio que marcou de forma emblemática a história do partido por conta das expulsões; segundo o motivo é por conta do fato de vários militantes, integrantes, e personalidades que ajudaram, inclusive, na fundação do partido, resolveram abandonar o PT, pois entenderam que já não era mais possível a disputa interna em prol de um programa que tivesse como horizonte o socialismo.

Nesse sentido, podemos elencar quatro pontos que consideramos fundamentais para entender que o transformismo que se apresenta no PT após sua chegada à presidência foi aprofundado. O primeiro deles refere-se ao crescimento do partido, de acordo com Singer (2012) desde a vitória de Lula o PT cresceu de forma considerável, “passando a constituir-se como maior partido brasileiro” exemplo disso, “foi no auge da campanha que levaria Lula à presidência da república, o PT atingia a condição de líder isolado na preferência dos leitores” (p. 101). Para tanto, “em 2001, quando se deu o Processo de Eleição Direta (PED) para escolha do presidente da sigla, o partido já reunia 500 mil filiados” (ibidem), além disso, Coutinho (2004) foi questionado em uma entrevista para o jornal baiano “A Tarde” em fevereiro de 2004 sobre os rumos atuais do PT, o intelectual brasileiro em consonância com a exposição de Singer, afirma que o crescimento do partido, gerou um processo de “burocratização do aparelho dirigente”, ou seja, os dirigentes tornaram-se funcionários do partido, “são pessoas pagas pelo partido, o que limita a autonomia e independência dessas pessoas”. Essa nova dinâmica dificulta a capacidade crítica e o debate, pois tais integrantes estão ali (sendo pagos) para acatar as imposições do governo, não há disputas de programa, não há enfretamento perante as condutas que penalizam os trabalhadores que historicamente o PT orgulhosamente defendeu.

O segundo ponto, diz respeito a uma questão mencionada anteriormente, quando tratamos das elaborações de Coelho (2005) o historiador afirma que o processo de institucionalização dos intelectuais orgânicos do PT gerou uma “dissolução orgânica dos vínculos com a classe trabalhadora”, o episódio da reforma da presidência escancara isso, suas concepções teóricas não só sofreram uma

espécie de metamorfose, como no plano prático, político, real também, ou seja, o voto a favor da contrarreforma e contra os trabalhadores se alinhava ao transformismo histórico do partido e o seu aprofundamento se deu quando parte significativa dos seus integrantes (nesse caso os parlamentares) negou junto ao governo os princípios e defesas históricos do partido e, aqueles que não aceitaram votar com a maioria foram expulsos. De modo geral, entendemos que seus dirigentes, parlamentares e intelectuais foram cooptados pela lógica neoliberal e agora suas defesas estão ao lado do capital financeiro e suas instituições.

Nesse sentido, Coutinho (2004) afirma sobre a importância do profissionalismo do PT, contudo evidência o perigo quando isso se torna prática constante. Para o pensador brasileiro “algum profissionalismo o partido deve ter”, porém

> ele não pode perder de vista o seu vínculo orgânico com os movimentos sociais, com a sociedade civil. Eu acho que o PT se encastelou muito e esse grupo dirigente está hoje marcando muito as decisões do partido, ouvindo pouco as bases. O partido não tem mais a cara, as características de sua criação (COUTINHO, JORNAL A TARDE, 2004).

O terceiro ponto, refere-se à subserviência dos dirigentes partidários as imposições do governo. Para esclarecer essa questão podemos citar o posicionamento de Coutinho (2004) quando questionado pela repórter Ivana Braga, por atribuir a José Genoino a classificação de “bedel de governo”.

> (...) ele não é aquela pessoa que leva as demandas do partido ao governo. Ele é aquele que impõe ao partido as ordens do governo, o que levou à expulsão de pessoas que, independentemente das suas posições políticas mais à esquerda ou à direita, votaram como o partido sempre votou, ou seja, contra a reforma da previdência, que eu particularmente considero a anti-reforma, que o PT sempre foi contra. Tudo isso gera no Brasil um fenômeno muito perigoso, uma desarrumação do quadro partidário, deixando a esquerda órfã de partido no Brasil (COUTINHO, 2004 JORNAL A TARDE,).

A postura da direção partidária não levava em conta o caráter democrático do partido que historicamente defendeu a sua importância na perspectiva de construção do diálogo, da formação crítica, das disputas programáticas e político-ideológica. E assim como aprendemos com Gramsci (2005) sobre o centralismo democrático, quando o partido abre mão dessa conduta e começa operar através ditames do centralismo burocrático, ou seja, com “comando autoritário” ligado a uma concepção

“mecânica da história e do real” o partido e seus intelectuais perdem de vista sua capacidade organizativa e formativa da classe que representa.

O último ponto é o resultado das bases do transformismo, aliado aos indicativos aqui apresentados através da concepção do seu aprofundamento, ou seja, o processo histórico e molecular que construiu as mudanças do partido até chegar à presidência e desse modo se apresentou de maneira ainda mais profunda e inalterável na sua relação partido-governo criou no PT uma arena de impossibilidades, ou seja, as primeiras ações do governo Lula e a forma pela qual o partido se encaminhou, não dão mais espaço para as disputas, não existe terreno para a radicalidade, não é mais possível junto ao PT lutar pelo socialismo.

Essa confirmação foi feita pelos próprios integrantes, filiados, militantes e intelectuais do PT que após o episódio da reforma da previdência resolveram desfiliar do partido, abandoná-lo, pois entendiam que PT no qual haviam se ingressado na década de 1980, já não existia mais. Era preciso continuar na luta pelo socialismo a partir de uma nova construção partidária, construindo inclusive “uma oposição sensata, aberta, construtiva e responsável ao governo Lula” (obviamente que não foram todos que se afastaram do PT que decidiram continuar na luta por um partido socialista revolucionário). Dito isso, podemos verificar as declarações de Carlos Nelson Coutinho e Chico de Oliveira, ambos importantes personalidades intelectuais que ajudaram a construir os preceitos ideológicos do PT.

> Sim, estou decepcionado. Entre a eleição e a posse, escrevi um artigo que dizia mais ou menos o seguinte: não podemos cobrar do governo Lula que ele instaure o socialismo por decreto, mas devemos estar atentos para o perigo de que tal governo seja cooptado pelas classes dominantes e dê assim continuidade à política neoliberal. O que eu via como perigo tornou-se, infelizmente, realidade. Estamos diante, como diria Francisco de Oliveira, do terceiro governo da "era FHC", com a agravante de que agora não temos mais o PT e a CUT na oposição ao neoliberalismo. O governo Lula está pondo em prática tudo aquilo que o PT e o próprio Lula combatiam quando estavam na oposição. É por isto que se torna indispensável construir um novo partido, capaz de recolher a herança abandonada pelo PT e por outros partidos de esquerda e prosseguir na luta contra o neoliberalismo, pelo socialismo e pela democracia (COUTINHO, 2004 JORNAL DO BRSASIL).

Nesse sentido, Chico de Oliveira em artigo publicado na Folha de São Paulo em 14 de dezembro de 2003 consumava seu afastamento do partido.

> Afasto-me porque não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores, reiterando um voto que se confirma desde 1982, para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço --o "triunfo da razão cínica", no dizer de César Benjamin--, uma política de alianças descaracterizadora, uma "caça às bruxas" anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de políticas que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza --enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC (OLIVEIRA, 2003, FOLHA DE SÃO PAULO)

Houve também a publicação de um manifesto divulgado pelos deputados Babá, Luciana Genro e João Fontes, pela criação de um partido socialista.

> "Nós, que não negamos nossas convicções nem nossos compromissos com a maioria dos trabalhadores e do povo pobre, anunciamos coletivamente nossa determinação de construir um novo partido anticapitalista, antiimperialista, democrático, socialista e internacionalista", afirma o manifesto (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

É importante pontuar que Chico de Oliveira, Coutinho e os parlamentares que anunciava a necessidade de criação de um partido verdadeiramente socialista com metas anticapitalistas bem estabelecidas, não eram inocentes a ponto de acreditar que com Lula no governo o processo para transição do socialismo estaria dado, mas as críticas e as rupturas indicavam que mesmo sob arena neoliberal o partido político é construído para chegar ao poder, portanto, suas alianças e recuos estratégicos, serviriam para realizar (no cenário ideal) aquilo que era defendido quando este ainda era oposição. Nesse sentido, as declarações de Coutinho nos contemplam:

> Eu acho que partido político é construído para chegar ao poder [...] mas para realizar aquilo que defendia quando estava na oposição [...] É isso que deve ser. Quando eu votei no PT imaginei que estava votando num partido socialista que iria iniciar um processo de reforma tendo no horizonte, como perspectiva, uma outra ordem social. Ninguém pensou que Lula iria implantar o socialismo por decreto. Eu continuo apostando no socialismo [...] É por isto que se torna indispensável construir um novo partido, capaz de recolher a herança abandonada pelo PT e por outros partidos de esquerda e prosseguir na luta contra o neoliberalismo, pelo socialismo e pela democracia (COUTINHO, 2003, A TARDE).

Por fim, acreditamos que as linhas gerais desse trabalho contribuíram, através das suas “considerações iniciais” para enriquecer os debates sobre a formação e trajetória do PT. Além disso, a experiência de ser governo demonstrou que as bases sólidas do transformismo, construídas desde 1990, foram consolidas até chegar de fato a conformação de que o solo do PT não é mais fértil quando se trata das sementes do socialismo. O episódio destacado sobre a contrarreforma previdenciária nos forneceu os elementos necessários para chegar a essa conclusão. Certamente, as sucessivas “crises” ocorridas nesse primeiro quadriênio 2003-2006 – podendo destacar o “mensalão”, “dólar na cueca” e “caixa dois” – iriam enriquecer nosso debate na busca pela compressão da relação partido-governo, assim como as experiências da posterior reeleição de Lula em 2007-2010 e o governo eleito da Presidenta Dilma Roussef em 2011. Porém, assim como anteriormente sinalizado, o desenvolvimento desta pesquisa se esbarrou nos limites do pesquisador. Entretanto, acreditamos que a permanência do debate sobre o PT e os rumos do Brasil após sua ascensão e derrocada – com uma longa crise de hegemonia iniciada em 2013, mas que foi intensificada em 2016 com o golpe parlamentar e o surgimento não previsto do bolsonarismo – assim como seu retorno nas eleições presidências em 2022 – iriam continuar podendo trazer à tona novas análises.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linhas finais deste trabalho foram escritas sob o auge de um momento histórico da nossa nação, a posse do Lula em 1 de janeiro de 2023. Assim como a epígrafe que acompanha as primeiras páginas deste estudo, retirada da letra da música do cantor brasileiro Cazuza que afirma enxergar “o futuro repetir o passado” e ver “um museu de grandes novidades”, Lula volta a presidência depois do feito inédito em 2003.

Obviamente que depois da chegada do PT ao poder os rumos da história brasileira mudam, e a busca pela compreensão quando tratamos nas linhas gerais desse trabalho sobre a formação social do Brasil e a gestão política e econômica nos governos Lula e Dilma, nos indica que não houve mudanças estruturais, e a forma que os presidentes petistas aderiram aos cânones do neoliberalismo nos fornece os elementos primordiais para traçar uma interpretação teórica que em síntese afirma que durante este período estávamos diante da “hegemonia da pequena política” ou como diria Gramsci sobre um processo de “contrarreforma”.

Também foi possível perceber que nossa preocupação não era entender os rumos da agenda econômica e política durante as gestões petistas, nosso objeto sempre foi o partido, portanto, quando traçamos as bases da sua formação e trajetória, indicando como iniciou e consolidou o seu processo molecular de transformismo, nossa preocupação posterior foi demonstrar de forma aproximativa a relação do PT partido e do PT governo. Desse modo, a pesquisa documental comprovou que o transformismo se aprofundou de tal forma que o PT se torna uma arena de impossibilidades quando o assunto é a luta anticapitalista e a construção de uma sociedade socialista. Ao negar suas origens o PT se enquadra dentro dos requisitos de um partido convencional, é retirado de cena os instrumentos de superação do status quo.

Além disso, foi também anunciado que não seria possível tratar de todos os momentos históricos dessa relação partido-governo durante os 13 anos em que o PT estava a frente da presidência da república, compreendendo suas tensões, crises e rearranjos com base por exemplo, nos feitos ligados à corrupção, às propostas de contrarreforma, a promulgação de leis que atacava diretamente a organização, a luta e as defesas dos movimentos sociais (exemplo disso, é a Lei Antiterrorismo que criminalizava os movimentos sociais, sancionada no segundo

governo Dilma). Entretanto, o trabalho do pesquisador não se encerra quando parcialmente seus objetivos são atingidos (no nosso caso se resumiu num único evento: a relação partido-governo perante aprovação da “reforma da previdência em 2003) por isso, nossa pesquisa posteriormente precisa ser aprofundada para entender e buscar novas análises tanto no campo que diz respeito ao PT e sua trajetória enquanto partido político e sua vasta experiência de governo, como também os rumos da conjuntura brasileira decorrentes de tal experiência.

Assim como, o episódio catastrófico do golpe parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma em 2016 e o avanço da extrema direita, nos indicando que é preciso estar preparados de maneira política e teórica para entender os estragos cometidos no campo da econômica, das políticas sociais, no desmonte da universidade pública e de todo setor cultural, além do revisionismo histórico e os ataques cada vez mais violentos a nossa frágil democracia. É preciso compreender como chegamos até aqui e apontar o que teremos adiante.

Além disso, nossa aproximação com o pensamento de Gramsci foi essencial para entender a importância do partido político capaz de organizar as massas, educando e elevando o nível da consciência dos subalternos, aprendemos de modo geral, que um partido revolucionário ou o “Moderno Príncipe” está comprometido com um programa que tem como perspectiva uma reforma econômica, intelectual e moral, ou seja, as bases para que seja possível chegar na sociedade “regulada”, livre das amarras do capitalismo. Contudo, quando o partido abandona sua tarefa histórica, a classe trabalhadora colhe os frutos amargos dessa decisão.

Por fim, e retomando as indicações iniciais sobre o “museu de grandes novidades” que se estabelece no plano concreto e imediato do Brasil, o retorno de Lula no comando do Executivo Nacional é permeado de grande expectativa e muita esperança, tudo isso porque estivemos durante 4 anos liderados por um governo que recuperou traços do fascismo e trouxe à tona, a ignorância, a estupidez, a violência, o negacionismo, o preconceito, o machismo, a fome e escancarou as desigualdades sociais e fomentou o ataque à ciência, aos professores e a universidade pública. Houve também tentativas de golpe, ataque terrorista na Praça dos Três poderes em Brasília e pedidos, por parte da população contaminada pelo pensamento conservador da extrema direita ou pela onda perversa do “bolsonarismo” que gritavam na porta dos quartéis por uma intervenção militar.

É um período extremamente difícil para a história brasileira, mas que não se encerra com o retorno do presidente petista, obviamente é preciso comemorar o esforço descomunal do povo, dos movimentos sociais e do arranjo institucional que buscou reconstruir suas bases democráticas desde 1988 (representantes do grande capital, ou seja, a massa burguesa) que elegeu Lula no segundo turno. Apesar do alívio, Lula retoma com uma frente muita mais ampla da aquela instituída em seu primeiro governo, seu vice agora é Geraldo Alckmin, adversário histórico do PT. De acordo com a matéria da professora Silva Beatriz Adoue, para a revista socialista "Contra Poder"[21] analisando o da posse de Lula, que em linhas gerais falou sobre fome, combate à desigualdade, aumento real do salário mínimo, empreendedorismo e contra o desmatamento – mas deixou claro que o desenvolvimento do agronegócio e da mineração não seriam prejudicados – e de modo comparativo com a posse de 2003, seu discurso deixou de lado a promessa de ampliação do emprego e da Reforma agrária.

Dito isso, sabemos que após a leitura das páginas desse trabalho as esperanças depositadas no novo governo que tem como tarefa à reversão da arquitetura perversa construída por Bolsonaro e sua cúpula, não será totalmente atingido. Contudo, e apesar dos limites do compromisso histórico do PT com a classe trabalhadora (que pode ser inicialmente percebido com nosso trabalho) seu retorno indica que haverá avanços substanciais para os mais pobres e o terreno da luta política retomará suas bases democráticas. Ou seja, os entraves na busca pelo socialismo por parte dos setores revolucionários da sociedade, que inclusive fazem oposição ao PT, retomam suas mobilizações agora sob o solo democrático.

É tempo de transição, e não estamos falando apenas das transições entre os governos que anuncia seus novos ministros e políticas de governo, mas transição das nossas táticas e estratégias, pois é preciso estar atento aos avanços que agora podem se constituir, mas haverá também repetição dos erros do passado.

[21] Cf: Silva Beatriz Adoue Assume. Lula em meio a grandes expectativas. Será possível satisfazê-las? **ContraPoder**, 06/01/2023. Disponível: https://contrapoder.net/colunas/assume-lula-em-meio-a-grandes-expectativas-sera-possivel-satisfaze-las/

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Kennedy. Cúpula petista se reúne para frear desgaste. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 13/06/2003. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1306200310.htm>

AGÊNCIA Folha. Em manifesto petistas atacam reforma de Lula. **Folha de São Paulo.** 30/07/2003, Brasília. Disponível: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51757.shtml

ANDERSON, Perry. **Crise no Brasil.** Tradução: Fernando Pureza. Disponível em: http://blogjunho.com.br/crise-no-brasil/. 2016

BIANCHI, Álvaro. **Revolução Passiva: o pretérito do futuro**. Critica Marxista, São Paulo, ed. Revan, v. 1, n. 23, 2006, p. 34-57.

_____. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política.** 2 ed. Porto Alegre; Zoku. 2018.

BRAGA, Ruy. **Por um Gramsci revolucionário.** 2019 (8:17) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZX8mquWH5Dw&ab_channel=TVBoitempo

CARPEAUX, Otto Maria. **A vida de Gramsci.** Revista Civilização Brasileira, 7, maio 1966. Disponível em: http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv79.htm. Acesso: 12/09/2021

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005, 549f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. **Outra hegemonia: Sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas**. REVISTA OUTUBRO, n. 12, p. 123-141. 2005

COGGIOLA, Osvaldo. **O governo Lula: da esperança à realidade**. 1° ed. – São Paulo: Xamã, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 - **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____**A época neoliberal: Revolução passiva ou Contra-reforma?.** Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, Jan-Jun, 2012.

_____ **O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas.** in: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. cap. 5. p.173-200.

_____, **A hegemonia da pequena política**. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira/ Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs), - São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. In: Gramsci e América Latina. Nicola Badaloni ... [et al]: organização: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

_____. É indispensável construir um novo partido de esquerda. **Jornal do Brasil. Idéias,** 29 maio 2004. Disponível: https://gramsci.org/?page=visualizar&id=43

_____. O PT está perdendo sua identidade**. A Tarde**, Salvador, 8 fev. 2004. Disponível: https://gramsci.org/?page=visualizar&id=63

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926).** São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **A vida de Gramsci: Trajetória intelectual e política.** 2018, (13:20) Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=OkHCDzZve1A&t=2s. Boitempo.

DURIGUETTO, M; SOUZA, FILHO. **Considerações sobre a questão da política no pensamento de Antônio Gramsci.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 21, n.1, p. 20-38, jan. / jun. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **A questão dos intelectuais em Gramsci.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento: Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Atores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43).

FERNANDES, Renato**. Antonio Gramsci e o centralismo democrático nos Cadernos do Cárcere.** Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2015/06/14/antonio-gramsci-e-o-centralismo-democratico-nos-cadernos-do-carcere/ 2015. Acesso: 12/12/2021

FONTES, V. **"Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**"; in Lima, J. C. F. e Neves, L. Ma. W. (orgs). Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. RJ: Fiocruz, 2007.

FRESU, Gianni. **Gramsci e o Fascismo.** Revista Práxis e Hegemonia Popular. Ano 4, n. 4, p. 9-20, jan./jul. 2019.

GURGEL, Claudio. **Estrelas e Borboletas; origens e questões de um partido a caminho do poder** – Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 **Cadernos do cárcere, volume 1** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Cadernos do cárcere, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Cadernos do cárcere, volume 3 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 3• ed.- Rio de Janeiro: Civilização BrasileirA, 2007.

_____. Cadernos do cárcere, volume 5 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula** – Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRAGA, Plínio. Governo Lula tem de ser mais eficaz. **Folha de São Paulo**. 10/12/2003. Disponível: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56282.shtml

GONÇALVES, R. **Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: Portal: http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77. Acessado em: 26 abril 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. 1° edição. LeBooks, 2018.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**:. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LIGUORI, Guido. **O Manifesto Comunista que Gramsci queria escrever.** 2020 (10:23)
Disponível:https://www.youtube.com/watch?v=q2CImuHuylY&t=107s&ab_channel=TVBoitempo

LIGUORI, Guido; VOZA Pasquale: **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LIGUOURI, Guido. **Estado e Sociedade Civil de Marx a Gramsci.** Novos Rumos, ano 21, n. 46, 2006.

MARQUES, Maria Rosa; MENDES, Áquilas. **O Governo Lula e a contra-reforma previdenciária**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(3): 3-15, 2004

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.** 1. Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 4ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MOTA, Ana E. **Cultura de crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT. **Folha de São Paulo**. 14/12/2003. Disponível: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56441.shtml

OLIVEIRA; SILVA. **Estado de bem estar social no Brasil: fato ou mito**? Rebela, v. 10, n.3. set/dez. 2020

PAULANI, Leda. **Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo.** In. Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo/ Gilberto Maringoni, Juliano Medeiros – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo/ Fundação Lauro Campos, 2017.

PT IGNORA APELOS E EXPULSA QUARTETO RADICAL DO PARTIDO. **Folha de São Paulo**. Brasília, 15/12/2003. Disponível: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200302.htm

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. 1980**. Disponível em www.pt.org.br Acesso em Outubro de 2021.

_____. **Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores.** Fundação Perseu Abramo Dísponivel em: http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cartadeprincipios_0.pdf.

_____. RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS NACIONAIS DO PT: 1979-2001. **Fundação Perseu Abramo.** Disponível: https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/

SAMPAIO JR. Plínio A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** N. 112. São Paulo: Cortez, 2012b.

SÁ SIL; ALMEIDA; GUINDANI. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Julho 2009.

SECCO, Lincon. **História do PT 1978-2010**. Cotia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011

SILVA, Wesley; et a. **Elementos Sobre O Pós-Lulismo (Miserável) No Brasil.** Disponível: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22195

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao povo Brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**. 22 de junho de 2002. Disponível: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf

SINGER, André. **A ideia do lulismo.** In. Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo/ Gilberto Maringoni, Juliano Medeiros – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo/ Fundação Lauro Campos, 2017.

SINGER, André, **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. In:

Novos Estudos. N. 102, julho2015.novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador** – 1°ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.